

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Matheus Dalbosco Pereira

GUERRA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO BRASIL IMPERIAL

Santa Maria, RS
2019

Matheus Dalbosco Pereira

GUERRA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO BRASIL IMPERIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Coelho Dornelles Júnior

Santa Maria, RS

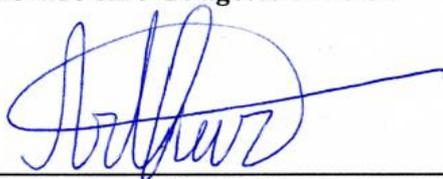
2019

Matheus Dalbosco Pereira

GUERRA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO BRASIL IMPERIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

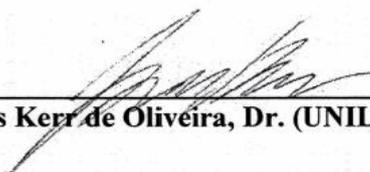
Aprovado em 9 de agosto de 2019:



Arthur Coelho Dornelles Júnior, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Reginaldo Teixeira Perez, Dr. (UFSM)



Lucas Kerr de Oliveira, Dr. (UNILA)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação jamais teria sido concluída sem a Universidade Federal de Santa Maria, instituição que presta serviços tão importantes para o Brasil e que merece não apenas os meus agradecimentos, mas também o respeito e a admiração de todos.

Agradeço a todos os meus professores, que contribuíram cada um a sua maneira, mas em especial ao Professor Dr. Arthur Dornelles Coelho Júnior, meu orientador e amigo.

Agradeço ainda a minha grande companheira, Camila, que também me ajudou muito na concretização desta obra com suas opiniões e revisões.

Aos meus pais, sem os quais também não poderia ter chegado até aqui.

Por fim, agradeço também aos meus amigos e demais familiares.

RESUMO

GUERRA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO BRASIL IMPERIAL

AUTOR: Matheus Dalbosco Pereira

ORIENTADOR: Prof. Dr. Arthur Coelho Dornelles Júnior

A pesquisa tem por objetivo analisar a relação entre guerras e capacidade estatal, de modo a responder à seguinte pergunta: “quais foram os impactos das guerras, ocorridas no período imperial, nas capacidades do Estado brasileiro? Para isso, o trabalho buscou testar as hipóteses de Centeno (2002), a ressaltar: (1) a capacidade extrativa não foi ampliada porque as guerras foram financiadas com empréstimos internacionais; e (2) as guerras em que o Brasil participou foram do tipo limitadas e, por isso, geraram impactos menores nas capacidades estatais (guerras limitadas produziram Estados limitados). Foram analisadas as guerras da Cisplatina (1825-1828), a guerra contra Rosas (1852) e a guerra do Paraguai (1864-1870), definidas como, respectivamente, guerra limitada e de rivalidade; guerra limitada e de oportunidade; e guerra total. O recorte é justificado por se tratar da fase mais belicosa da história brasileira, permitindo uma análise mais próxima do modelo belicista desenvolvido por Tilly (1996), e os diferentes tipos de guerras elencados permitem a análise da segunda hipótese. Trata-se de um estudo de caso único com comparações múltiplas dentro do caso e que adota o instrumento teórico-metodológico da dependência da trajetória. Por fim, o estudo confirmou parcialmente a primeira hipótese, uma vez que as guerras não ampliaram a capacidade extrativa do Estado e os altos gastos gerados pelos conflitos contribuíram significativamente para o aumento da dívida do país. Destaca-se, entretanto, que o problema não é o uso de empréstimos internacionais, mas a incapacidade do Estado brasileiro em extrair recursos de suas elites. Já a segunda hipótese, de que as guerras limitadas provocam impactos reduzidos nas capacidades estatais, não se sustentou, pois os diferentes tipos de guerras produziram resultados semelhantes.

Palavras-chave: Brasil Imperial. Guerra. Construção do Estado. Capacidade Estatal.

ABSTRACT

WAR AND STATE BUILDING IN IMPERIAL BRAZIL

AUTHOR: Matheus Dalbosco Pereira
ADVISOR: Prof. Dr. Arthur Coelho Dornelles Júnior

The research aims to analyze the relationship between wars and state capacity, in order to answer the following question: “What were the impacts of wars, which occurred in the imperial period, on the capabilities of the Brazilian state? To this end, the paper sought to test Centeno's (2002) hypotheses: (1) the extractive capacity was not expanded because the wars were financed with international loans; and (2) the wars in which Brazil participated were of the limited type and thus had minor impacts on state capabilities (limited wars produced limited states). The following wars were analyzed: The Cisplatin War (1825-1828), the War against Rosas (1852), and the Paraguayan War (1864-1870), defined as rivalry and limited war; opportunity and limited war; and total war, respectively. The interval is justified because it is the most bellicose phase in Brazilian history, allowing a more similar analysis of the bellicose model developed by Tilly (1996), and the different types of wars choosed allows the analysis of the second hypothesis. This is a single case study with multiple comparisons within the case and adopts the theoretical-methodological tool of path dependence. Finally, the study partially confirmed the first hypothesis, since the wars did not expand the state's extractive capacity and the high war costs contributed significantly to the country's debt increase. It is noteworthy, however, that the problem is not the use of international loans, but the inability of the Brazilian state to extract resources from its elites. The second hypothesis, that limited wars cause reduced impacts on state capacities, was not confirmed, because the different types of wars produced similar results.

Keywords: Imperial Brazil. War. State Building. State Capacity.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Receitas e Despesas entre 1823 e 1831, em mil contos de réis.....	62
Gráfico 2 – Receitas do Estado brasileiro entre 1823 e 1831, em mil contos de réis	62
Gráfico 3 – Despesas totais e despesas militares, em mil contos de réis	63
Gráfico 4 – Despesas totais e despesas do Ministério da Fazenda, em mil contos de réis.....	64
Gráfico 5 – Arrecadação do Estado brasileiro de 1831 a 1862, em mil contos de réis	84
Gráfico 6 – Arrecadação, despesas totais e despesas de guerra do Estado brasileiro de 1831 a 1862, em mil contos de réis	85
Gráfico 7 – Estimativa do desembarque de Africanos	88
Gráfico 8 – Receitas totais, despesas totais, despesas do Ministério da Guerra e do Ministério da Fazenda do Estado brasileiro de 1851 a 1885, em mil contos de réis.....	115
Gráfico 9 – Receita total, receita dos direitos de importação e do interior, em mil contos de réis	116
Gráfico 10 – Nomeações de barões no final do segundo reinado	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ampliação dos Exércitos Europeus	16
Quadro 2 – Exemplos de cada tipo de guerra e a classificação dos conflitos estudados nesse trabalho	44
Quadro 3 – Síntese dos impactos gerados pelos conflitos durante o primeiro reinado	69
Quadro 4 – Síntese dos impactos gerados pelos conflitos durante a regência e a guerra do Prata.....	89
Quadro 5 – Economia, demografia e efetivo militar em fins de 1864.....	104
Quadro 6 – Síntese dos impactos gerados pela guerra do Paraguai (1864-1870).....	122
Quadro 7 – Conclusão Geral	129

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura do momento crítico em bloco.	22
Figura 2 – Escalada vertical e horizontal, destacando a guerra total, local e central.	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rebeliões do grupo 1	75
Tabela 2 – Rebeliões do grupo 2	76

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. GUERRAS E CAPACIDADES ESTATAIS	24
2.1 CAPACIDADES ESTATAIS	25
2.1.1 Capacidade Extrativa.....	26
2.1.2 Capacidade Coercitiva.....	28
2.1.3 Capacidade Administrativa	30
2.2 TIPOS DE GUERRAS.....	35
2.2.1 Capacidade dos combatentes.....	37
2.2.2 Quantidade de beligerantes	37
2.2.3 Objetivos da guerra	37
2.2.4 A Guerra Total	38
2.2.5 Aplicação do conceito	43
2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	45
3 GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA E DA CISPLATINA	46
3.1 O CONE SUL NO PERÍODO COLONIAL	46
3.2 CONFLITOS, RIVALIDADES E INDEPENDÊNCIAS	51
3.3 INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA	54
3.4 GUERRA DA CISPLATINA	57
3.5 ANÁLISE DAS CAPACIDADES.....	61
3.5.1 Capacidade Extrativa.....	61
3.5.2 Capacidade Coercitiva.....	65
3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	68
4 REGÊNCIA E GUERRA CONTRA ROSAS	71
4.1 PERÍODO REGENCIAL.....	71
4.2 A GUERRA DE FARRAPOS, GRANDE GUERRA E GUERRA DO PRATA.....	79
4.3 ANÁLISE DAS CAPACIDADES.....	83
4.3.1 Capacidade Extrativa.....	83
4.3.2 Capacidade Coercitiva.....	85
4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	89
5 A GUERRA DO PARAGUAI	91
5.1 O PARAGUAI	91
5.2 A SITUAÇÃO PLATINA.....	99
5.3 A GUERRA	104
5.4 ANÁLISE DAS CAPACIDADES.....	113

5.4.1 Capacidade Extrativa.....	113
5.4.2 Capacidade coercitiva	117
5.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	120
6 CONCLUSÃO	124
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar os impactos das guerras ocorridas durante o período imperial (1822-1889) nas capacidades estatais do Brasil. No caso, é importante destacar que esse período marca a formação e consolidação do Estado brasileiro, apresentando, portanto, um contexto de delimitação de fronteiras e ameaças separatistas, o que o transforma na época mais belicosa da história brasileira. Dito isso, a relevância das guerras para o incremento das capacidades estatais é explicada pelas teorias belicistas sobre a formação dos Estados, entre a qual o principal teórico é Charles Tilly.

Embora estudos sobre o Estado sejam muito antigos, durante muito tempo as teorias sobre Estado foram reducionistas, abordando-o apenas como uma arena em que lutas de classes, interesses individuais ou de grupos eram expressos e institucionalizados, de modo que se desconsiderava o Estado como um ator autônomo (MANN, 1984, p. 185). Essas teorias centradas na sociedade foram dominantes na ciência política e na sociologia norte-americana nas décadas de 1950 e 1960; e somente a partir da década de 1970 é que pesquisadores, como Giddens (1981) e Skocpol (1988), retomaram a abordagem centrada no Estado, destacando sua relativa autonomia em relação às classes sociais. No caso, esses estudos se embasaram em obras de pensadores da Europa continental, especialmente alemães como Max Weber e Otto Hintze, que, no final do século XIX, já abordavam o Estado como sendo mais do que apenas uma arena, mas também um sistema coercitivo, burocrático, administrativo e legal capaz de estruturar relacionamentos cruciais dentro da sociedade. É nesse retorno à abordagem centrada no Estado que devemos destacar a relevância da obra “*Bringing the State Back In*” (EVANS, PETER B; RUESCHEMEYER; SKOPCOL, 2002), publicada pela primeira vez em 1985, cujo objetivo era justamente reunir diferentes autores que estavam retomando as análises do Estado como um ator de certa autonomia, e destacando como ele afeta a sociedade por meio de suas políticas e relacionamentos com diferentes grupos. Cabe destacar ainda o papel coercitivo do Estado nessa abordagem, caracterizada inclusive na famosa definição de Estado moderno por Weber (2013, p. 56) como a comunidade humana que reivindica o monopólio da violência legítima sobre um determinado território. A atuação do Estado, porém, não se limita apenas à coerção, como essa tradição o caracteriza essencialmente, e atualmente as instituições do Estado são amplamente reconhecidas como capazes de influenciar no crescimento econômico, desenvolvimento humano, segurança e democracia.

Mas se o Estado é um ator de relativa autonomia e que estabelece um controle coercitivo sobre a população, ele precisa ter meios para impor suas vontades e interesses. Esses meios recebem vários nomes na literatura, a depender do autor, mas nesse trabalho utilizaremos a mais comum, ou capacidades estatais. Trata-se da habilidade das instituições do Estado efetivamente implementarem seus objetivos oficiais (HANSON; SIGMAN, 2013, p. 2). Entretanto, a grande discordância sobre o conceito está na dificuldade de estabelecer uma definição consensual e, conseqüentemente, na mensuração das capacidades estatais, que por vezes podem acabar sendo confundidas com, por exemplo, boa governança. Justamente para evitar erros nessa etapa, torna-se extremamente importante identificarmos as funções fundamentais do Estado: a capacidade de extrair recursos da população, a capacidade de estabelecer o controle sobre o território e a capacidade de administrá-lo. O processo de “construção do Estado”, portanto, se refere à busca do Estado em ampliar essas três capacidades e analiticamente se distingue da “formação do Estado”, processo esse que significa o estabelecimento de fronteiras bem definidas, de um núcleo de poder e da monopolização dos meios coercitivos no território demarcado. Evidentemente, ambos os processos ocorrem relativamente juntos quando um Estado está se consolidando.

A análise histórica nos auxilia a melhor compreender esses processos, bem como esclarece as ditas funções fundamentais do Estado. Na obra de Tilly (1996) “*Coerção, Capital e os Estados Europeus*”, o autor demonstra como na história europeia os resultados das guerras representaram a sobrevivência ou o desaparecimento de Estados, fator que reduziu o número de Estados europeus de milhares de unidades há mil anos em poucas dezenas no século XX. A guerra, entretanto, não serviu apenas para determinar conquistadores e conquistados. O êxito na guerra depende de dois fatores: coerção e capital, ou, em outras palavras, uma força militar capaz de derrotar seus adversários e os recursos necessários para sustentar essa força. Com base nisso, Tilly estabelece três trajetórias distintas, as trajetórias coercitivas, as capitalizadas e as coercitivas-capitalizadas, de modo que diferentes níveis de concentração em cada uma das variáveis representa um tipo de trajetória. A trajetória coercitiva-capitalizada, própria do Estado-nação, por poder contar tanto com soldados em grandes quantidades quanto dinheiro para financiar a força, foi a trajetória que obteve os melhores resultados na guerra, de modo a ser atualmente o modelo reconhecido e utilizado em todo o globo¹. Cabe destacar que a formação de uma força armada demanda um pesado fardo para a população (através de

¹ Salienta-se, porém, que o modelo de Estado nacional não era um ponto de convergência que todos alcançariam naturalmente, mas sim um modelo que se sobrepôs pela sua capacidade superior de coletar recursos e usá-los na guerra.

impostos, de recrutamento, entre outras formas), mas se torna a forma como o Estado impõe seu desejo contra rígidas resistências. Além disso, uma força armada tende a promover consolidação territorial, centralização e o monopólio dos meios de coerção; deixando evidente a afirmação de Tilly (1975, p. 42, tradução nossa²) de que “*A guerra fez o Estado e o Estado fez a guerra*”. Assim sendo, as capacidades extrativas e coercitivas se apresentam de modo muito claro ao próprio surgimento dos Estados e, mesmo depois de formados, continuam sendo duas de suas funções fundamentais.

Entretanto, devido ao fato de que a obra de Tilly observa a história de mil anos do continente europeu, a dificuldade de uma análise mais profunda sobre os casos abre espaço para uma grave crítica de seu argumento que, supostamente, envolveria uma falácia lógica de tipo *post hoc ergo propter hoc* – depois disso, logo, causado por isso³. Nesse sentido, a fim de evidenciar a relação causal entre guerras e o impulsionamento das capacidades estatais, cabe destacar de modo mais específico como ocorreu o processo histórico da extração de recursos humanos e materiais pelo Estado para fazer a guerra. Assim, no que diz respeito à capacidade de extrair soldados para a formação de uma numerosa força armada, o próprio Tilly deixa claro como as guerras induziram a formação de exércitos cada vez maiores. Acompanhando a expansão dos nascentes Estados nacionais, a quantidade de soldados da França subiu de 18 mil homens em 1494 para 32 mil em 1525, e 40 mil em 1552. A Espanha demonstra um aumento ainda mais expressivo, saltando de 20 mil soldados em 1492 para 100 mil em 1532 e 148 mil em 1552. Por volta de 1630 – no auge da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) –, a Espanha contava com um exército de 300 mil soldados. O mais notável aqui é que “*a proporção entre tropas e o total da população cresceu de maneira significativa*” (TILLY, 1996, p. 136-137). O quadro 1 demonstra o aumento expressivo de soldados em cinco países europeus entre os séculos XV e XVII⁴.

Com esse expressivo aumento das forças armadas, cujos custos sobem ainda mais se considerarmos o avanço da tecnologia, é lógico pensar que os Estados precisaram ampliar sua capacidade de extrair recursos para terem condições de sustentar essa crescente máquina de guerra, e é justamente nesse ponto que a análise de Tilly abre espaço para a crítica da referida falácia lógica, pois em sua obra não fica suficientemente demonstrado que as guerras foram a causa da ampliação das capacidades extrativas dos Estados, especialmente em matéria de

² No original: “War made the state, and the state made war”.

³ Um exemplo desse tipo de falácia seria alegar que o Sol nasce porque o galo canta, uma vez que o canto do galo costuma preceder o nascimento do Sol.

⁴ A queda na quantidade de soldados franceses e espanhóis em 1650 é explicada pela exaustão de ambos, em virtude da guerra dos trinta anos (1618-1648) e da guerra franco-espanhola (1635-1659).

extração de recursos monetários por meio de tributos. Contudo, tal relação fica comprovada em outros trabalhos, como na análise das finanças inglesas de Mann (1992, p. 108), em que o autor demonstra como o endividamento do Estado para arcar com os custos das guerras era pago no decorrer de vários anos, de modo que as despesas em tempos de paz não retornavam aos níveis anteriores ao conflito. Assim, a tributação proveniente do esforço de guerra em período de paz se tornava quase inevitável, tornando-a permanente e ampliando, aos poucos, as dimensões dos Estados.

Quadro 1 – Ampliação dos Exércitos Europeus

Década	Espanha	Províncias Unidas	França	Inglaterra	Suécia
1470	20.000		40.000	25.000	
1550	150.000		50.000	20.000	
1590	200.000	20.000	80.000	30.000	15.000
1630	300.000	50.000	150.000		45.000
1650	100.000		100.000	70.000	70.000

Fonte: (KENNEDY 1988, p. 56)

Não obstante, a ampliação dos custos bélicos, em função dos massivos exércitos e do avançar da tecnologia, também impossibilitaram que os reis pudessem financiá-la com a sua receita privada (proveniente das terras reais e taxas habituais), como pressupõem os valores medievais (*vivre du sien* – viver por conta própria) (LEVI, 1989, p. 99). Assim, impostos extraordinários cobrados por reis que precisavam de mais recursos para suas guerras acabaram se tornando o meio regular. Isso é particularmente importante quando se destaca que os reis medievais, tanto da Inglaterra quanto da França, não tinham o direito e o poder de aumentar impostos quando quisessem, eles precisavam justificar o aumento da extração, e a guerra era a justificativa mais aceitável (LEVI, 1989, p. 105).

Em um estágio posterior, especialmente quando o Estado removeu os agentes intermediários (nobreza e clero, por exemplo) e passou a governar diretamente a população (governo direto), o Estado passou a intervir de modo cada vez mais intenso na vida das pessoas. Os custos da guerra, pela tecnologia que a encareceu e pelo aumento do seu poder destrutivo, reforçaram a necessidade do Estado de ampliar a sua extração. Pressionadas pela ação do

Estado, as pessoas reagiram e protestaram, de modo que o Estado passou a negociar com as pessoas. Surgiram direitos e deveres entre as partes, ou o que se convém chamar de cidadania, mas, evidentemente, esse processo aconteceu de diferentes formas, a depender das populações e de como os Estados (com a vantagem de possuírem os meios coercitivos) reagiram. É desse modo que se torna possível estabelecermos uma relação direta entre capacidades estatais com democracia, já que uma reduzida capacidade estatal representa uma fraqueza do Estado, ao passo que uma capacidade muito alta representa uma excessiva autonomia do Estado (CASTELLANO *et al.*, 2012, p. 2-3; TILLY, 2007, p. 16). Nesse sentido, a capacidade do Estado em produzir e distribuir recursos dentro da sua população, bem como construir uma narrativa em comum que unifique as pessoas e as façam se identificar como parte daquele Estado são entendidas aqui como a capacidade administrativa – uma função bastante recente na história, mas que adquire cada vez mais importância.

Para as sociedades contemporâneas, portanto, é notável como as capacidades estatais estão diretamente relacionadas com a qualidade de vida das pessoas. É nesse aspecto em que ocorrem confusões com boa governança, como por exemplo os autores que estabelecem uma relação entre capacidade estatal e desenvolvimento econômico dependendo de políticas pró ou contra o mercado (JOHNSON; KOYAMA, 2017, p. 3). O tipo de regime do Estado não pode ser entendido como uma variável da capacidade estatal, mas sim o quanto o Estado cumpre daquilo que se propõe a fazer. Generalizações nesse caso são complicadas porque há uma grande variedade de fatores que diferenciam os Estados (cada um possui uma trajetória própria). Mas, como em princípio todo Estado busca o monopólio da violência legítima sobre o território, garantir a segurança dos cidadãos é um indicativo universal da capacidade do Estado⁵. Consequentemente, outro indicativo é a extração dos recursos necessários para garantir esse controle do território. Eventualmente, pode ser interessante entendermos que a função principal do Estado na atualidade vá além da proteção apenas sobre a violência, mas também é um dever no sentido de combater crises de fome, de doenças e catástrofes de modo geral que ameacem a vida das populações sob controle. De todo modo, apenas o caráter coercitivo já deixa claro as implicações das capacidades estatais na vida das pessoas. É assim que Estados com grandes capacidades oferecem uma garantia de ordem e senso de segurança para os cidadãos (o que eventualmente leva a um maior desenvolvimento da economia); enquanto Estados com baixas capacidades estatais levam a instabilidade da sociedade, possivelmente deixando espaço para competidores internos (Estados paralelos) e a ocorrência de guerras civis.

⁵ A aplicação de justiça, que Tilly (1996, p. 157, 158) cita como uma das atividades básicas dos Estados, aqui é entendida como parte da garantia de segurança.

A relevância do tema é ampliada quando se percebe que a maioria dos Estados no mundo atualmente possuem baixas capacidades estatais ou estão abaixo do desejável. Destaca-se também como a teoria belicista, que analisa a trajetória dos Estados europeus, não consegue explicar os problemas dos países em desenvolvimento, visto que a guerra em muitos desses casos foi muito mais destruidora do que construtora de Estados. Nessas condições, estudos mais recentes se propõem a analisar o fenômeno da guerra e a construção de Estados de países em desenvolvimento, na busca de novas variáveis que auxiliem na compreensão do problema que se apresenta. Em uma análise sobre o Vietnã e o Afeganistão, Taylor e Botea (2008) destacam a existência de um núcleo étnico dominante e a combinação de guerra com uma ideologia revolucionária, fatores que constroem uma ideologia nacional unificadora. Herbst (2000, p. 11) aponta um problema histórico para a construção de Estados na África subsaariana em função da dificuldade de projeção de autoridade sobre áreas geograficamente inóspitas e com baixa densidade populacional. Em sua análise sobre o Congo, Castellano (2012, p. 60) aponta que a guerra não necessariamente gera efeitos positivos na construção do Estado, mas depende de fatores como a natureza das ameaças, o tipo das principais forças combatentes, a forma de financiamento, quem obtém a vitória e como a guerra é concluída. Hui (2005, p. 50) que fez uma comparação entre a Europa pré-moderna e a China antiga, analisa a construção dos Estados de modo não-linear e pelos mecanismos de dominação, de modo que a autora aborda o processo através de reformas “autofortificadoras” e “autoenfraquecedoras”, que ampliam ou reduzem o poder relativo do Estado frente à sociedade ou a inimigos externos.

Quanto aos autores que analisaram a América Latina, Centeno (2002, p. 269) aponta que as guerras latino-americanas foram financiadas por empréstimos internacionais, sem gerar aumento da capacidade extrativa e levando os países a contraírem enormes dívidas. O autor também destaca que os tipos de guerras travadas nesse continente foram apenas “guerras limitadas”, de modo que produziram apenas “Estados limitados”. Thies (2005, p.463) conclui que a aplicação literal de Tilly não se sustenta na América Latina, pois as guerras não ampliaram as capacidades estatais dos Estados latino-americanos. Entretanto, o autor sugere ampliar o modelo tillyano para incluir rivalidades interestatais na análise de construção do Estado nesses países, visto que a mera ameaça de guerra é capaz de gerar um lento, porém contínuo, processo de ampliação das capacidades estatais. De modo geral, incluindo os autores citados, estudos sobre os Estados latino-americanos apontam para Estados que apresentam capacidades em um nível muito abaixo do desejável, sendo ineficientes na extração e distribuição de recursos ou mesmo no estabelecimento do monopólio da violência. Assim sendo, e tendo em vista a relação

entre guerras e capacidades estatais, o presente estudo busca analisar, de modo histórico, os impactos das guerras nas capacidades do Estado brasileiro.

O recorte do trabalho se justifica por três fatores. Primeiro porque é importante evitar análises muito distantes do modelo tillyano. Delatolla (2016, p. 284), por exemplo, aponta que a análise de Tilly é focada em conflito entre unidades não-estatais e que muitos estudos que utilizam o modelo tillyano falham por analisarem conflitos interestatais. Embora não descartemos a análise de guerras interestatais, a América do Sul do século XIX apresenta um cenário similar (evidentemente com diferenças) ao da Europa pré-moderna, de modo que López-Alves (2001, p. 153) considera que a conceituação e os pressupostos que norteiam a obra de Tilly são aplicáveis no continente. Nesse caso, cabe ressaltar que após as independências sul-americanas, os Estados sul-americanos não estavam propriamente formados e com fronteiras definidas. Muito distante disso, diversos grupos de poder alternativo disputaram espaço, alguns com sucesso, como o Paraguai. No Brasil, por exemplo, as regiões do Norte e Nordeste estavam fora da influência do príncipe-regente Pedro I quando este decretou a independência do Brasil, precisaram ser conquistadas militarmente e foram palco de diversas revoltas, algumas com cunho separatista. O segundo fator é que o século XIX concentra a maioria das guerras interestatais ocorridas no continente sul-americano, sendo que entre as poucas ocorridas no século XX, o Brasil não foi beligerante em nenhuma. No caso, as rivalidades interestatais propostas por Thies (2005) ainda eram resolvidas no campo de batalha durante esse período. E, por fim o terceiro fator, o caso brasileiro apresenta diferentes tipos de guerras, de modo que é possível analisarmos se o tipo de guerra produz diferentes impactos nas capacidades estatais.

Assim sendo, o presente trabalho procura responder à seguinte pergunta de pesquisa: “quais foram os impactos das guerras, ocorridas no período imperial, nas capacidades do Estado brasileiro?” Esta pesquisa, portanto, testará as hipóteses levantadas pelo estudo de Centeno (2002), a ressaltar: (1) a capacidade extrativa não foi ampliada porque as guerras foram financiadas com empréstimos internacionais; e (2) as guerras em que o Brasil participou foram do tipo limitadas e, por isso, geraram impactos menores nas capacidades estatais (guerras limitadas produziram Estados limitados). Nesse caso, torna-se fundamental definirmos os tipos de guerra e a diferença entre guerra total e guerra limitada. A definição de guerra, para Clausewitz, é a de “*um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade*” (2010, p. 7). Todavia, a guerra ainda pode se diferenciar quanto à sua intensidade e objetivos, sendo classificada como “guerra total” quando os adversários possuem forças equivalentes e o objetivo dela é a completa destruição do inimigo, seja através da rendição

incondicional ou da completa aniquilação. Evidentemente nesse tipo de guerra as capacidades do Estado são exploradas no limite, forçando-o a aplicar todos os recursos possíveis no conflito. O outro tipo de guerra, mais comum, é a “guerra limitada”, de modo que seus objetivos também são limitados e a maior parte do território, bem como a independência do oponente é preservada.

Tendo em vista os fatores elencados, para a análise histórica sobre a influência das guerras nas capacidades estatais do Estado brasileiro, a história do Brasil imperial foi dividida em três períodos de conflitos, buscando não apenas a análise sobre os conflitos propriamente, mas eventuais consequências posteriores. A saber: (1) a independência do Brasil e a guerra da Cisplatina, período que termina com a abdicação do imperador Pedro I (de 1822 a 1831); (2) as revoltas do período regencial, a ascensão do imperador Pedro II e a guerra contra Rosas, findando com o início do governo de Solano López (1831-1862); e (3) a Guerra do Paraguai e o fim do império com a proclamação da República (1862-1889). Desse modo, o estudo adota como método de procedimento o estudo de caso, definido por George e Bennet (2005, p. 5) como um “*exame detalhado de um aspecto de um episódio histórico com o intuito de desenvolver ou testar explicações que podem ser generalizadas para outros eventos*”⁶. Trata-se da melhor forma de testar a maioria das teorias relacionadas à guerra, em comparação aos estudos de “*large-n*” por permitir uma exploração mais profunda do evento (VAN EVERA, 1997, p. 30). Desse modo, o presente trabalho realiza um estudo de caso único com comparações múltiplas dentro do caso, o que nos permite observar as variáveis dependente e independente ao longo de várias circunstâncias dentro do caso em questão. Isso nos possibilita reduzir os problemas de indeterminação originados a partir de uma observação singular⁷, e possibilita o enfoque nas relações de causa e efeito nas mudanças das capacidades estatais.

Importa destacar que dentre as formas possibilitadas pelos estudos de caso para o teste da teoria estão os estudos de caso único ou comparações entre dois ou mais casos. Todavia, estudos que fazem comparações entre dois ou mais casos devem seguir os métodos de diferença ou semelhança propostos por John Stuart Mill na escolha dos casos, ou seja, no método da diferença o pesquisador deve escolher casos que possuam características gerais similares, mas diferentes valores na variável observada; enquanto que no método da semelhança, os casos devem possuir diferentes características gerais, mas semelhantes valores na variável analisada.

⁶ Tradução de BORGES, 2007, p. 48.

⁷ Uma das críticas aos estudos de caso se dá pelo seu pequeno número de casos, tanto com um quanto com poucos, de modo que os críticos alegam que essas pesquisas são de caráter “indeterminado” e, conseqüentemente, incapazes de produzirem inferências válidas. Contudo, como argumentam George e Bennet (2005, p. 207), é possível obter múltiplas observações a partir de um único caso, de modo que Borges (2007, p. 51) afirma que o “estudo de caso único não necessariamente é um estudo que produz uma única observação para cada uma das variáveis”.

Essas características acabam por enfraquecer a comparação, já que é muito difícil (ou quase impossível) encontrar casos satisfatórios que o método exige dentro das ciências sociais (VAN EVERA, 1997, p. 56-58). A escolha por um caso único se justifica para evitar que possíveis variáveis não analisadas sejam influentes no processo estudado, de modo que o presente trabalho pode focar exclusivamente nas congruências ou incongruências das variáveis elencadas e a teoria.

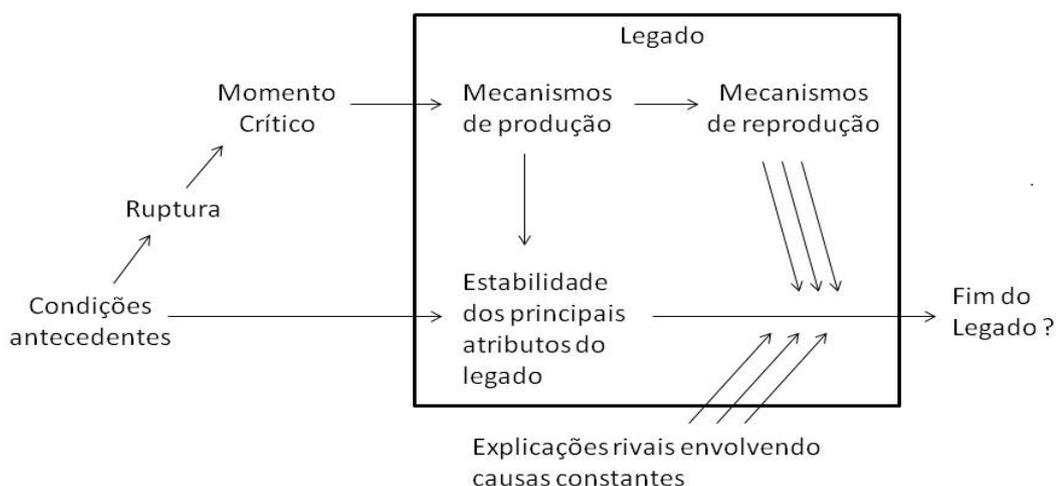
Como instrumento teórico-metodológico, o trabalho adota a causalidade social dependente da trajetória percorrida (dependência da trajetória ou *path dependence*), de modo que um país, ao iniciar uma trilha, terá os custos de reversão muito altos (FERNANDES, 2002, p. 83). Importa destacar também que o *path dependence* “rejeita o postulado tradicional de que as mesmas forças ativas produzem em todo lugar os mesmos resultados”, já que as mudanças ocorrem de acordo com o contexto local, herdadas do passado (HALL; TAYLOR, 2003, p. 200). O aspecto central a ser analisado, portanto, diz respeito à dinâmica dos *retornos crescentes* (*increasing returns*), que de acordo com Pierson (2000, p. 251), possui dois elementos a serem observados: primeiro, identificar como os custos de quando uma decisão é tomada são ampliados para revertê-las; e, em segundo lugar, dar atenção às questões de tempo e sequência, “*distinguindo momentos formativos ou conjunturas de períodos que reforçam caminhos divergentes. Em um processo de retornos crescentes, não é apenas uma questão do que acontece, mas também quando acontece*”. Apesar de grandes mudanças econômicas, sociais e políticas no decorrer do tempo, as dinâmicas de retornos crescentes levam a uma forte tendência de continuidade das organizações depois de institucionalizadas, uma vez que os custos de criar uma instituição ou de uma determinada política são altos, e quando implementadas, elas incentivam indivíduos e organizações a investir em especializações e relações com outros indivíduos e organizações, criando uma identidade política e social. Tudo isso amplia cada vez mais os custos de uma hipotética alternativa (PIERSON, 2000, p. 259). Entretanto, como a dependência da trajetória não significa uma cadeia presa em si mesma, quando as condições antecedentes não conseguem mais responder adequadamente às demandas, cria-se uma ruptura que leva ao que Collier e Collier (2002) chamam de momento crítico (*critical juncture*).

De acordo com os autores, alguns elementos devem ser considerados para entender como funciona o momento crítico: 1) as condições antecedentes, que são a base contra a qual a ruptura e o momento crítico são observados; [na Figura 1, abaixo, as condições antecedentes estão ligadas diretamente ao legado para sugerir uma hipótese rival da continuidade com o sistema preexistente e que não é permeado pela estrutura crítica]; 2) a crise, que gera o momento

crítico; 3) o legado que é dividido em a) mecanismos de produção do legado, que representam uma série de passos intervenientes para cristalizar o legado, b) mecanismos de reprodução do legado, que por não ser automático, conferem estabilidade ao legado através de processos institucionais e políticos e c) a estabilidade dos atributos centrais do legado que são produzidos como resultado do momento crítico; 4) explicações rivais que devem ser consideradas; e, 5) fim do legado, que irá acontecer inevitavelmente em algum momento. A Figura 1 representa todos esses elementos.

No caso deste trabalho, considera-se que o impacto provocado por uma situação de guerra representa um momento crítico. Consequentemente, os fatores que levaram ao conflito são as condições antecedentes e os impactos nas capacidades estatais, objeto de análise do estudo, são o legado. Dessa forma, a trajetória iniciada por cada uma das guerras elencadas será analisada e posteriormente esses resultados serão comparados, a fim de compreender se o tipo de guerra influencia as capacidades.

Figura 1 - Estrutura do momento crítico em bloco.



Fonte: (COLLIER e COLLIER, 2002, p. 30).

Por fim, o presente trabalho foi estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo será feito um debate teórico sobre o processo de construção do Estado, dividindo a variável em seus três itens (as capacidades) e apresentando o modelo que será utilizado para analisar variações das capacidades em função da guerra nos capítulos posteriores. Em seguida, será apresentado

um debate teórico sobre a guerra, bem como sobre os diferentes tipos de guerras, mas em especial sobre a guerra total, de modo a nos permitir relacionar os diferentes tipos de guerra com as capacidades do Estado. Os capítulos posteriores, portanto, serão utilizados para a análise dos casos escolhidos; no segundo capítulo avaliaremos a Guerra de Independência e a Guerra da Cisplatina; enquanto no terceiro serão as guerras do período regencial e a Guerra do Prata; e por fim, o quarto capítulo será dedicado para analisar a Guerra do Paraguai.

2. GUERRAS E CAPACIDADES ESTATAIS

As guerras certamente figuram entre as mais importantes atividades da humanidade, não apenas pela destruição e sua frequência (para não dizer permanência), mas também pelo estímulo que elas geram no desenvolvimento de tecnologias e na organização da sociedade (RUTTAN, 2006). Nesse sentido, além de sua importância por si só, a escolha da guerra como objeto de análise nesse estudo se dá pelo fato de que se trata de um momento crítico capaz de gerar grandes transformações em diferentes níveis, tanto da sociedade, quanto do Estado. Assim, importa destacar que a guerra não pode ser entendida apenas como um evento negativo, embora seja duro pensar assim diante de toda a dor e sofrimento que elas geram, mas também como um evento capaz de gerar aspectos positivos. Essa ambivalência, própria de uma ação humana, se torna mais evidente quando percebemos que a guerra não é um fim em si mesmo, e que muitas das transformações geradas pelas guerras são de vital importância para as sociedades contemporâneas.

Nesse caso, entre essas transformações, devemos destacar que as guerras possuem um papel fundamental na formação e construção dos Estados, uma vez que a violência é um dos principais meios na conquista e controle de territórios. Não menos importante, também foi pela via belicista que os Estados conseguiram estabelecer o monopólio da violência legítima dentro de seus territórios, definição de Estado moderno para Weber (2013, p. 56) e condição fundamental para a segurança dos indivíduos e de suas propriedades, que por sua vez gera um bom estímulo ao desenvolvimento econômico. Mas os custos para construir uma força armada capaz de garantir e expandir o território controlado por um determinado grupo são muito altos, e recaem justamente sobre as populações envolvidas nas disputas, tanto em recursos humanos quanto em recursos materiais. Em um contexto de grande competição entre diferentes grupos reivindicando territórios e populações, a guerra serviu para selecionar aqueles mais bem-sucedidos, sendo a eficiência na extração de recursos humanos e materiais um fator decisivo nessa disputa. Justamente por isso, a administração dos territórios controlados se tornou uma prática de fundamental importância para os governantes, muitas vezes gerando estímulos contrários à guerra. Além disso, com a evolução da guerra em termos táticos e tecnológicos, houve uma ampliação dos custos e do seu poder de destruição, o que obrigou o Estado a extrair mais pessoas para as forças armadas e mais recursos materiais para financiar essas forças. Diante de um progressivo aumento da intervenção estatal na busca por mais recursos, as sociedades frequentemente ofereceram resistência, de modo que todos esses fatores, sempre movidos pela guerra, acabaram levando o Estado a negociar com a sociedade. Como resultado

dessas negociações, foram criados direitos e deveres para ambas as partes, de modo que podemos entender que, conforme Tilly, “o núcleo do que hoje denominamos “cidadania”, na verdade, consiste de múltiplas negociações elaboradas pelos governantes e estabelecidas no curso de suas lutas pelos meios de ação do Estado, principalmente a guerra” (1996, p. 164). Desse modo, entende-se que a guerra, como um fenômeno, acaba sendo a causa primária da criação de serviços públicos, como saúde e educação, dos direitos individuais, e de outros elementos tão fundamentais das sociedades modernas.

Por outro lado, importa destacar que esses bons impactos resultantes das guerras ocorreram somente em determinados países, com Estados que conseguiram construir uma estrutura capaz de administrar seus territórios e populações. Em outras situações, por diversos fatores, a guerra demonstrou não ser uma condição suficiente para a ampliação das capacidades estatais, de modo que muitas vezes as guerras podem gerar pouco além de destruição. De todo modo, a guerra oferece uma excelente oportunidade de análise da ordem institucional e do processo de construção dos Estados, especialmente ao adotarmos a interpretação de dependência da trajetória (*path dependence*). Isso porque o risco de derrota no conflito pode superar os custos de mudança de trajetória, levando ao momento crítico (*critical juncture*) e, conseqüentemente, a alterações profundas na estrutura do Estado e da sociedade. É de se destacar, por exemplo, como a ameaça de segurança que os indivíduos têm no decorrer de uma guerra costuma ser utilizada para justificar um aumento de impostos, mas esses impostos criados ou aumentados em função da guerra não costumam voltar aos seus níveis anteriores. Além disso, as guerras, por menores que sejam, causam impactos na economia e alteram a vida de toda a população envolvida.

Assim sendo, o presente capítulo se divide em duas partes: a primeira tem o propósito de demonstrar como a guerra se relaciona com o processo de construção do Estado nos diferentes níveis de capacidades e estabelece o modo como serão analisadas as variações nessas capacidades nos próximos capítulos. A segunda parte tem o objetivo de analisar e distinguir tipos de guerras, algo necessário para que seja possível observarmos se há alguma relação entre os tipos de guerra e um maior ou menor impacto na construção do Estado.

2.1 CAPACIDADES ESTATAIS

Se a importância da guerra para a construção do Estado já é um debate bem consolidado na academia, há uma considerável divergência na mensuração e conceitualização da capacidade estatal (HANSON; SIGMAN, 2013, p. 1). Na busca pela superação desse desafio, as

capacidades estatais foram divididas com base nas funções essenciais do Estado. Nesta seção, portanto, aborda-se as três capacidades fundamentais do Estado – extrativa, coercitiva e administrativa – e o modo como elas são medidas e analisadas nos capítulos históricos. Para tanto, foram elencados fatores que são passíveis observação (possuem fontes) e que são diretamente relacionados à guerra.

2.1.1 Capacidade Extrativa

Na analogia de Tilly (1985) comparando os primórdios do Estado com o crime organizado, ambos surgem a partir de um detentor de poder que vende proteção para a população residente em seus domínios e persegue uma política de pacificação, cooptação e eliminação de rivais, com a diferença da legitimidade. É consensual o fato de que o primeiro passo na formação do Estado é construir o monopólio da violência organizada. O nosso foco aqui, entretanto, está nos custos que esses objetivos geram, uma vez que para alguém estabelecer uma dominação e impor a sua vontade sobre outros é necessário montar uma força armada competente, e para tanto, é preciso financiá-la. Enquanto a monopolização da violência pode ser alcançada pela contratação de mercenários ou extração de soldados da população sob domínio, ambos os meios ainda necessitam de pagamento (pelo contrato com os mercenários ou para adquirir armas, cavalos e outras ferramentas para o combate), extraído também da população que vive no território dominado. A capacidade extrativa, portanto, é a capacidade de extrair recursos da população para sustentar uma máquina de guerra que possibilite não apenas o triunfo em batalhas, mas a formação e a própria sobrevivência do Estado. A forma com que esses recursos são extraídos pelos chamados tributos e, de acordo com Tilly (1996, p. 147), as estratégias de arrecadação governamental variaram muito de acordo com cada caso, mas se compõem de cinco amplas categorias: tributos, rendas, impostos sobre a circulação, taxas sobre estoques e impostos sobre a renda.

Todavia, a relação entre a capacidade extrativa e a guerra não se limita à formação do Estado. Em seu processo de construção, de acordo com Herbst (1990, p. 120), a guerra influencia na capacidade extrativa de duas formas: primeiro, a guerra (especialmente a de rivalidade) exige que governantes encontrem novas fontes de receita e pode ser a única razão para reformar um sistema tributário inadequado (por reformar pretende-se dizer aumentar impostos). No estudo de Mann (1992, p. 108) sobre as despesas britânicas entre 1695 e 1820, o autor mostra um padrão que se repete em cada guerra que a Inglaterra participou: em um primeiro momento, gera um aumento nas despesas militares e, posteriormente, após o fim do

conflito, um segundo impacto no pagamento de dívidas, que ultrapassa levemente as despesas militares. Esse padrão seria exemplar para um Estado pré-industrial e demonstra como um “Estado que deseja sobreviver precisa aumentar sua capacidade de extração para pagar por exércitos profissionais e/ou marinha”.

A segunda influência é ser mais fácil aumentar impostos quando o Estado está em guerra, já que a ameaça à sobrevivência dos indivíduos é maior do que outras preocupações. A guerra então era utilizada para justificar o estabelecimento de impostos (a segurança sendo vendida como um produto) (LEVI, 1989, p. 96). Entretanto, esses impostos que eram aceitos como algo temporário pela população, exclusivamente para o esforço de guerra, continuavam após o fim do conflito e se tornaram permanentes (MANN, 1986, p. 433), o que leva Herbst (1990, p. 121) a dizer que as guerras geram um “ratchet effect” na tributação dos Estados. Um exemplo dessa situação pode ser visto no estabelecimento do imposto de renda na Inglaterra: o imposto foi introduzido pela primeira vez em 1799, em meio aos esforços para conter a França revolucionária e representou um grande controle dos indivíduos por parte do Estado, algo que jamais seria aceito sem uma justificativa plausível. Com a assinatura do Tratado de Amiens em 1802, a guerra foi interrompida e a impopularidade do imposto pressionou pela sua revogação. Mas essa paz durou muito pouco e logo em 1803 a guerra contra a França recomeçou, juntamente com o imposto de renda (com modificações). Ambos se estenderam até 1815, quando o fim das guerras napoleônicas causou nova pressão pelo fim do imposto e o levou a ser revogado (ele retorna em definitivo em 1842, pela primeira vez em tempos de paz), juntamente com uma cerimônia pública de queima de todos os documentos (todavia, o órgão da receita tinha duplicatas, fato que foi escondido até 1932) (LEVI, 1989, cap. 8).

Com o tempo, porém, o Estado passou a se envolver cada vez mais com outras atividades para além da guerra, como a aplicação de justiça, produção e distribuição de recursos. Assim como a guerra, todas essas atividades são dependentes da capacidade extrativa e um grande marco no processo de construção do Estado acontece quando as autoridades centrais removem os agentes intermediários (senhores de terras, clero, oligarquias burguesas, entre outros) e estabelecem um controle direto sobre as comunidades e famílias, originando nesse processo, de uma só vez, os exércitos permanentes, os Estados nacionais e o governo direto (TILLY, 1996, p. 167). O fim dos intermediários, que limitavam os volumes de recursos que o Estado podia extrair, ampliou consideravelmente as capacidades extrativas, mas também as demandas da população. De acordo com o exemplo anterior, o imposto de renda representou uma grande transformação na história fiscal britânica; ele forneceu ao Estado uma nova e enorme fonte de renda além de informações sobre a riqueza individual e estilo de vida dos

cidadãos, algo inédito nas relações entre Estado e sociedade (LEVI, 1989, p. 122). Segundo Fukuyama (2015), o desenvolvimento de estruturas burocráticas capazes de extrair recursos da população e oferecer serviços para os contribuintes é um dos grandes desafios para muitos Estados do mundo na atualidade, bem como para a democracia.

Assim sendo, a capacidade extrativa, que provavelmente é a capacidade mais importante de todas – visto sustenta as demais capacidades – será analisada em termos de acúmulo e concentração de capital. No caso da concentração, importa observarmos se o Estado conseguiu ampliar a sua capacidade de extrair recursos da sociedade, principalmente através de impostos que impactem diretamente nos cidadãos (como impostos sobre renda ou propriedades), justamente por se tratar de um meio que gera maior oposição da população (nos capítulos seguintes, isso será avaliado de acordo com os “impostos do interior⁸”). No caso do acúmulo de capital, importa observarmos se o Estado conseguiu pagar ou não os custos da guerra com a ampliação da arrecadação, mesmo que a médio prazo. Em caso negativo, o Estado se torna dependente de capital externo ou vai à bancarrota, duas situações que prejudicam o acúmulo.

2.1.2 Capacidade Coercitiva

A relevância dessas questões fica muito clara em uma análise no decorrer da história: um exército bem treinado e que responde a uma clara cadeia de comando (hierarquizado) constitui-se no instrumento mais poderoso de dominação, tanto em âmbito interno (polícia) quanto externo (na guerra). Desde que as forças armadas passaram a receber “*adestramento diário, praticado o ano inteiro, quando em serviço de guarnição e ocupando o tempo livre quando em campanha*”, também se tornaram mais obedientes e eficientes, bem como capazes de estabelecer um nível superior de paz pública dentro dos Estados europeus; o que permitiu o florescimento da agricultura, comércio e indústria, e conseqüentemente ampliando a riqueza tributável que sustenta as forças armadas. Esse ciclo autossustentável, assim como o desempenho superior em batalha de uma força disciplinada e treinada em comparação a forças irregulares, forneceram a riqueza e o poder que possibilitaram a conquista europeia de grande parte do globo (MCNEILL, 1982, p. 117).

⁸Representam a soma de várias taxas e impostos sobre circulação interna de mercadorias, pessoas, propriedades e outros itens. Em contrapartida, a maior fonte de renda do Estado brasileiro em todo o período analisado veio dos direitos de importação, um imposto sobre produtos estrangeiros que apenas aumenta o preço do produto para os consumidores (portanto indireto).

Em contraste com as forças permanentes, outros tipos de forças possuem custos mais baixos, mas também não geram o ciclo autossustentável que contribui para o processo de construção do Estado. Pelo contrário, forças mercenárias, por exemplo, costumavam pilhar o território de quem os contratavam em caso de falta de pagamento ou mesmo na ausência de serviço. Maquiavel (1999, p. 85) mesmo já alertava sobre os problemas em confiar nesse tipo de força. Não obstante, como os soldados eram o capital de trabalho dos *condotierri* (líderes mercenários na Itália renascentista), não era interessante fazer sacrifícios, e como uma batalha decisiva poderia levar tanto a muitas baixas quanto a perda de serviço (sem um inimigo não teria trabalho para que mercenários fossem contratados), as guerras italianas do século XV e XVI poderiam ser descritas como uma série de movimentos e manobras militares com o objetivo de fazer o adversário retrair (MORGENTHAU, 1948, p. 393).

Esclarecida a importância fundamental de como é composta a força armada, é importante destacar que esse é apenas o primeiro critério a ser observado na análise da capacidade coercitiva. Outra questão importante a ser analisada diz respeito à lealdade das forças. Sem uma burocracia hierarquizada, que possibilita o controle de todos os soldados por parte do chefe de Estado, a administração das forças armadas (e do território) acaba sendo compartilhada com intermediários, descentralizando o poder dentro do Estado e, possivelmente, gerando competidores internos. O caso típico dessa situação é a Europa feudal, onde era comum a posse de exércitos privados por parte de donos de terras – esses, por sua vez, deveriam jurar lealdade pessoal ao seu suserano, o que nunca impediu traições e revoltas. A conquista do monopólio da força, feita com o uso das forças permanentes, deu sentido para a definição weberiana de Estado moderno e, ao acabar com conflitos internos, permitiu o desenvolvimento da economia e do ciclo autossustentável – referidos anteriormente.

No Brasil, todavia, há outra situação um tanto semelhante: o processo de colonização do país (muito baseado em extensos domínios rurais, monocultura e trabalho escravo em um território continental, pouco povoado e sob a constante ameaça de outras potências coloniais europeias) concedeu grandes poderes aos senhores de terras, de modo que o rei de Portugal muitas vezes era ou se mostrava impotente para deter o efetivo controle das lideranças regionais. Esses poderes regionais foram sendo reduzidos pelo centro progressivamente e o que Victor Nunes Leal (2012) chamou de “coronelismo” já representava um mero resquício dos poderes dos senhores de terras. Ainda que essa relação entre centro e regiões, bem como a confusão de público e privado, tenha amplas consequências, especificamente no que diz respeito à capacidade coercitiva, cabe a observação dos processos de centralização dos meios

coercitivos, já que essa é uma ferramenta de vital importância no controle do comportamento de indivíduos e grupos dentro de um determinado território.

Em suma, ao observarmos que tipo de forças armadas o Estado emprega nas guerras e o quão centralizado são os meios coercitivos, poderemos perceber se a capacidade coercitiva do Estado foi ampliada ou não, em sintonia com o que Victoria Tin bor Hui (2005) chama como reformas autofortalecedoras e autoenfraquecedoras: uma decisão política que amplie a presença de forças permanentes, com treinamento o ano inteiro, hierarquizada e centralizada, de modo que aumentem o poder central, fortalecem a capacidade coercitiva; enquanto que decisões que se utilizem de outros tipos de soldados, como mercenários, e descentalizem os meios coercitivos, ampliando poderes regionais, enfraquecem a capacidade.

Deste modo, tal qual a capacidade extrativa, a capacidade coercitiva será analisada por meio do acúmulo e concentração. Por acúmulo de coerção, entende-se a formação ou aprimoramento de uma força militar permanente, organizada e disciplinada, cujos soldados são extraídos da própria população (em contraste com uma força mercenária). Já a concentração dos meios coercitivos diz respeito à monopolização da violência legítima dentro de um determinado território (critério que define o Estado moderno para Weber (2013, p. 56).

2.1.3 Capacidade Administrativa

Importa abordarmos a capacidade administrativa por uma questão teórica, mas devido às suas características, é uma capacidade que tem pouca ou nenhuma variação na rígida sociedade brasileira do período imperial e, em função disso, não será analisada nos capítulos posteriores. Trata-se de uma capacidade que inclui a produção e distribuição de recursos, a construção de uma identidade comum entre os habitantes do Estado e uma base de sustentação teórico/legal para a estrutura de poder do Estado. Em suma, a capacidade administrativa diz respeito às relações entre o Estado e a sociedade, mas no caso da sociedade brasileira do século XIX, essas relações eram muito distantes e não apresentam variações suficientes para seu emprego neste estudo.

Por muito tempo, o Estado se concentrou basicamente nos meios coercitivos, extraindo recursos, fazendo as guerras e atacando competidores dentro do território reclamado para garantir a monopolização da violência. Entretanto, uma vez que os Estados criaram fronteiras seguras e reconhecidas, sentiram a necessidade de administrar o território, intervindo em acertos de disputas dentro da população submetida pela aplicação de justiça, bem como na produção e distribuição de recursos. Tais atividades, que de início ainda eram triviais, passaram a

tremendas com o passar do tempo e logo *“todo Estado europeu acabou criando uma nova estrutura administrativa tanto no plano local e regional quanto numa escala nacional”* (TILLY, 1996, p. 159). A grande intervenção do Estado na vida quotidiana, no sentido de que cada vez mais o Estado passou a extrair mais recursos da população para fazer a guerra (tanto soldados quanto bens de riqueza), *“suscitou a ação coletiva popular, frequentemente sob a forma de resistência, mas algumas vezes assumindo o caráter de novas reivindicações”* (TILLY, 1996, p. 160). Como forma de resolver isso, o Estado negociou (ainda que pendendo para o lado que detém os meios coercitivos) e o resultado das negociações foram a criação ou confirmação *“de reivindicações individuais ou coletivas ao Estado, direitos individuais ou coletivos frente ao Estado e obrigações do Estado para com seus cidadãos”* (TILLY, 1996, p. 264).

No caso, por exemplo, da distribuição de recursos, é necessário primeiro que se produza e se extraia. Assim, o Estado tem a opção de extrair das camadas mais pobres e conceder benefícios aos mais abastados, contribuindo para a concentração de renda e desigualdade social, ou extrair dos mais ricos e oferecer benefícios aos pobres, o que contribui para diminuir a desigualdade, mas isso depende dos cálculos e interesses dos estadistas. Fukuyama (2011, p. 87-88) questiona sobre a possibilidade de se chegar a uma solução para profundas desigualdades apenas por vias democráticas, uma vez que é raro encontrar casos de profunda reforma agrária sem elementos coercitivos. Na história do Estado de bem-estar social europeu, por exemplo, as elites só aceitaram uma redução de seus privilégios e aumento de impostos por causa de ameaças revolucionárias.

A prática da guerra frequentemente envolveu os Estados europeus na produção de armas; e a extração, na produção de bens (p. ex. sal, estopins e fumo) cujos monopólios alimentavam os cofres do Estado. Mais tarde, todos os Estados intervieram de forma mais geral na produção, à medida que se tornaram efetivas as exigências por parte dos trabalhadores e intelectuais no sentido de conter os excessos capitalistas; os Estados socialistas representam simplesmente o extremo de uma tendência geral. A extração, a proteção e a aplicação da justiça se entreceram, finalmente, para compelir os Estados ao controle da distribuição – primeiramente como um meio de garantir as rendas do Estado provenientes da circulação de bens, depois como uma resposta aos pedidos populares de correção de desigualdades e déficits locais. Novamente, os Estados socialistas representam apenas a versão extrema de uma expansão bastante geral da atividade do Estado fora da esfera militar (TILLY, 1996, p. 159).

Como a distribuição de recursos envolve a produção e extração de bens materiais, diz respeito também a um tema que gera um atrito muito forte dentro da sociedade, além de ser um dos objetos de principal destaque para as políticas públicas. Ou seja, a capacidade distributiva é fonte de negociações entre elites e cidadãos em regimes autoritários em que, segundo

Robinson (2006, p. 505), se as elites não forem confiáveis em cumprir tais negociações, deverão recorrer ao poder coercitivo para manter o *statu quo* ou abrir espaço para uma democracia), mas também é debate de políticas públicas em um governo democrático.

A capacidade administrativa, em nosso entendimento, também se refere ao processo de homogeneização da população dentro de um determinado território, ou “*nation building*”. Nesse caso, apesar de manifestações mais antigas, como o que Arrighi (1996) chama de protonacionalismo nos Países Baixos na guerra dos 80 anos (1568-1648), a identificação das pessoas com um território muito grande é um fenômeno recente, por volta da primeira metade do século XIX. As causas do nacionalismo são discutíveis, Gellner (2000) traz uma visão materialista sobre o fenômeno, como uma necessidade para a passagem de uma sociedade agrária para a industrial, enquanto Tilly (1996, p. 170) já associa o nacionalismo com a instalação do governo direto. De comum acordo está o fato de que o nacionalismo e a homogeneização da população facilitam a governança: aumentam as chances de que os cidadãos comuns se identifiquem com os seus governantes, aumenta também a chance de que as pessoas se unam contra uma ameaça externa caso possuam uma consciência de que todos os habitantes de um mesmo Estado pertençam a uma origem comum e, por fim, facilita a comunicação e padronizações, a aplicação de uma lei que funciona em determinada região provavelmente funcionará em todo o território nacional.

Nesse sentido, cabe destacar a definição de nação estabelecida por Benedict Anderson (2013, p. 32-34): uma comunidade política imaginada, limitada e soberana. Por limitada se entende as fronteiras, limitando a nação a um determinado espaço no mundo. Soberana porque a nação rompeu com a ordem divina como fonte de legitimidade para concedê-la ao povo (todo o poder emana do povo). Imaginada porque qualquer pessoa da mais minúscula nação jamais conhecerá a todos os demais habitantes, mas tem em mente a imagem de que possui uma origem e uma história comum a todas elas. E por fim, comunidade porque, independente do grau de desigualdade e de exploração que exista, “a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal”, de modo que “*tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham se disposto não tanto a matar, mas, sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas*” (ANDERSON, 2013, p. 34). Assim como nas outras capacidades, a guerra também exerce um papel fundamental na criação dessa história comum e senso de irmandade entre os indivíduos da nação, sendo as batalhas um dos principais objetos dessa narrativa.

Inevitavelmente, o nacionalismo foi caracterizado em praticamente todos os lugares com algum grau de militarismo. A autoconsciência com a Nação implica, por

definição, um sentido de diferenciação de outras comunidades, e os mais memoráveis incidentes da memória coletiva costumam ser conflitos com, e triunfos sobre, outras comunidades. É de fato muito difícil criar autoconsciência nacional sem uma guerra. A nação francesa se identificou com seus triunfos militares: Marengo, Austerlitz e Jena deram o selo à recém-descoberta consciência nacional. Trafalgar e Waterloo acrescentaram um incremento substancial para o nacionalismo britânico que remonta há quatrocentos anos até Crécy e Agincourt e foi reforçada até nosso tempo pela Batalha da Inglaterra e El-Alamein. A autoconsciência nacional russa começou a se agitar em 1812, a alemã três anos depois; e quando a Alemanha se tornou uma nação em 1871, foi em consequência de comparáveis cataclismos militares – Königgrätz, Gravelotte e Sedan. E os cidadãos dos Estados Unidos realmente pensavam em si próprios como nação até que se encontraram nos campos de batalha da Guerra Civil? (HOWARD, 1979, p. 102, tradução nossa⁹).

Por fim, cabe notar que a instalação do governo direto é um grande diferencial para a capacidade administrativa. Conforme já foi mencionado, durante a maior parte da história, Estados se concentraram nas atividades relacionadas à guerra, como atacando e controlando competidores e desafiantes dentro do território reclamado, atacando inimigos externos e extraindo recursos para financiar tais atividades – mas também, em menor escala, na aplicação de justiça, produção e distribuição de recursos (TILLY, 1996, p. 157-158). Até a instalação do governo direto, Estados (com exceção de microestados) governavam de forma indireta, tendo agentes poderosos como intermediários (senhores de terras, clero, militares independentes, oligarquias urbanas), de modo que podemos inferir que os atores estatais se relacionavam basicamente com essas classes privilegiadas, tendo pouca relação com as classes mais baixas. Após o governo direto e a eliminação dos intermediários, porém, os estadistas passaram a lidar diretamente com a população, de modo que as atividades de aplicação de justiça, produção e distribuição de recursos adquiriram maior importância por representarem uma forma de compensação do Estado pelas grandes demandas de recursos que ele demandava da população. Como destaca Tilly:

O trabalho, os bens, o dinheiro e outros recursos que os Estados exigiam estavam, afinal de contas, embutidos em redes de obrigação e eram destinados a objetivos que as famílias e comunidades priorizavam. Entre as perspectivas a curto prazo do cidadão comum, aquilo que em alegre retrospecto denominamos “formação do Estado” compreendia a instigação de arrendatários de impostos impiedosos contra os camponeses e artesãos pobres; a venda forçada, para pagar impostos, de animais que

⁹ No original: Inevitably, nationalism was characterized almost everywhere by some degree of militarism. Self-consciousness as a Nation implies, by definition, a sense of differentiation from other communities, and the most memorable incidents in the group memory usually are of conflict with, and triumph over, other communities. It is in fact very difficult to create national self-consciousness without a war. The French nation became identified with its military triumphs: Marengo, Austerlitz, and Jena set the seal on the newfound national consciousness. Trafalgar and Waterloo added a substantial increment to a British national sentiment that reached back four hundred years to Crécy and Agincourt and was to be enhanced even in our own times by the Battle of Britain and El Alamein. Russian national self-consciousness began to stir in 1812, German in the following three years; and when Germany eventually became a nation in 1871, it was in consequence of comparable military cataclysms – Königgrätz, Gravelotte, and Sedan. And had the citizens of the United States really thought of themselves as a Nation until they had proved themselves to be one on the battlefields of the Civil War?

poderiam servir para dotes; a prisão de líderes locais como reféns do pagamento, por parte da comunidade local, dos impostos devidos; o enforcamento de outros que ousavam protestar; a incitação de soldados brutais contra uma população civil desafortunada; o recrutamento de jovens que representavam a principal esperança de conforto na velhice de seus pais; a compra compulsória de sal impuro; a elevação dos já arrogantes proprietários locais a funcionários do Estado; e a imposição de unidade religiosa em nome da ordem pública e da moralidade. Não é de admirar que os europeus sem poderes tenham tantas vezes aceito a lenda do “bom czar” que fora enganado, ou mesmo mantido prisioneiro, por maus conselheiros (TILLY, 1996, p. 160).

Isso porque essa invasão do Estado na vida dos indivíduos gerou diversas revoltas, que passaram a ser resolvidas através de negociação (ainda que desigual). A instalação do governo direto, portanto, ampliou o espaço de negociação entre Estado e sociedade, e foi a partir de então que o Estado se envolveu em novas atividades, como saúde e educação ou leis trabalhistas. É claro que as negociações aconteceram de acordo com as trajetórias de cada país, mas o modo como elas acontecem nos possibilita relacionar a capacidade administrativa com a democracia. Quando as relações entre Estado e sociedade caminham a uma direção de consultas mais amplas, igualitárias e protegidas, se dá o processo que Tilly (2007, p. 12-14) chama de democratização. Pelo lado contrário, no processo de desdemocratização, ocorre quando a direção é rumo a consultas mais estreitas, desiguais e menos protegidas. Além disso, a forma com que o Estado responde às demandas também pode se relacionar com democracia: segundo Diamond (2015), desde 2006, muitos países estão passando por processos de desdemocratização, algo que Fukuyama (2015) justifica pela baixa capacidade dos Estados em oferecer boa qualidade de vida para a população, fazendo-as desacreditarem na democracia e apoiarem meios autoritários.

Conforme tudo explanado, devemos deixar evidente a relação entre todos esses processos, conforme pontua Tilly (1996, p. 167) “*os exércitos nacionais permanentes, os Estados nacionais e o governo direto originaram-se um do outro*”. Contudo, como será visto nos capítulos posteriores, essa capacidade administrativa é praticamente inexistente nos estágios iniciais da formação do Estado brasileiro. Isso porque o exército brasileiro era muito baseado em milícias e seu contingente permanente se manteve em torno de 20 mil homens durante todo o período analisado, um número muito baixo para a população brasileira (que superava os nove milhões de habitantes na segunda metade do século). Além disso, os grandes proprietários de terras se mantiveram com grande influência na política imperial, de modo que não podemos pensar em fim de intermediários e instalação do governo direto. Não obstante, cerca de um terço da população era composta por escravos quando o Brasil se tornou independente, e mesmo que esse número tenha sido reduzido gradualmente até a abolição da

escravidão em 1888, a esmagadora maioria da população era analfabeta e vivia do trabalho agrário, com pouca comunicação entre as distantes províncias de um país com dimensões continentais. Sendo a sociedade imperial extremamente hierarquizada e estática, pouca ou nenhuma variação na capacidade administrativa aconteceu, de modo que a análise sobre ela fica bastante comprometida. Optou-se, portanto, em não abordar essa capacidade nos capítulos empíricos.

2.2 TIPOS DE GUERRAS

Como podemos definir guerra? Há certo problema nessa questão, pois geralmente quando se pensa em guerra, pensa-se em um ato de violência organizado entre Estados, mas essa definição acaba por excluir muitos conflitos da história, como guerrilhas ou invasões de hordas das estepes asiáticas. Nesse sentido, a definição de guerra dada por Levy e Thompson (2010, p. 5) é interessante: “*um ato continuado de violência coordenada entre organizações políticas*”. Essa definição, cujos autores destacam, traz a exigência da violência como um fator diferencial em relação a outros tipos de conflito e a palavra “*entre*” como modo de salientar a mutualidade dessa violência (se não há resistência à agressão, podemos chamar de invasão ou ataque preventivo, dentre outras formas). Todavia, o que torna essa definição interessante é o fato de ela incluir vários tipos de guerras, como as interestatais, guerras de libertação, guerra civil ou uma guerra entre Estados Unidos e Talibã, por exemplo, dentre outros tipos. Organizações políticas, por sua vez, refletem bem o caráter político da guerra. Clausewitz (2010, p. 7) já destacava que a guerra é o “*ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade*”, ou seja, trata-se apenas de um meio para alcançar finalidades maiores.

Seguindo na linha de pensamento de Clausewitz (2010, p. 19-20), exatamente por ser um ato político, a guerra é um choque de interesses que gera o princípio de polaridade, uma vez que o objetivo dos participantes é desarmar o adversário e fazer prevalecer a sua vontade sobre o outro. Entretanto, tal polaridade não se reflete em batalha por causa da existência de uma condição desigual: para que um lado desarme o outro, é necessário que algum dos lados parta para a ação (ou caso contrário não haveria guerra e a vontade do outro se prevaleceria por outros meios), estabelecendo assim uma situação de ataque e defesa. Como a vitória de um representa a derrota de outro, os lados combatentes podem se revezar dentro dessa situação, ou seja, se o atacante consegue conquistar uma parte do território do defensor, caberá ao defensor partir para o ataque para reconquistar sua posse ou aceitar sua derrota. Esse é um aspecto importante da

guerra porque o defensor sempre tem vantagem sobre o ataque¹⁰. Nesse caso, segundo Clausewitz (2010, p. 21-22), a polaridade reside apenas na tomada de decisão e não no ataque ou defesa em si mesmos, e como a defesa possui vantagem sobre o ataque, isso explicaria o motivo das guerras apresentarem tantos períodos de inação.

Outro aspecto fundamental da guerra é sobre a quantidade de violência empregada no conflito. Para Clausewitz (2010, p. 8), uma vez que o lado que for mais capaz levará vantagem na guerra, um lado impõe ao outro uma busca pelos extremos de violência, gerando uma demanda do uso ilimitado da força. Essa situação, porém, não se concretiza por uma série de fatores (CLAUSEWITZ, 2010; DINIZ, 2011, p. 78-83): 1) a guerra é a continuação da política por outros meios, portanto ela nunca perde seu propósito político e os governantes não deixam de fazer o cálculo de custo e benefício para empregar todas as suas forças em um único empreendimento; 2) a guerra é repleta de incertezas e acasos, sendo bastante sensível a uma inúmera quantidade de fatores e qualquer erro pode levar à derrota, o que leva os condutores da guerra a agirem com bastante prudência no emprego da força; 3) a guerra é dominada pela presença de fatores morais (entusiasmo, medo, coragem, confiança etc.) como nenhuma outra atividade humana e esse elemento também é decisivo para o resultado da guerra, somando-se ao ponto anterior e gerando ainda mais incerteza; 4) a guerra é constituída por uma *trindade paradoxal* composta por governo, forças armadas e povo, desse modo, não basta derrotar as forças inimigas e derrubar seu governo, é necessário também quebrar ou conquistar a vontade popular; 5) o combate é a atividade essencial da guerra, então mesmo no caso de um comandante evitar a batalha, é porque ele calculou que se a enfrentasse teria resultados desfavoráveis; 6) a já referida vantagem da defesa sobre o ataque; 7) a onipresença do fenômeno da fricção, identificado por Clausewitz como o fenômeno que torna as coisas mais fáceis muito difíceis na guerra, como uma chuva que atrasa um batalhão e o impede de chegar na hora, uma ordem mal entendida ou um nevoeiro que impede o inimigo de ser avistado em boa hora; 8) os objetivos da guerra que podem ser limitados ou ilimitados; e 9), o ponto culminante do ataque, o momento, de difícil precisão, no qual o prosseguimento do ataque começa a debilitar a própria força atacante, arriscando tudo que fora conquistado até então.

No caso de uma guerra com objetivos limitados, o emprego da força também será limitado, pois o emprego da violência é proporcional aos objetivos. O ponto culminante do

¹⁰Segundo Diniz: “A força que está se defendendo precisa apenas manter sua situação para ganhar a guerra. Além disso, o defensor geralmente tem a vantagem de conhecer o terreno, de poder prepará-lo, do favor da população, de proximidade com relação às suas bases, e, portanto, de linhas de suprimento menos estendidas. Por outro lado, o atacante tem a vantagem da iniciativa, em princípio podendo escolher onde e como atacar. Para Clausewitz, a essência da defesa é a espera, e a do ataque é a rapidez” (PROENÇA; DINIZ; RAZA, 1999, p. 81).

ataque, porém, merece atenção especial. Como o atacante, ao entrar em território inimigo, começa a se enfraquecer pela distância de suprimentos, pela hostilidade da população local e pelo desgaste, continuar o avanço pode comprometer a sua vitória e mesmo a sua capacidade de se defender. A prudência, nesse caso, faz com que o ponto culminante do ataque seja uma limitação dos próprios objetivos da guerra, isso será de fundamental importância para entendermos a guerra total mais adiante.

Uma vez definido o conceito de guerra e debatido o seu fenômeno, é necessário destacar que é possível categorizar e distinguir algumas formas de guerra, a depender dos modos como ela acontece. Para tanto, os critérios utilizados por Vasquez (1986, p. 317-319) se baseiam em: 1) capacidade entre os combatentes; 2) quantidade de beligerantes; e 3), objetivos da guerra.

2.2.1 Capacidade dos combatentes

Capacidade nesse caso se refere à capacidade extrativa dos combatentes, ou seja, as condições que cada um tem para poder fazer a guerra, tanto por número de soldados, quanto recursos para financiar o conflito, mas acrescenta-se ainda a tecnologia das armas. Quando as condições são similares, dá-se o nome de “*guerras de rivalidade*”, enquanto em casos em que as condições são muito distintas e um dos lados tem claramente uma grande vantagem recebe o nome de “*guerras de oportunidade*”.

2.2.2 Quantidade de beligerantes

A maioria das guerras possui apenas dois participantes, tipo que recebe o nome de “*diádica*”; enquanto guerras com mais membros recebem o nome de “*complexa*”. Essa distinção é particularmente importante para se entender os motivos que originaram o conflito.

2.2.3 Objetivos da guerra

Em termos de objetivos, a diferença que pode ser estabelecida é de guerra “*limitada*” ou “*ilimitada*”. Em termos simples, a guerra é limitada quando possuem objetivos específicos e a guerra deixa a maior parte da integridade territorial, bem como a independência do oponente, intacta. A guerra ilimitada, por outro lado, busca uma rendição incondicional ou a conquista do adversário (guerras que começam limitadas também podem se tornar ilimitadas a depender do

desenrolar da guerra). A importância dos objetivos é que eles decretam os meios necessários, e consequentemente a quantidade de violência na guerra.

A partir dessas divisões e de uma análise do sistema internacional, é possível ainda trabalharmos com a ideia de guerra central e local. A guerra local é uma guerra geograficamente delimitada e sem grande intensidade (MARTINS, 2008, p. 181, 2013, p. 11). Trata-se então de uma guerra com poucos beligerantes empregando recursos limitados em busca de um objetivo igualmente limitado; enquanto que a guerra central é uma “*conflagração que ocorre entre as grandes potências, os polos do sistema internacional*” (MARTINS, 2013, p. 181), esse tipo de guerra, portanto, envolve maiores áreas de conflito (podendo chegar ao mundo inteiro inclusive) e certamente envolve maiores recursos investidos no conflito. O que é interessante de se destacar, porém, é o que Kahn (apud MARTINS, 2013, p. 182) chama de escalada: a escalada horizontal acontece quando o número de beligerantes aumenta no decorrer do conflito; enquanto que a escalada vertical é o aumento de recursos investidos, bem como dos objetivos da guerra, que podem ser ampliados; ou seja, uma guerra diádica pode se tornar complexa, bem como os objetivos que inicialmente eram limitados podem se tornar ilimitados. Para Martins (2013, p. 182), “*ambas as guerras mundiais podem ser consideradas como a soma de duas guerras locais que escalaram no âmbito vertical e horizontal, produzindo uma conflagração generalizada*”. A guerra total, visto como um caso raro de guerra, é marcado pela escalada vertical em níveis extremos.

2.2.4 A Guerra Total

Enquanto a maioria das guerras permanece como uma ferramenta política e dentro dos cálculos de custo-benefício, com objetivos bem delimitados e emprego razoável de recursos, algumas guerras ultrapassaram os limites racionais e se tornaram um fim em si mesmo. No primeiro caso, chamaremos de guerra limitada, que no entendimento de Duarte (2012, p. 70), acontecem no contexto de mínima ou moderada participação popular e são resolvidas na barganha diplomática após o custo da resistência armada inicial. Podemos entender que essa é a situação normal de guerra, mas, em alguns casos raros na história, podemos observar que elas passaram por um processo de escalada vertical ao extremo e a barganha diplomática deixou de ser uma opção. Para definir essas guerras, chamaremos de “guerra total”.

Guerras limitadas envolvem a busca por um equilíbrio vantajoso de maneira que se possa barganhar com o oponente, por um lado, cedendo-lhe objetos de valor, anteriormente conquistados pelo controle de parte do seu território, e ameaçando-lhe

a conquista de novos pela destruição de uma parcela de suas forças combatentes; por outro lado, o prolongamento do conflito em uma taxa de danos desfavorável – pela aplicação de danos à infraestrutura do território oponente e aos centros administrativos de seu governo. Articulam-se o uso da força e da barganha diplomática na oferta de incentivos positivos e negativos que avancem pontos de uma agenda de negociação (DUARTE, 2012, p. 70).

O conceito de guerra total surgiu após a Primeira Guerra Mundial, tendo sido empregado pelos seus criadores (Leon Daudet e depois Erich Luddendorff) como um esforço de guerra sem precedentes, tendo em conta a mobilização do aparelho industrial (BELL *et al.*, 2011, p. 153; DUARTE, A, 2005, p.36-37). Entretanto, prestes a completar um século do fim da Grande Guerra, ainda existe grande divergência entre os acadêmicos no que diz respeito a uma definição de guerra total, tornando-o um conceito que Duarte (2005, p. 35) considera “fluido e fugidio”. Além disso, entre 1992 e 2001 foram organizadas cinco conferências sobre o tema nos Estados Unidos e na Alemanha com o propósito de oferecer mais precisão ao termo, porém, após o término dos eventos, os organizadores não conseguiram chegar a uma definição do conceito (apesar de identificarem elementos importantes para a totalização) e questionaram (embora não completamente) a utilidade do conceito na compreensão da guerra moderna (IMLAY, 2007, p. 549). Contudo, consideramos aqui o conceito de guerra total interessante por ser uma categoria que possibilita a distinção de algumas guerras cruciais de outras mais modestas, uma vez que o esforço brutal necessário para a guerra total pode ter consequências distintas no processo de construção do Estado.

Ao considerarmos os objetivos na guerra como um fim e os recursos investidos nela como os meios, a visão predominante sobre a guerra total identifica nos meios o elemento decisivo. Por exemplo, a definição de guerra total para Wright (1942, p. 307) se baseia na distinção entre militares e civis nas operações militares, uma vez que nas guerras modernas essa diferença ficou menos nítida; a indústria e a opinião pública dos civis influenciam consideravelmente na guerra, de modo que a população, centros de manufatura e transportes se tornaram alvos militares. Contudo, ainda que essa distinção entre civis e militares tenha se tornado mais modesta e a destruição de alvos civis praticamente uma norma em todas as guerras posteriores à Segunda Guerra Mundial, análises mais recentes sobre o tema entendem a guerra total a partir da mobilização de toda a sociedade para o combate entre os Estados (CHICKERING; FÖRSTER, 2006, p. 2; DALL’AGNOL; DORNELES, 2017, p. 47; DUARTE, A, 2005, p. 48). O emprego de todos os recursos da sociedade então é algo que devemos entender como uma condição fundamental para a existência da guerra total. Isso

significa também que a população deve se identificar com o Estado e, evidentemente, estar disposta a se sacrificar por ele.

Mas como podemos dizer que a sociedade está mobilizando todos os seus recursos para a guerra? Em termos materiais, é impossível que um beligerante dedique a totalidade de seus recursos para o conflito, pois isso levaria a sociedade ao colapso rapidamente. Para fins de exemplificação, durante a Segunda Guerra Mundial (de 1942 a 43), a URSS direcionou cerca de 60% dos gastos nacionais para o conflito (IMLAY, 2007, p. 562); enquanto que, segundo Broadberry e Howlett (2005, p. 157-158), os britânicos chegaram a investir 50% dos seus gastos nacionais no auge, o que, para uma economia mais desenvolvida e diversificada como a britânica, representa provavelmente o gasto máximo que poderiam investir sem entrar em caos. Destaca-se então que quanto menos desenvolvida for uma economia, maiores deverão ser os seus gastos na guerra (IMLAY, 2007, p. 562). Além disso, também é complicado medir o esforço pelos níveis de violência atingidos, uma vez que devemos considerar o esforço da população para a guerra, e a identificação dessa população com o Estado é fundamental para que a guerra se transforme em um duelo entre sociedades (escalada vertical). Todavia, uma guerra que causou considerável destruição e a que mais matou civis (no ocidente) até as guerras mundiais foi a Guerra dos 30 anos (1618-1648), que foi travada principalmente com exércitos mercenários sem nenhuma identificação com o Estado, e não raro mudando de lado conforme o pagamento. Entende-se então que usar apenas de dados quantitativos pode comprometer a análise.

A forma que propomos de resolver esse problema é a análise e observação dos objetivos da guerra, entendendo que há uma relação direta entre fins e meios e que, considerando o enorme sacrifício da sociedade em uma guerra total, a recompensa deverá ser proporcional a esse esforço, justificando-o. No caso de uma guerra total então, o objetivo deixa de ser o mero desarme das forças armadas do adversário (objetivo padrão das guerras e suficiente para as finalidades políticas da guerra) e *“passa a ser efetivamente a sua população e a sua base econômica de sustentação, exprimindo em última análise o objetivo último de aniquilamento de um dado país, reforçando a totalização do duelo”* (DUARTE, A, 2005, p. 49). Portanto, somente através da análise dos fins juntamente com dados quantitativos que demonstrem um elevado custo e esforço de guerra é que poderemos classificar a guerra como total ou não para uma determinada sociedade. Com isso, busca-se também refutar o que propõe Vasquez, que, apesar de também dar importância para os meios, tem seu foco nos objetivos da guerra (fins), definindo a guerra total como a guerra que busca a completa aniquilação ou rendição incondicional do inimigo, de modo que para o autor todas as guerras civis são guerras totais por

natureza (VASQUEZ, 1986, 321). O problema de focar apenas nos objetivos é que, dessa forma, podemos considerar como guerra total uma situação em que um Estado A, muito poderoso, deseja anexar ou derrubar o governo de um Estado B, muito fraco, e onde B oferece pouca resistência, situação que não configura guerra total. A guerra do Iraque em 2003, com o objetivo de derrubar Saddam Hussein, é um exemplo dessa situação.

Em nossa definição, portanto, guerra total é a situação de guerra em que um Estado e a sua sociedade mobilizam o máximo possível de seus recursos com o objetivo de alcançar uma vitória definitiva sobre outra sociedade. Assim sendo, entende-se que a guerra total só pode ser definida através de seus meios e fins em conjunto, sendo impossível priorizar um ou outro. Por essa definição buscamos também uma aproximação com Clausewitz (2010, p. 28), que diz: *“quanto mais grandiosos e poderosos forem os motivos da guerra, quanto mais afetarem a própria existência da nação, quanto mais violenta for a tensão que precede a guerra, tanto mais a guerra será conforme sua forma abstrata¹¹”*. Assim, se entendermos a guerra total como a guerra mais próxima possível da abstração de Clausewitz (ou mesmo como a própria forma abstrata que se tornou realidade), podemos inferir que a guerra total surge a partir de alguns pré-requisitos e se totaliza durante a guerra.

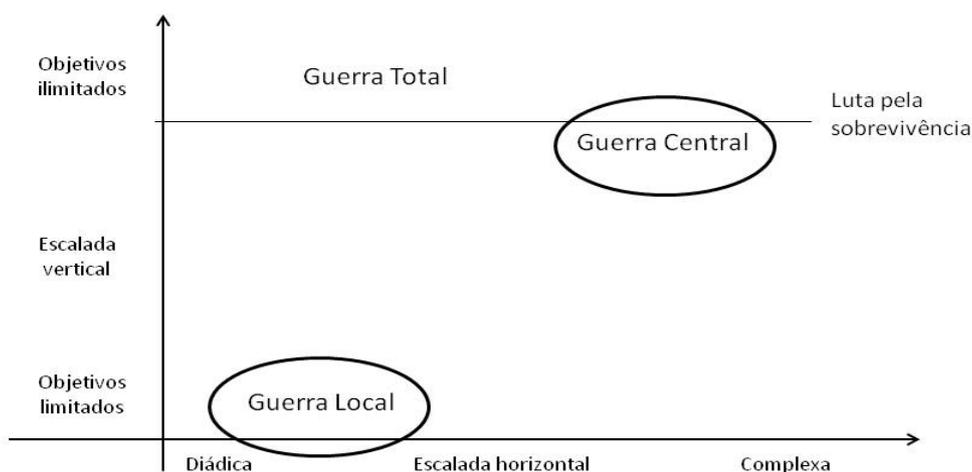
A primeira condição necessária é que a sociedade se identifique com o Estado, sem isso a motivação popular com a guerra será mínima. A segunda condição é que os beligerantes possuam forças equivalentes (guerra de rivalidade), já que somente em casos de inimigos equivalentes (e com a possibilidade de vitória no imaginário da população e dos governantes) podem surgir motivos grandiosos para a guerra e que desperte tanto medo quanto furor na população, servindo para justificar uma mobilização em massa. A terceira condição é que, sendo uma guerra de rivalidade, a sobrevivência dos Estados em questão deve estar em risco: esse seria o único motivo capaz de elevar a guerra de um meio político para um fim em si mesmo de modo que a sociedade e os estadistas aceitassem os tremendos custos, provavelmente abandonando os cálculos de custo-benefício, de investir em uma força militar que esperam ser capaz de destruir a força militar inimiga, que supostamente é equivalente, ocupar seu território e ainda superar o ponto culminante de ataque sem perder a vitória. Cria-se então uma confusão entre *“objetivos políticos e militares, a vitória e a sobrevivência”* (DUARTE, A, 2005, p. 49). Essa combinação de fatores, portanto, leva a uma redução dos efeitos moderadores da guerra e a uma escalada na violência (escalada vertical), aproximando-a (ou tornando-a) a sua forma abstrata de violência sem limites. Uma vez que os Estados beligerantes totalizam a guerra,

¹¹ A forma abstrata, no caso, é o emprego da força sem limites.

então, a história nos mostra que o único desfecho possível é a vitória ilimitada de um dos lados, motivo pelo qual descrevem a guerra total como um “duelo de sociedades”.

Como uma guerra entre forças equivalentes com objetivos ilimitados possui um custo muito elevado e não compensa sua finalidade política, podemos inferir que as guerras totais ou começam com um erro de cálculo, como os confederados da guerra civil americana que pensaram receber apoio europeu, ou começam com objetivos limitados e se tornam totais no decorrer do conflito, como a Primeira Guerra Mundial. Considerando sempre que o emprego da força é proporcional aos objetivos da guerra, ao analisarmos um conflito, é possível observarmos que à medida que a vitória fácil, o sonho de todos, se distancia da realidade e a derrota, que coloca em risco a própria existência da sociedade, é uma ameaça real, mais recursos são investidos na guerra e, como são forças equivalentes, gera-se um escalonamento sem volta dos recursos investidos, até que em um determinado momento nada menos do que a derrota total do adversário é suficiente para compensar o sacrifício. A fim de contraste, em uma guerra limitada, ao invés do escalonamento da violência, “*após os custos de resistência armada e de perdas ultrapassarem um determinado limiar*” o beligerante perdedor é compelido a uma barganha diplomática (DUARTE, 2012, p. 70).

Figura 2 - Escalada vertical e horizontal, destacando a guerra total, local e central.



Fonte: Elaboração própria

2.2.5 Aplicação do conceito

Por fim, devemos destacar que, se a guerra total é o sacrifício de uma sociedade para alcançar objetivos muito caros, não podemos restringir o fenômeno às guerras modernas, como muitos autores entendem. É absolutamente inquestionável que a industrialização, a tecnologia, os Estados modernos e exércitos de massas de cidadãos ampliaram dramaticamente as dimensões das guerras, mas o sacrifício absoluto de uma sociedade em um “duelo” contra outra é tão antigo quanto as próprias guerras. É certo também que as guerras europeias, durante pelo menos um milênio, não foram nada totais, os exércitos eram mercenários sem nenhuma lealdade com os Estados, havia uma rígida distinção entre militares e civis e, segundo Frederico II, a guerra ideal era aquela em que os civis nem sequer soubessem que existiu (HOLSTI, 2004, p. 31). Por outro lado, a Segunda Guerra Púnica, opondo romanos e cartagineses, é um bom exemplo da presença de guerra total desde a antiguidade.

Quando a guerra começou em 218 a.C., os objetivos de Roma eram bem limitados, certamente a remoção da influência cartaginesa da Península Ibérica já seria mais do que o desejado (HOYOS, 2013). A mobilização inicial seguiu como de costume, os dois cônsules recrutaram duas legiões cada, mas somadas também a outras duas que foram mobilizadas por causa de uma rebelião gaulesa no norte da Itália; e a estratégia era simples: eles deveriam derrotar os cartagineses na Ibéria e no norte da África enquanto controlavam os mares com uma marinha superior. A situação mudou quando Aníbal Barca, general cartaginês, realizou a sua famosa travessia dos Alpes e atacou os romanos em seu próprio território, sendo muito bem-sucedido em suas batalhas e destruindo várias legiões no caminho. Após a batalha de Canas em 216 a.C. (onde a estimativa mais baixa atribui pelo menos 30 mil romanos mortos, além de 10 mil capturados), a guerra assume caráter visivelmente total: Aníbal cruzou a península itálica destruindo e pilhando cidades e plantações no caminho. Além disso, apesar de não conseguir ter muito êxito em quebrar as alianças romanas na Itália, Siracusa e Macedônia se juntaram a Cartago na guerra contra Roma, que se recusou a negociar com Aníbal apesar de suas tentativas. Com o sul da Península Itálica ocupado por mais de uma década e sem poder fornecer mais soldados, o esforço de guerra de Roma e seus leais aliados foi gigantesco, possivelmente um em cada três homens, e o número de legiões mobilizadas chegou a 25 em 212 a.C. Resultado da fome pelas pilhagens e das mortes em conflito, as estimativas (ainda que com alguns problemas no censo romano) davam em torno de 330 mil cidadãos romanos no início da guerra, número que caiu para 214 mil no censo de 203 a.C. (BRUNT, 2001; HOYOS, 2013). Por fim, após todo o esforço romano, o resultado não poderia ser diferente de um objetivo ilimitado:

muito além de expulsar os cartagineses da Ibéria, Cartago se tornou uma cidade satélite de Roma e não podia sequer entrar em guerra com outros povos sem aprovação do Senado romano.

Assim sendo, com o propósito de definir as guerras dentro das categorias elencadas, torna-se importante destacar que em uma guerra complexa, com a presença de muitos participantes, a guerra total pode se aplicar para alguns e não servir para outros, a depender do interesse de cada um no conflito. Por exemplo, na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha, o Reino Unido e a União Soviética certamente passaram por uma guerra total, mas o mesmo não se aplica à modesta participação do Brasil. Nesse caso, na hora de definirmos o tipo de guerra, recorre-se a certa generalização com base nos principais participantes do conflito. Entretanto, no estudo da construção do Estado, só é possível analisarmos as consequências da guerra com base na efetiva participação do Estado no conflito, ou seja, para o Brasil, a Segunda Guerra Mundial foi uma guerra limitada.

Quadro 2 - Exemplos de cada tipo de guerra e a classificação dos conflitos estudados nesse trabalho

	Limitada		Total	
	<i>Diádica</i>	<i>Complexa</i>	<i>Diádica</i>	<i>Complexa</i>
Guerras de Oportunidade	Hispano-americana	Guerra do Golfo		
	Guerra dos Bôeres	Guerra do Schleswig-Holstein		
		Guerra do Prata		
Guerras de Rivalidade	Russo-Japonesa	Guerra da Crimeia	Guerra Civil-Americana	Primeira Guerra Mundial
	Franco-Prussiana		Segunda Guerra Púnica	Segunda Guerra Mundial
	Guerra da Cisplatina			Guerra do Paraguai

Fonte: Adaptação de Vasquez (1986, p. 320).

2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O presente capítulo buscou abordar um debate teórico a respeito de dois temas muito importantes para os Estados, no caso as guerras e as capacidades estatais. Objetivou-se a elucidação sobre os diferentes tipos de guerras e como elas podem impactar nas capacidades do Estado, bem como propor um modo de análise para os capítulos empíricos seguintes. Assim, foi definido que a capacidade extrativa será analisada em termos de acúmulo e concentração de capital, sendo o balanço fiscal do Estado e a ampliação de impostos os principais focos de observação, respectivamente. A mesma variação será empregada na análise da capacidade coercitiva, de modo que o acúmulo será avaliado por meio do tipo de força empregada pelo Estado para estabelecer o seu controle sobre o território, enquanto a concentração corresponderá à forma como o Estado lida com possíveis competidores (lideranças locais e regionais). No que diz respeito à capacidade administrativa, entende-se que ela é própria de Estados contemporâneos e não se aplica ao Brasil imperial. Isso porque as variações dessa capacidade na rígida estrutura da sociedade do Brasil imperial (agrária, maioria analfabeta, com escravos) são mínimas ou nulas.

Por fim, o capítulo se propôs a entender o fenômeno da guerra, destacando o pensamento de Clausewitz sobre os propósitos políticos da guerra, bem como os fatores que servem para reduzir o emprego da violência, deixando o emprego máximo da violência como uma abstração, ou guerra ideal. A partir disso, então, buscamos definir e explicar o que é a “guerra total” e como e por que ela ultrapassa os limites racionais dos objetivos políticos para se tornar uma guerra de sobrevivência e um fim em si mesmo. Nos capítulos seguintes todos esses fatores serão analisados nas guerras de formação do Estado brasileiro, ocorridas durante seu período imperial (1822-1889), a fim de compreender os impactos nas capacidades estatais geradas no período mais belicoso da história brasileira.

3 GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA E DA CISPLATINA

O presente capítulo analisa os impactos gerados pelas guerras da independência brasileira (1822-1825) e a da Cisplatina (1826-1828) nas capacidades estatais brasileiras. O período analisado, portanto, se inicia com a independência brasileira (1822) e termina com a abdicação do imperador Pedro I (1831). Para tanto, iniciamos com as condições antecedentes, de modo a traçarmos uma trajetória para o Estado brasileiro que começa ainda durante o período colonial. A segunda seção aborda o momento crítico do capítulo, que é a guerra da Cisplatina, suas causas e desdobramentos. Por fim, na terceira seção analisamos os impactos gerados tanto pela guerra de independência quanto da guerra da Cisplatina para as capacidades do recém-formado Estado brasileiro.

3.1 O CONE SUL NO PERÍODO COLONIAL

Para uma melhor observação sobre a trajetória do Estado brasileiro no período imperial (1822-1889), torna-se necessária uma pequena explicação sobre as condições antecedentes, ou seja, a era colonial do Brasil, de modo a destacar as causas das guerras que serão analisadas neste trabalho, visto que todas elas têm suas raízes na era colonial. Não obstante, é interessante destacar como a guerra da Cisplatina acontece logo após a independência brasileira e alguns poucos anos após as independências na América espanhola, de modo que fica evidente que essas guerras aconteceram no princípio da formação dos Estados sul-americanos (em particular o Cone Sul) e tratavam justamente de determinar os centros de poder que dariam continuidade (ou que seriam extintos) e suas respectivas fronteiras, em um processo que podemos entender como “acumulação de poder”.

Assim sendo, devemos começar com a colonização portuguesa e espanhola na América. No caso da colonização Espanhola, os territórios eram densamente povoados antes da chegada dos espanhóis, o que permitiu que os territórios fossem conquistados pela via militar; enquanto que os nativos, mesmo reduzidos a números bem menores¹² em função de doenças e mudanças socioeconômicas promovidas pela conquista, ainda existiam em quantidade suficiente para serem explorados como mão-de-obra. Além disso, como os nativos já conheciam fontes de metais preciosos, desde cedo criou-se um sistema voltado para encontrar e explorar riquezas

¹² Segundo Furtado (1970, p. 24), a população da América espanhola na época das independências ainda era menor que da época da descoberta.

minerais e enviá-las à Europa, enquanto que as regiões sem mineração se tornaram centros de abastecimento de alimentos e animais das regiões produtoras de metais (FURTADO, 1970, p. 35). A região norte da atual Argentina se desenvolveu como abastecedora de tecidos e animais de tração do Alto-Peru e, pelas vantagens geográficas, o porto de Buenos Aires se tornou o principal caminho entre as minas do Alto-Peru e a Europa. Em contraste com a colonização espanhola, o território onde se encontra atualmente o Brasil à época de seu descobrimento por Portugal era bem menos povoado e sem minas de metais preciosos conhecidas; e com o objetivo de obter lucros com o novo território, os portugueses buscaram implementar uma agricultura tropical com base na experiência que tinham nas ilhas do Atlântico e transplantaram mão-de-obra africana (escravizada) para resolver o problema da falta de trabalhadores (FURTADO, 1970, p. 32).

Contudo, a partir da segunda metade do século XVII, a era de prosperidade da produção argenteífera da América espanhola entrou em declínio. A decadência da economia mineira decretou o atrofiamiento das estruturas econômicas e sociais estabelecidas nas colônias, levando a uma progressiva descentralização destas estruturas e tornando “*a propriedade da terra como a instituição básica de toda a ordenação social*” (FURTADO, 1970, p. 36).

Com efeito, o controle da propriedade da terra permitia que se continuasse a extrair da população indígena um excedente, uma vez eliminado o regime de encomienda. Como esse excedente, por sua própria natureza, devia ser utilizado em sua quase totalidade localmente, a estrutura social tenderia a assumir a forma de unidades isoladas ou semi-isoladas. Esses domínios rurais, de economia essencialmente de subsistência, quase totalmente desvinculados da autoridade estatal, viriam a constituir um dos traços marcantes da sociedade latino-americana. A propriedade da terra constituiu aí a base de um sistema de dominação social de uma massa de população por uma pequena minoria étnica e culturalmente diferenciada. Os contatos econômicos externos foram reduzidos e os contatos sociais com o exterior se limitaram à classe dirigente (FURTADO, 1970, p. 36-37).

Também a partir da segunda metade do século XVII, na colônia portuguesa, a quebra do monopólio do açúcar e a conseqüente queda dos preços desse produto levou as grandes plantações escravistas voltadas para o mercado externo a entrarem em declínio e se transformarem em economias de subsistência. Por outro lado, a descoberta do ouro em Minas Gerais no começo do século XVIII alterou essa situação, atraindo mais portugueses do que nos séculos anteriores, desenvolvendo centros urbanos e gerando demandas abastecidas pelas demais regiões do país, criando assim um vínculo econômico entre as regiões do nordeste, centro e sul do atual Brasil. Furtado (1970, p. 40) divide, então, os aproximadamente 300 anos do período colonial, em dois períodos distintos. Nas colônias espanholas, o primeiro momento foi marcado pela economia mineradora e por grandes êxitos econômicos para a Espanha,

enquanto o segundo caracterizou-se pelo isolamento dos grandes proprietários de terras. Na colônia portuguesa, por sua vez, foi o inverso. Apesar disso, segundo Carvalho (2007, p. 15), o declínio do ciclo do ouro na colônia portuguesa ainda na segunda metade do século XVIII levou ao mesmo refluxo verificado na parte espanhola.

De todo modo, apesar das semelhanças econômicas e sociais entre as colônias portuguesas e espanholas, diversos fatores levaram a uma evolução política bastante diferenciada. Se considerarmos os ciclos de potências de Arrighi (1996, p. 111-130)¹³ ou a ascensão e queda de potências de Kennedy (1988, p. 31-41), podemos observar que o declínio da produção de prata nas colônias espanholas coincide¹⁴ com o início da decadência do império espanhol na Europa¹⁵. O que se seguiu a partir desse declínio foi a incapacidade da metrópole em lidar com os interesses das elites coloniais e abastecer o mercado colonial com produtos manufaturados, fato que abriu espaço para a penetração comercial inglesa, e as guerras napoleônicas representam apenas o ato final de um processo histórico que se estendeu por todo o século XVIII. No caso português, a Inglaterra já possuía privilégios comerciais, tanto com a metrópole quanto com a colônia, desde o acordo de Methuen em 1703 (mais conhecido como Tratado de Panos e Vinhos) (FURTADO, 1970, p. 42-43). Em suma, a partir da decadência do ciclo espanhol, Portugal e Espanha se distinguiram bastante no modo como conduziram as relações entre metrópole e colônias, uma vez que a Espanha buscou resistir à sua própria decadência enquanto Portugal se aliou à nova potência ascendente. Como resultado dessas diferenças, podemos notar que Portugal se tornou dependente da colônia, enquanto a Espanha tentou recuperar seu controle sobre as colônias por meio de reformas ou mesmo pelo aumento da coerção. O fato, porém, é que nenhuma das duas alternativas foi capaz de impedir as transformações em andamento e a conseqüente independência dos países latino-americanos (embora com algumas exceções, como Cuba, que demoraram mais tempo).

Contudo, quando as colônias sul-americanas romperam com as metrópoles europeias e se tornam Estados independentes, a grande diferença que ocorreu foi que a colonização portuguesa gerou um único Estado independente e monárquico, o Brasil, enquanto os territórios de colonização espanhola se fragmentaram e tomaram a via republicana. Nas palavras de Carvalho:

¹³ Aqui cabe uma ressalva. Para Arrighi existem duas lógicas de poder: a do capitalismo e a do territorialismo. A separação entre essas duas esferas faz com que ele considere Gênova o principal ator do período, diferentemente da maioria dos autores, para os quais a Espanha desempenha este papel.

¹⁴ Entende-se que há uma correlação, e não causalidade.

¹⁵ Considera-se também a relevância maior da Espanha do que Portugal, até mesmo porque Portugal esteve sob uma união pessoal com a Espanha (União Ibérica) por 60 anos (1580-1640).

No início do século XIX a colônia espanhola dividia-se administrativamente em quatro vice-reinados e quatro capitânicas-gerais que no meio do século se tinham transformado em 17 países independentes. Em contraste, as 18 capitânicas-gerais da colônia portuguesa, existentes em 1820 (excluída a Cisplatina), formavam, já em 1825, vencida a confederação do Equador, um único país independente (CARVALHO, 2007, p. 13)

Cabe ressaltar aqui o perigo de anacronismo, destacado por Ferreira (2006, p. 23-24), de “*pressupor que a maioria das nações ibero-americanas existiam como tais desde o momento da independência*”. Como ficará claro mais adiante, as fronteiras não estavam estabelecidas, diversos projetos de poder alternativo chegaram a surgir e mesmo no Brasil o risco de fragmentação foi considerável. Importa destacar, inclusive, que a herança colonial, resumida por Carvalho (1999, p. 158), era de um poder metropolitano fraco, cuja incapacidade de administrar de modo centralizado o forçava a recorrer à cooperação do poder privado, o que conseqüentemente levava à descentralização política e administrativa. Esse poder privado, por sua vez, era oligárquico e baseado na grande propriedade de terras e de escravos. A colônia, de modo geral, “*era um ajuntamento de capitânicas frouxamente unidas entre si para as quais o poder do vice-rei era pouco mais que nominal*” (CARVALHO, 1999, p. 158). Nessas condições, o Estado brasileiro recém-formado após a independência também tinha baixa capacidade administrativa, carente de qualquer coisa próxima a uma nação (visto que as províncias tinham poucas relações entre si), e com os poderes regionais muito influentes, a fragmentação territorial era um caminho bastante possível, se não até provável, como aconteceu na América espanhola. Justamente por isso, há um grande debate sobre os motivos que levaram o Brasil a se manter coeso em um único Estado monárquico¹⁶. Embora geralmente sejam apontados alguns fatores que contribuíram para isso, como a vinda da família real portuguesa em 1808 e a manutenção do trabalho escravo em um período em que esse tipo de trabalho já era criticado internacionalmente. Para Carvalho, (2007, p. 19-21), a construção de um único Estado e a continuidade de um governo civil só foi possível devido a um perfil unificado das elites brasileiras que optaram por essa decisão política.

O Brasil dispunha, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas

¹⁶ Destaca-se que não havia diferenças administrativas entre portugueses e espanhóis. Até mesmo porque “*entre 1624 e 1775, a colônia portuguesa esteve dividida formalmente em dois Estados distintos, o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com administrações totalmente independentes*” (CARVALHO, 2007, p. 14). Essa divisão teve papel importante no processo de independência do Brasil, já que a região norte se manteve inicialmente leal a Lisboa.

de direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias.

A despeito da falta de estudos mais aprofundados, pode-se afirmar que tal elite não existia nas colônias espanholas à época da Independência, nem foi criada nos países recém-liberados. A política espanhola de criar universidades nas colônias permitiu a formação de elites locais e impediu o efeito unificador produzido por Coimbra (CARVALHO, 2007, p. 39).

Nesse caso de uma decisão das elites, torna-se fundamental observarmos a atuação dessas elites dentro do Estado em uma trajetória histórica. Muito da administração pública brasileira e da sua política remonta à Portugal, que conseguiu reproduzir em sua colônia uma outra elite à sua imagem e semelhança, feito considerado por Carvalho (2007, p. 37) como de grande importância, talvez até maior que a vinda da família real, e fenômeno único nas Américas. No caso, Portugal se tornou um Estado centralizado ainda em 1385, após a batalha de Aljubarrota, o que reduziu consideravelmente o poder dos donos de terras, de modo que “*restaram aos nobres empobrecidos o serviço do rei ou a empresa colonial, frequentemente combinados*” (CARVALHO, 2007, p. 31). Os nobres portugueses, portanto, eram em grande parte dependentes financeiramente do emprego em cargos administrativos do governo. No Brasil, por outro lado, de território tão grande e população dispersa, os proprietários de terras recuperaram seu prestígio e influência, de modo que a formação e construção do Estado brasileiro não poderiam ser feitas sem levar em conta esse poderoso grupo (CARVALHO, 2007, p. 38). Mas assim como em Portugal, a estrutura burocrática do Estado serviu como o maior canal de mobilidade para os excluídos do sistema econômico agrário-escravista, gerando uma situação contraditória em que o Estado dependia das rendas geradas pela agricultura de exportação para manter-se, mas ao mesmo tempo tornava-se refúgio para quem não encontrava espaço de atuação dentro dessa economia. Isso servia tanto para aqueles que não conseguiam ascender dentro do sistema quanto aos que estavam em decadência, como boa parte da aristocracia nordestina. O desdobramento disso é bastante interessante por ter gerado uma situação, nas palavras de Carvalho (2007, p. 41), “*propícia à geração de interpretações contraditórias sobre a natureza da elite, da burocracia e do próprio Estado*”. Entre os estudiosos dessa questão surgem então aqueles que entendem o Estado brasileiro como um mero representante dos grandes latifundiários, como Caio Prado Júnior e Nestor Duarte, ou como um agente próprio centralizador, como Raymundo Faoro. Na opinião de Carvalho, nenhum dos dois.

De todo modo, apesar de o Brasil ter se tornado independente e com um Estado minimamente capaz, conseguindo ainda reivindicar a integridade do território colonizado por Portugal na América do Sul, não se deve pensar que o Estado brasileiro já estava solidamente

formado. Elites locais ainda eram muito fortes e ofereceram um elevado risco de fragmentação até 1850. Além disso, as fronteiras também não eram bem definidas, o que dava espaço para múltiplas reivindicações e foram a causa principal de todas as guerras em que o Brasil império participou, incluindo a da Cisplatina.

3.2 CONFLITOS, RIVALIDADES E INDEPENDÊNCIAS

Assim como a estrutura das sociedades e dos Estados recém-formados após as independências se originaram na colonização, muitos dos conflitos e rivalidades entre os países também começaram nesse período. No caso específico do Brasil com seus vizinhos na bacia do Prata, o principal fator de conflito na região foi herdado pela dificuldade de Espanha e Portugal em delimitarem os territórios coloniais de cada um. Desde o Tratado de Tordesilhas, foram diversos acordos assinados entre essas duas metrópoles com o objetivo de definir as fronteiras para a colonização de cada um, mas a dificuldade de controle e fiscalização sobre os territórios resultou em repetidas transgressões sobre as linhas imaginárias dos acordos. Não obstante, Portugal e Espanha ainda estiveram unificadas durante a União Ibérica (1580-1640), fato que anulou os tratados e permitiu aos colonos portugueses que explorassem o interior do continente, previstos inicialmente para a Espanha. O contraste entre os tratados e a ocupação de fato perdurou após as independências, com o Brasil reivindicando o critério de *uti possidetis* (ou seja, quem ocupa o território é de fato o seu proprietário), e os países de colonização espanhola reivindicando os acordos coloniais.

Já no caso da Cisplatina, ou o atual Uruguai (também chamado como Banda Oriental por Buenos Aires), a disputa se iniciou em 1680, quando Portugal fundou a Colônia de Sacramento, no lado oposto ao de Buenos Aires no estuário do rio da Prata. Em questão estavam o controle sobre o rio da Prata, de grande valor estratégico e comercial, e a rica pecuária que se desenvolveu no Uruguai, onde o gado se multiplicou livremente nos ricos pastos da área e alimentava um rendoso comércio de couro e carnes (FERREIRA, 2006, p. 51). O primeiro conflito entre portugueses e espanhóis pela área aconteceu ainda em 1680, justamente quando o governador de Buenos Aires tomou conhecimento da construção da fortaleza-cidade e partiu para conquistá-la com sucesso, mas sofreu censura do rei espanhol e, por via diplomática, a colônia portuguesa foi reconstruída. Posteriormente, outros diversos conflitos militares e acordos diplomáticos aconteceram pelo domínio e influência sobre a região, cenário que perdurou até a guerra do Paraguai (1864-1870).

De todo modo, as causas de conflitos na região não se resumem apenas à disputa entre portugueses e espanhóis. Se até a fundação da Colônia de Sacramento pelos portugueses em 1680, o território do atual Uruguai era muito pouco povoado e o ingresso português, que trouxe contrabando, deixou claro aos espanhóis que a estabilidade para Buenos Aires só seria conquistada se as duas margens do rio fossem espanholas. Assim, em 1724, os espanhóis fundaram Montevideo, mas como destaca Ferreira (2006, p. 53), “*essa praça já nasceu rival de Buenos Aires: a primeira medida do governo portenho foi proibir-lhe a realização de todo e qualquer comércio*”. Com Montevideu espanhola e a Colônia de Sacramento portuguesa, a predominância espanhola no Uruguai só começa a se estabelecer após o Tratado de Madri em 1750, quando a Colônia do Sacramento passou para o controle espanhol em troca do território das Missões no atual Rio Grande do Sul, muito embora esse tratado também tenha sido desfeito e modificado posteriormente (a Colônia de Sacramento só se tornou posse espanhola definitivamente após o Tratado de Badajoz de 1801). Conforme Carneiro (1983, p. 14), a partir de “*dois pontos de formação urbana, Montevideo e Colônia, e logo depois com Maldonado e São Carlos, uma população de origem espanhola se enraizava no futuro território da República Oriental do Uruguai*”. Essa predominância espanhola e a rivalidade desde o início com Buenos Aires terão um peso importante para gerar um projeto de oposição tanto aos brasileiros quanto aos portenhos.

Nesse tempo já várias póvoas se haviam formado no Uruguai, com a predominância muito sensível do elemento espanhol. Apenas na campanha, e nas proximidades da fronteira, havia a mescla do brasileiro com o charrua e o guarani. As lutas constantes, ou intermitentes, facilitavam a mistura do sangue da orla litorânea e ribeirinha com o elemento do interior, e assim se formou o crioulo do Uruguai com todas as suas notáveis características que o tornavam capaz de sentir a pátria nascente (CARNEIRO, 1983, p. 17).

Quando as notícias de que a Espanha fora derrotada pelos franceses nas guerras Napoleônicas, o último elo entre as colônias espanholas e a metrópole se perdeu e iniciou-se o processo revolucionário. Processo esse que, na Argentina, desde seu início em maio de 1810, foi marcado pela grande incerteza acerca da melhor forma de organização política a ser tomada pelo novo Estado. Isso porque na base do movimento pela independência existiam interesses muito divergentes entre a cidade de Buenos Aires que, pela sua importância e riqueza, desejava um Estado argentino sob a sua liderança e a de outras cidades que desejavam um modelo federalista, onde Buenos Aires seria apenas mais uma cidade em meio a outras. A fraqueza do Estado e a discordância de elites levou a um longo período de instabilidade política e lideranças caudilhistas, de modo que a disputa entre esses dois projetos acabou levando a uma

fragmentação do território do antigo Vice-Reino do Rio da Prata. Lideranças regionais mais afastadas de Buenos Aires lograram a própria independência, o que levou à formação de Bolívia e Paraguai¹⁷, enquanto o território da atual Argentina, mesmo dez anos após o início do processo de independência, ainda era composto por um aglomerado de províncias autônomas. Nesse período, para Chiaramonte (1997, p. 147, tradução nossa), longe de encontrarmos um Estado argentino, o que existia eram “*governos provisórios que se sucedem em virtude de uma projetada organização constitucional de um novo Estado*”¹⁸, criando uma situação de “*provisoriedade permanente*” que une debilmente os povos soberanos. Destaca-se ainda que, para o autor, em virtude da ausência da preocupação com nacionalidade, a formação do Estado na América espanhola era concebida em termos racionais e contratualistas, de modo que constituir uma nação era, basicamente, organizar um Estado através de negociações políticas em que todas as partes estavam “*conscientes sobre os atributos que os amparavam segundo o Direito das Gentes*” (CHIARAMONTE, 1997, p. 148). Assim sendo, em virtude dos diferentes projetos de Estado, da ausência de qualquer coisa próxima a uma nação, bem como pela dificuldade de estabelecer fronteiras bem definidas, fica mais claro o risco de anacronismo quando se pensa que as atuais unidades já existiam no momento da independência”¹⁹.

Conforme dito, em meio a toda essa fragmentação, o projeto mais ambicioso era o de Buenos Aires, que desejava formar um Estado liderado pela cidade e restaurar as fronteiras do auge do Vice-Reino do Prata. Mas, na outra margem do rio da Prata, surgia mais um projeto de poder alternativo em oposição ao de Buenos Aires. Tratava-se de uma possível união entre a Banda Oriental (atual Uruguai) com as províncias litorâneas do rio Paraná (Corrientes, Entre Rios e Santa Fé) sob a liderança de José Artigas, criando uma ameaça que por muito tempo assombraria a elite política portenha, principalmente pela rivalidade comercial entre o porto de Buenos Aires e o de Montevideú (Ferreira, 2006, p. 30). O projeto de Artigas para o Uruguai, contudo, não apenas entrava em choque com Buenos Aires, mas também com a corte portuguesa instalada no Brasil, que temia uma “contaminação” revolucionária no sul do Brasil (FERREIRA, 2006, p. 55). Tendo Artigas conquistado vitórias sobre as forças de Buenos Aires e, diante do fato de que os líderes portenhos não apenas permitiram como inclusive

¹⁷ A cidade de Assunção derrotou a força enviada para submeter a província ao controle de Buenos Aires em 1811 e se tornou independente tanto de Madri quanto de Buenos Aires e formaria o Paraguai; ao passo que no Alto Peru (atual Bolívia), acabou sendo abandonado à própria sorte após sucessivas derrotas e se desligando do governo de Buenos Aires (Ferreira, 2006, p. 28-31).

¹⁸ No original: *gobiernos transitorios que se suceden en virtud de una proyectada organización constitucional de un nuevo Estado.*

¹⁹ Existiam ainda muitos outros projetos, nos mais variados sentidos. Moniz Bandeira (2012, p. 87), por exemplo, aborda a tentativa até de coroar o príncipe regente de Portugal como imperador da América.

incentivaram a participação portuguesa nos conflitos do rio da Prata (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 87), o império português aproveitou a possibilidade de estender o território para a cobiçada região na margem do rio buscando também estabelecê-la como fronteira natural entre a América espanhola (agora independente) e uma ainda extensão de Portugal, e ordenou a invasão do Uruguai. Em princípio, os uruguaios mais ricos, ligados ao porto de Montevidéu aderiram aos portugueses, mas as camadas mais baixas e desfavorecidas da população ficaram do lado de Artigas até sua derrota em 22 de janeiro de 1820. Apesar do protesto de países europeus contra a invasão portuguesa, D. João VI anexou a província com o nome de Província Cisplatina, mas o controle efetivo da região foi estabelecido apenas em Montevidéu e Colônia, permanecendo uma postura hostil aos portugueses no interior. Pouco tempo depois, mesmo os comerciantes de Montevidéu, que eram favoráveis aos portugueses inicialmente, ressentiram-se com uma montagem neocolonial.

3.3 INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Se a monarquia portuguesa se deslocou para o Rio de Janeiro em 1808 e elevou o Brasil à condição de reino (1815), deixando de ser colônia para ficar na mesma condição de importância que Portugal, a população empobrecida de um Portugal invadido e ocupado nas guerras napoleônicas aderiu às ideias liberais que já tinham se espalhado por outros países europeus, inclusive na Espanha. O desejo por uma Constituição, que dividisse os poderes públicos, garantisse liberdades e transformassem o rei em um funcionário do Estado resultaram na Revolução do Porto em 24 de agosto de 1820. O novo sistema, entretanto, demandava o retorno do rei, que desde o fim da guerra em 1815 já era esperado por Lisboa (CALMON, 2002, p. 183). Apesar das ideias de liberdade dessa revolução, existia o desejo por retirar as vantagens que o Brasil tinha ganhado com a transferência da corte, de modo que isso resultou em uma carta que exigia o retorno do rei à Lisboa e o regresso do Brasil para a condição de colônia²⁰. Mesmo quando se definiu que o rei João VI retornaria a Portugal e seu filho Pedro permaneceria no Brasil como regente, ainda se pensava na possibilidade de continuação da união entre Brasil e Portugal; mas a atitude das Cortes, que buscou reestabelecer a situação colonial, fortaleceu o desejo de separação por parte dos brasileiros (CARVALHO, 1999, p. 161). Os sucessivos desentendimentos entre as Cortes portuguesas e os brasileiros acabaram resultando na separação do Brasil como um Estado independente em 7 de setembro de 1822.

²⁰ Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242804..>

Os receios da elite brasileira de que uma república levasse a uma intensa fragmentação, como na América espanhola, ou a uma guerra racial (em um país em que um terço da população era composta por escravos), como no Haiti, fortaleceram a opção monárquica para o novo país. Além disso, o fato de o Brasil ter sido o centro do império lusitano por mais de uma década e o imperador, herdeiro do trono português, ter feito a independência, “*permitiram que o novo Estado fosse minimamente operacional desde seu surgimento em 1822*” (DORATIOTO, 2014, p. 15), graças a uma estrutura administrativa que contava com burocratas e militares fiéis ao novo imperador. Por outro lado, a influência de Pedro I se limitava apenas à região de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A região norte do país, historicamente, fazia parte de uma administração a parte, separada da região sudeste durante o período colonial. A dificuldade de comunicação entre o antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Rio de Janeiro tornavam a região mais próxima de Lisboa do que do restante do Brasil (HOLANDA, 2003, p. 173). Além disso, durante a conflituosa relação entre o príncipe regente e as Cortes portuguesas, foi implementado, em todas as províncias do Brasil, juntas governativas subordinadas diretamente a Lisboa, com o propósito de restringir as ações do príncipe após o episódio do “dia do Fico”. Em suma, após o príncipe regente declarar a independência do Brasil e se tornar o imperador Pedro I, as regiões do norte e nordeste, bem como a província Cisplatina, permaneceram fiéis à Lisboa e foram os únicos locais onde ocorreram batalhas entre brasileiros e portugueses.

No caso da província Cisplatina, um caso especial, a junta governativa que foi criada se chamava Conselho Militar e “*era dominada completamente pelo Brigadeiro Álvares da Costa, português de origem como Lecor, mas intransigentemente contrário ao espírito de independência que explodia por todos os cantos da América*” (CARNEIRO, 1983, p. 25). Quando Pedro I declarou a independência brasileira, o Conselho Militar da Cisplatina proclamou-se ligado a Portugal com a justificativa de que “*conquistada pelas armas portuguesas, não deve esta província destacar-se da causa de Portugal para seguir a sorte do Brasil*” (CARNEIRO, 1983, p. 26). Assim, a província, juntamente com as regiões do norte e nordeste do Brasil, foi um dos palcos de conflito na guerra de independência do Brasil. Em termos de batalhas, entretanto, a guerra contra Portugal teve proporções muito pequenas, mas cabe o destaque à formação e à atuação da Marinha imperial. Isso porque, em um país de enormes dimensões e carente de infraestrutura, a principal via de ligação entre as províncias se dava pelas águas, seja pelo mar no litoral ou pela via fluvial para o interior do continente, como na província do Mato Grosso, de modo que a formação da Marinha foi de fundamental

importância na eliminação dos focos de resistência a favor de Portugal e na dissuasão²¹, para evitar que Lisboa enviasse reforços.

No tocante às embarcações da Marinha brasileira, o princípio do material flutuante veio a partir da armada portuguesa que se encontrava no porto do Rio de Janeiro. Entretanto, entre esses navios, uma única embarcação estava em bom estado, outra estava desarmada e as demais absolutamente inaproveitáveis, de modo que o estado geral dos demais navios não era satisfatório (Maia, 1975, p. 54). Sem condições de enfrentar a armada portuguesa com essa força, o imperador emitiu o decreto de 24 de janeiro de 1823 para abertura de subscrição popular, voluntária e mensal, com a finalidade de arrecadar fundos durante três anos destinados à recuperação da esquadra e aquisição de novos navios²². Dentro de pouco tempo, a primeira esquadra estava constituída, sob o comando do mercenário inglês Lord Alexander Thomas Cochrane e composta por uma nau, três fragatas, duas corvetas e seis brigues. A organização dessa força é entendida por Maia (1975, p. 66) como “*respeitável*” e “*capaz de enfrentar a da metrópole*”. De fato, ela foi suficiente para manter distante a antiga metrópole, ao mesmo tempo que ajudou no combate contra as forças leais a Portugal. É particularmente interessante destacar como a luta pela independência foi pequena, em termos de batalhas, quando observamos a atuação de Cochrane para a integração de Maranhão e Pará, que se deu com apenas uma única embarcação e sem travar combate, somente ameaçando a população local com a mentira de que poderosas forças terrestres e marítimas estavam se aproximando (MAIA, 1975, p. 81-82).

Apesar de forças portuguesas terem se retirado do Brasil após alguns pequenos combates (em julho de 1823 houve a evacuação das forças na Bahia e em março de 1824 na Cisplatina), persistiu o estado de guerra entre Brasil e Portugal até 1825. Nesse meio tempo, o sistema político brasileiro ainda era provisório e muitos dos representantes da Assembleia Constituinte se preocupavam apenas com seus lugares de origem e não com o país como um todo (CARVALHO, 1999, p.163). A dificuldade de organizar um novo governo nacional serviu de pretexto²³ para que Pedro I dissolvesse a Assembleia Constituinte e outorgasse a primeira Constituição do país em 1824, cujo texto concedia amplos poderes ao imperador (FAUSTO; DEVOTO, 2005, p. 60). Em um país acostumado às tradições localistas herdadas da colônia, a resistência à tentativa de centralização era forte, sempre associando com um absolutismo que conspira contra a liberdade das províncias. No caso, a principal reação à Constituição de 1824

²¹ Exemplo disso seria o cruzeiro da fragata Niterói, sob o comando do inglês João Taylor, que recebeu a missão de perseguir sozinha a fugitiva esquadra portuguesa até às costas da Europa (Maia, 1975, p. 77-79).

²² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>.

²³ Muito provavelmente o imperador dissolveria qualquer coisa que não fosse de seu agrado. “*A Constituinte nasceu sob signo contraditório. Já antes dela reunida, previa-se sua dissolução*” (HOLANDA, 2003, p.210)

veio de forma quase que imediata na Confederação do Equador, movimento liderado por Pernambuco e apoiado por Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, que se proclamou uma república separada do Brasil. O movimento foi militarmente derrotado, mas os problemas sobre centralização e descentralização continuaram; e de fato retornaram com força após a abdicação de Pedro I.

3.4 GUERRA DA CISPLATINA

Apesar da bem-sucedida independência brasileira, sem o apoio português o novo Estado brasileiro ficou mais vulnerável frente aos interesses de outros. Não por acaso jornais brasileiros em 1825 já pediam atenção do governo para a província da Cisplatina pela ameaça de guerra²⁴. Além disso, a Junta Governativa de Buenos Aires, frustrada pelas derrotas militares, buscou reaver o território, considerado perdido, através da ação diplomática e enviaram um emissário ao Rio de Janeiro demandando a posse sobre a Cisplatina, o que foi recusado. Entretanto, conforme dito anteriormente, o controle sobre a Cisplatina nunca foi total, permanecendo no interior um comportamento hostil, inicialmente à Portugal e depois ao Brasil independente. O apoio inicial de comerciantes do porto de Montevideu também deixou de existir em função da destruição da economia uruguaia após a anexação. Nesse contexto, patriotas favoráveis à confederação com Buenos Aires, muitos deles oficiais do tempo de Artigas, começaram a conspirar contra o governo brasileiro até serem descobertos, e partiram então para o exílio em Buenos Aires. Contando com o apoio de estancieros argentinos (o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata se manteve neutro inicialmente), 33 homens armados sob a liderança de Juan Antônio Lavalleja atravessaram de volta o rio da Prata em 19 de abril de 1825 para libertar a província Cisplatina do controle brasileiro. Embora apenas 33, o movimento foi recebido com entusiasmo pelos habitantes do interior da província e pôde contar com deserções importantes, como a do General Frutuoso Rivera. (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 90). O que se seguiu a partir de então foi uma ação de guerrilha pelo interior do Uruguai contando com uma fraquíssima defesa brasileira. Os números envolvidos são sempre muito pequenos,

²⁴ “A Província de Monte Video, hum dos limites naturaes deste Imperio, he das que mais atenção deve merecer ao Governo de S.M., por ser aquella que mais exposta se acha a poder ser invadida pelo inimigo; não porque receamos ella o seja nas actuaes circunstancias de Buenos Ayres; porem bom será lançar-mos nossas vistas para o futuro. Temos visto cartas de Buenos Ayres; e todas ellas são conformes sobre o quanto trabalhava Buenos Ayres para por em fomentação a Provincia Cisplatina;” Diário Fluminense de 7 de fevereiro de 1825 (“Notícias Estrangeiras”, 1825). Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imperio-brasil-diario-fluminense/706744>.

variando de algumas dezenas de soldados até poucas centenas, chegando a ter no total 2.360 soldados no lado uruguaio e 1.411 do lado brasileiro (CARNEIRO, 1983, p. 35-49)

A incapacidade das forças brasileiras de derrotar o levante uruguaio deram ânimo aos portenhos, que prontamente declararam incorporada a Província Oriental à República das Províncias Unidas do Rio da Prata²⁵. Como reação, o Império do Brasil declarou guerra aos argentinos em 10 de dezembro de 1825 e decretou o bloqueio do rio da Prata. Nessa ocasião, as forças brasileiras só controlavam as praças de Colônia, Maldonado e Montevideú no território Cisplatino (CARNEIRO, 1983, p. 68). Em disputa, a província da Cisplatina (ou Banda Oriental) que representava, além de uma rica economia de pecuária, para o lado argentino o controle sobre as duas margens, a restauração do território do vice-reinado e o monopólio do rio da Prata; enquanto que para o Brasil, o rio representava o acesso às águas do rio Paraná e controle sobre a província do Mato Grosso (CALMON, 2002, p. 192), além de evitar o monopólio do rio pelos rivais. Por outro lado, a declaração de guerra, segundo Moniz Bandeira (2012, p. 91), foi uma tentativa de D. Pedro I em sufocar os rebeldes uruguaiois ao cortar a fonte externa de recursos e pressionar Buenos Aires para resignar definitivamente às suas reivindicações na província. Nesse caso, é importante destacarmos o fato de que as Províncias Unidas do Rio da Prata estavam passando por um período de forte desentendimento entre as províncias, com um risco real de secessão da parte de Córdoba e Santa Fé (que contagiava ainda Corrientes e Entre Rios), de modo que uma guerra seria de difícil coordenação do esforço nacional.

De todo modo, no início o presidente argentino Bernardino Rivadavia, viu na guerra a possibilidade de fortalecer a posição central de Buenos Aires em detrimento das demais províncias e, por isso, se empenhou no esforço de guerra. Nesse caso, um aspecto muito importante a ser destacado foi a tentativa de estimular Simón Bolívar a atacar o império brasileiro e criar um front que cobrisse a fronteira brasileira em praticamente toda a sua extensão terrestre (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 92). Embora tenha sido tentado, a recusa²⁶ de Bolívar em tomar parte na guerra da Cisplatina limitou a guerra ao plano regional. Além disso, o bloqueio do rio da Prata feito pela marinha brasileira logo após o início da guerra foi um duro

²⁵ Em função dos já citados problemas de disputas internas e lideranças caudilhistas, o Estado argentino ainda não havia se formado propriamente e, ao se iniciar o segundo quartel do século XIX, as Províncias Unidas não possuíam nem exército e nem marinha nacional (CARNEIRO, 1983, p. 71).

²⁶ Segundo Moniz Bandeira (2012, p. 92-93), Bolívar não possuía ideais republicanos e nenhum motivo próprio para a guerra. Além disso, sua grande admiração pelos britânicos o fez consultar o governo inglês, que se opôs a sua intervenção.

golpe para a economia de Buenos Aires e fortaleceu as demais províncias, fortalecendo a já existente falta de coesão interna da república.

Durante o primeiro ano de conflito, as forças brasileiras se mantiveram imóveis em uma guerra quase nominal, até que no final do ano de 1826 o imperador foi para a província de Rio Grande (RS). Apesar de breve²⁷, sua estadia possibilitou que ele observasse pessoalmente os assuntos da guerra, o que foi suficiente para trocar o comando das forças brasileiras e colocar o General Felisberto Caldeira Brant Pontes, mais conhecido como Marquês de Barbacena, para exercer tal função. Segundo Carneiro (1983, p. 74), o estado das forças brasileiras nesse período poderia ser descrito como “*uma massa informe e heterogênea de homens, sem disciplina e sem nenhum daqueles requisitos que caracterizam um verdadeiro exército*”. Nesse ponto, no início do ano de 1827, é interessante destacarmos que o efetivo brasileiro total após a reorganização do Marquês de Barbacena era composto por 4.296 soldados oriundos dos esforços de todas as partes do Brasil (CARNEIRO, 1983, p. 79). Tendo em vista que a população brasileira para 1826 era estimada em torno de quatro a cinco milhões de habitantes (IBGE, 1990, p. 30), trata-se claramente de um esforço de guerra muito pequeno. Mas isso em grande parte se deve ao fato de que a guerra era muito impopular em todo o Brasil e, por conta disso, as províncias não forneciam mais tropas e o governo não conseguia atender às demandas do conflito. Segundo Junqueira (2005, p. 31-38, 2016, p. 2-8), as causas da impopularidade se devem à desconexão dos brasileiros com o território, pelo recrutamento forçado, pelos ataques de corsários que prejudicaram o comércio e pela impressão bastante generalizada de que a guerra era uma aventura pessoal de D. Pedro I.

O exército de invasão argentino contava com mais de 8.000 soldados e ainda dispunha de 2.500 de apoio da guerrilha de Lavalleja. É a partir do final de 1826 e início de 1827 que a guerra terrestre deixa de ser praticamente nominal e toma a característica de um agressor (argentino) e um defensor (brasileiro)²⁸, polarização essa que não foi alterada em nenhum momento do conflito. Em 20 de fevereiro de 1827 acontece o principal e único combate vultuoso da guerra (CALMON, 2002, p. 193), conhecido pelos brasileiros como Batalha do Passo do Rosário e pelos argentinos como Batalha de Ituzaingó. Segundo Carneiro (1983, p. 105-110), as forças brasileiras contavam com 6.338 soldados e as argentinas com 9.803 homens. Há aqui uma certa divergência sobre o desfecho da batalha, visto por alguns como

²⁷ D. Pedro I chegou a Porto Alegre em 8 de dezembro de 1826, mas no dia 11 de dezembro ocorre o falecimento da imperatriz Leopoldina. Carneiro (1983, p. 77), contudo, esclarece que o rápido retorno do imperador para a Corte não se deveu ao fato, uma vez que a viagem foi planejada para ser curta e já estava agendada quando ainda nem se sabia da notícia de falecimento da imperatriz.

²⁸ Considerando os polos da guerra, ver páginas 30 e 31 do Capítulo Guerras e Capacidades Estatais.

vitória argentina e por outros como uma derrota tática brasileira, embora ninguém defenda uma vitória brasileira. O fato é que as forças brasileiras recuaram e abandonaram o campo de batalha, deixando-o em mãos argentinas, mas como não foi uma batalha que decidiu a guerra e sequer trouxe grandes baixas²⁹, abre-se espaço para essas interpretações. De toda forma, é possível entendermos essa batalha como o ápice da guerra, já que as limitadíssimas capacidades argentinas não permitiram avançar mais sobre o território brasileiro e as capacidades brasileiras também não permitiram avançar sobre o Uruguai, de modo que o restante da guerra foi marcado por movimentos táticos, escaramuças, incursões e saques³⁰.

O impasse gerado pelas limitadas capacidades brasileiras que não conseguiram sair da posição defensiva em nenhum momento e era extremamente impopular para a população; pelas também limitadas capacidades argentinas ameaçadas de secessão (inclusive uma guerra civil começou logo após o fim das hostilidades com o Brasil) e o interesse britânico de encerrar as hostilidades levaram ao acordo de paz que criou um Estado tampão da República Oriental do Uruguai, que dentre as possibilidades de paz e do impasse na guerra, foi considerada a melhor. Nesse caso, estamos de acordo com Carneiro (1983, p. 198) de que o Uruguai poderia ser o único considerado vencedor dessa guerra, uma vez que se tornou um Estado próprio e conferiu independência a uma população distinta tanto de Buenos Aires quanto do Brasil, conforme visto anteriormente. Em suma, a guerra poderia ser resumida em dois Estados de capacidades muito fracas (e parelhas), com baixa coesão interna e sem condições de sair do impasse ou de prolongar muito o conflito. Por tudo que foi visto entende-se que foi uma guerra limitada e de rivalidade. O controle sobre o Uruguai era o objetivo primário da guerra, mas se houvesse condições em uma das partes, é muito provável que o preço pela paz pudesse se elevar.

²⁹Os dados oficiais trazem 172 mortos, 91 feridos e 74 prisioneiros, para um total de 337 homens. Entretanto, Carneiro (1983, p. 115) estima em 200 mortos, 150 prisioneiros, 91 feridos e 800 dispersos como números mais exatos para representar a perda total brasileira. Por outro lado, os dados oficiais argentinos relatam 159 mortos e 253 feridos para as forças argentinas, que não contam os dispersos.

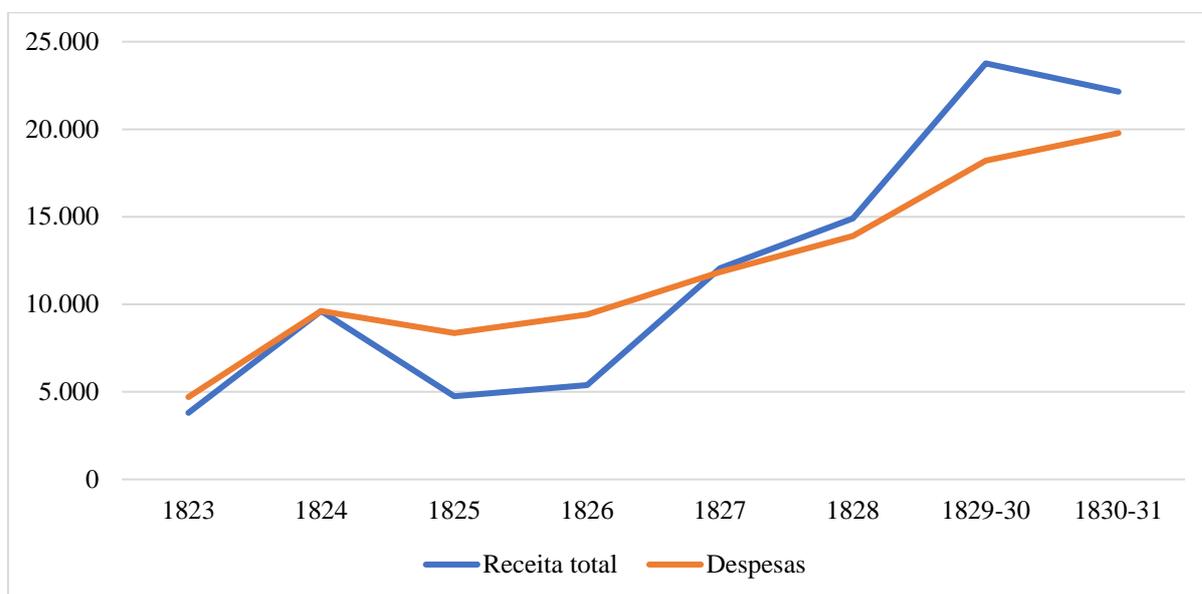
³⁰ Em mar, a guerra pode ser resumida a uma marinha brasileira forte, porém incapaz de adentrar no rio da Prata pelo tamanho das embarcações, que estabeleceu um embargo ao porto de Buenos Aires e forneciam suprimentos às tropas brasileiras estacionadas em praças fortificadas na Cisplatina (Montevideu e Sacramento permaneceram em controle brasileiro todo o tempo), mas era combatida por corsários argentinos.

3.5 ANÁLISE DAS CAPACIDADES

3.5.1 Capacidade Extrativa

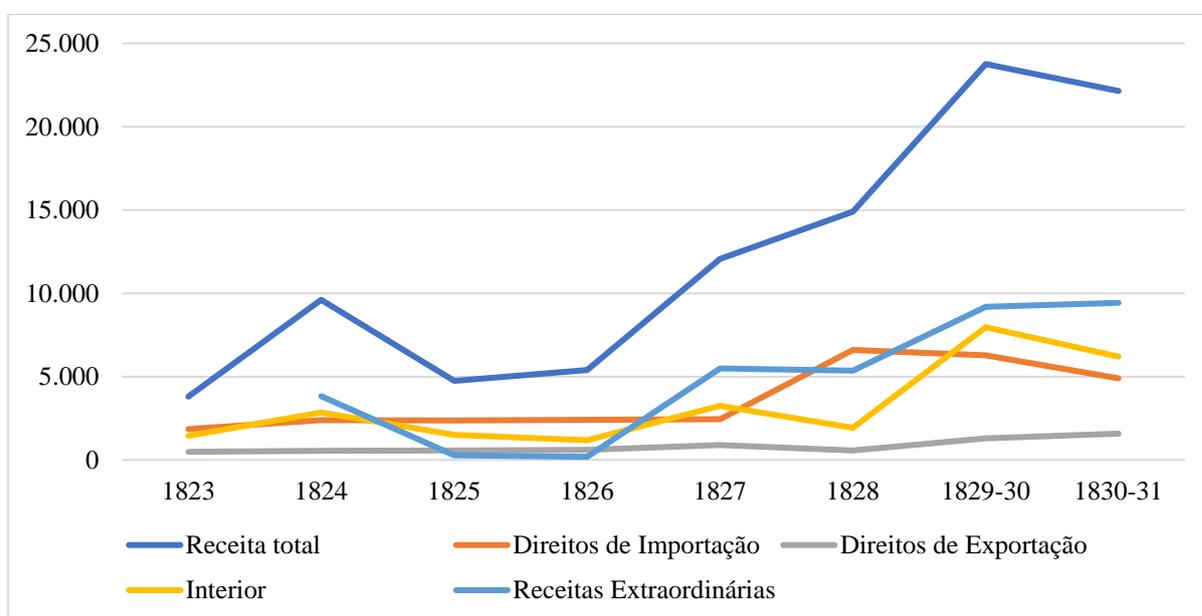
O principal elemento que deve ser destacado aqui é a baixíssima capacidade administrativa do Estado brasileiro. Muito embora o Brasil tenha dado continuidade à monarquia portuguesa ao se tornar independente e isso tenha conferido uma “*vantagem comparativa em relação às províncias independentes de língua hispânica da região*” (DORATIOTO, 2014, p. 16), é notável a falta de coesão na sociedade brasileira e as disputas entre o centro e as regiões, evidente na Confederação do Equador e, principalmente, no período regencial após a abdicação de Pedro I. Conseqüentemente, a capacidade extrativa do Estado era muito limitada e mesmo o controle sobre o orçamento era precário, com algumas províncias enviando informações com meses ou mesmo anos de atraso (CARREIRA, 1889, p. 116); mas por outro lado, as despesas também são limitadas, justamente pelas pequenas dimensões da estrutura de governo. O Gráfico 1 demonstra a relação entre receitas e despesas durante todo o primeiro reinado (1823-1831), mas o mais interessante de se destacar é que os dois principais picos nas receitas (1824 e 1829) têm em suas composições o dinheiro originado por empréstimos internacionais com a Inglaterra (nos valores de 3 milhões e 400 mil libras, respectivamente), que nesse período ainda eram considerados e incluídos como receita extraordinária (CARREIRA, 1889, p. 106 e 152). Também importa destacar que, apesar da aparente boas condições das finanças públicas pelo Gráfico 1, Carreira (1889, p. 148), as define como “*deploráveis*”, visto que muito da receita do governo provinha de meios extraordinários, como venda de apólices, ou seja “*recursos de que lançava mão o Tesouro para supprir déficits*” (CARREIRA, 1889, p.151), de modo que na verdade não houve saldo real. Para melhor demonstrar isso, o Gráfico 2 traz as principais fontes de arrecadação do Estado brasileiro no primeiro reinado. Uma observação importante sobre os gráficos a seguir diz respeito ao ano fiscal, que a partir de 1829 começa a ser contado a partir de 1º de julho até 30 de junho do ano seguinte; esse padrão foi adotado até 1886.

Gráfico 1 - Receitas e Despesas entre 1823 e 1831, em mil contos de réis



Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes em Carreira (1889).

Gráfico 2 - Receitas do Estado brasileiro entre 1823 e 1831, em mil contos de réis

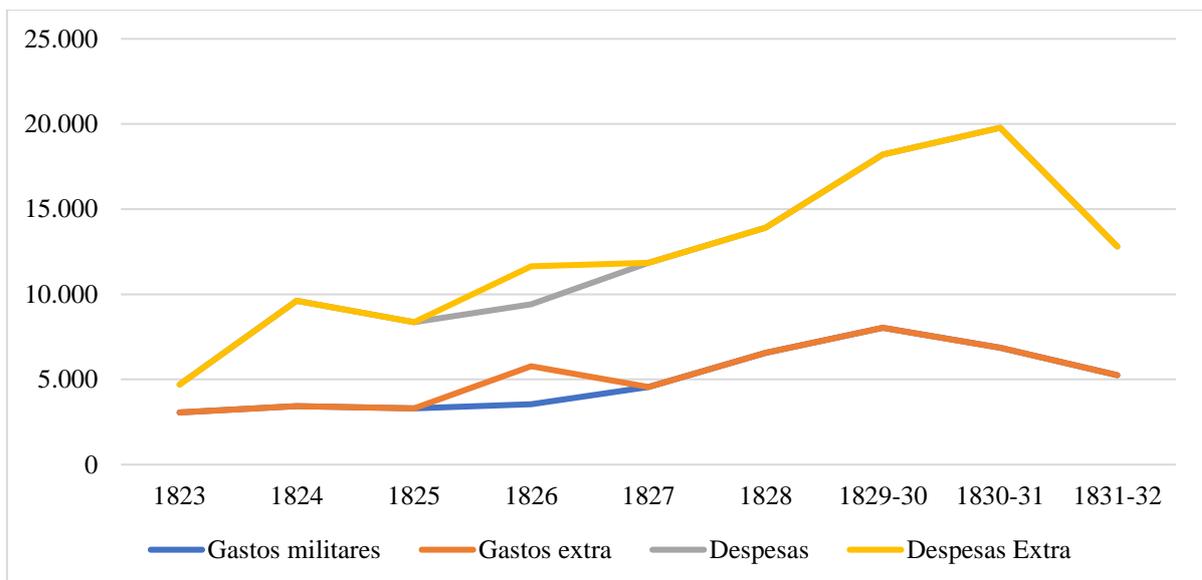


Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes em Carreira (1889).

Por outro lado, no que tange às despesas, expressas no Gráfico 3, é necessário destacar que Carreira (1889, p. 121) aponta um gasto extraordinário em forças militares no ano de 1826. Esses números não teriam sido incluídos nas despesas ordinárias e, por via das dúvidas, foi

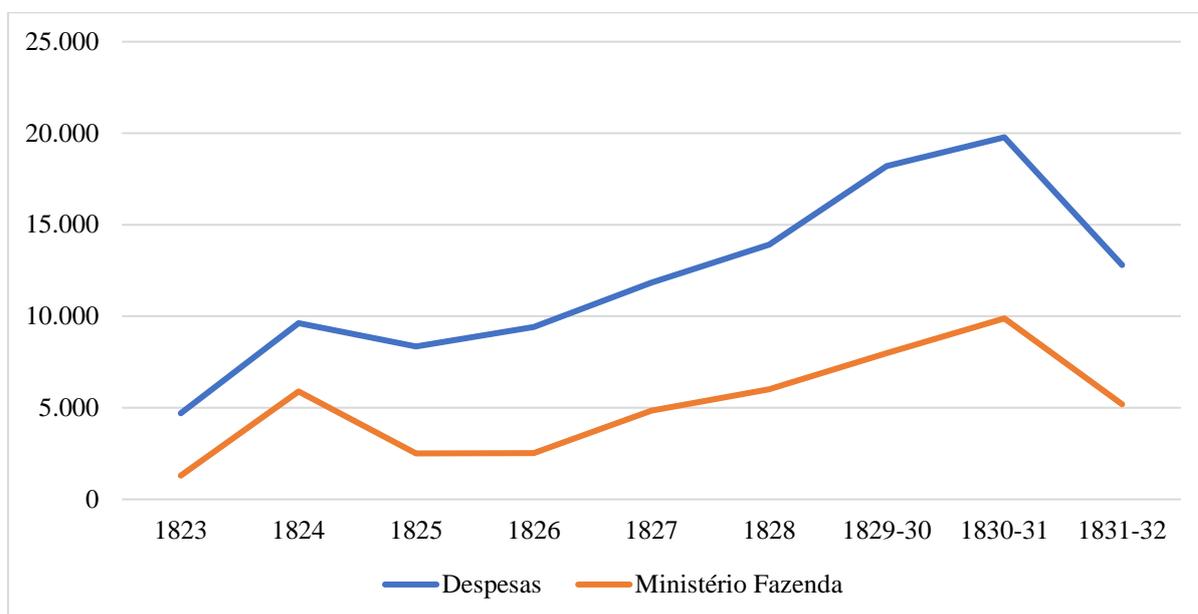
optado aqui por trabalharmos com ambos os dados, conforme o Gráfico 3. Essa diferença impacta razoavelmente nos custos provocados pela guerra Cisplatina, ao menos para um Estado recém-formado. Entretanto, devemos apontar que os gastos militares, considerando os Ministérios da Marinha e o da Guerra combinados, são bastante constantes nesse período, mesmo considerando os gastos extraordinários. Entende-se, portanto, que os gastos militares apresentados nesse período apresentam um perfil muito mais de formação e manutenção das Forças Armadas do que um gasto enorme e responsável por levar o país a uma péssima situação fiscal. Com o propósito de comparação, considerando o gasto extraordinário de 1826, os gastos militares foram responsáveis por 49,6% das despesas totais nesse ano. Já concluída a guerra, esses gastos superaram 44% em 1829 e mais de 34% no orçamento de 1830-31, período em que o Exército já estava sendo praticamente desmontado por questões internas (explicado nas capacidades coercitivas). Se considerarmos os gastos militares como gastos inevitáveis, não podemos concluir que essas despesas próprias das guerras contribuíram significativamente para o endividamento brasileiro, mesmo que representem uma quantia considerável da despesa total. O outro grande fator de despesas do governo, como o Gráfico 4 busca elucidar, é o pagamento de dívidas, expressas pelas despesas do Ministério da Fazenda.

Gráfico 3 - Despesas totais e despesas militares, em mil contos de réis



Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes em Carreira (1889).

Gráfico 4 – Despesas totais e despesas do Ministério da Fazenda, em mil contos de réis



Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes em Carreira (1889).

Nesse caso, é importante destacarmos que mesmo antes de o Brasil se tornar independente, ele já era endividado. O próprio governo da corte portuguesa no Rio de Janeiro contribuiu para o aumento dessa dívida, especialmente quando o rei voltou para Portugal levando consigo muito dinheiro do Brasil. Além disso, no acordo de paz entre Brasil e Portugal, uma considerável dívida portuguesa foi transferida para o Brasil. Apesar do período analisado ser muito atípico, exatamente no período em que o Brasil recém se tornou independente e com a receita extraordinária configurando como principal fonte de arrecadação do Estado, a principal fonte de receita ordinária se dava com as tarifas de importação (isso ficará mais claro nos capítulos posteriores), e elas foram limitadas a 15% por um acordo imposto pela Inglaterra em 1810, quando o Brasil ainda era uma colônia (cabe ressaltar que a Inglaterra era o principal país de quem o Brasil importava). Não obstante, sucessivos acordos que reduziram de 24% para os mesmos 15% também para outros países acabaram resultando na lei de 24 de setembro de 1828, que reduziu essa tarifa de importação para 15% para produtos de todos os países do mundo (HOLANDA, 2004, p. 79). Trata-se, evidentemente, de um período conturbado para o país como um todo e também para as finanças do Estado, mas destaca-se que, assim como o Brasil, os Estados Unidos também se tornaram independentes com dívidas (SUMMERHILL, 2015, p. 38), de modo que esse quadro inicial problemático não pode ser entendido necessariamente como uma causa insuperável de problemas futuros.

3.5.2 Capacidade Coercitiva

Dois elementos são de fundamental importância na análise da capacidade coercitiva do Estado brasileiro no período analisado e ambos tiveram impactos tremendos por todo o período imperial: a centralização dos meios coercitivos e a estrutura das forças militares.

Se o Estado moderno é definido por Weber (2013, p. 56) como a comunidade humana que detém o monopólio da violência legítima dentro de um determinado território, a modernidade do Estado brasileiro desse período já fica comprometida desde o princípio em função da larga utilização de trabalho escravo, já que a escravidão por si só exige o exercício da coerção a nível privado. Isso significa que os grandes proprietários de terras e de escravos, contando com meios próprios de coerção, representavam um obstáculo ao poder central, em uma situação similar à nobreza europeia antes dos Estados europeus estabelecerem o monopólio da violência. Assim sendo, enquanto os Estados modernos europeus se construíram com a desmilitarização dos proprietários e a monopolização dos meios coercitivos, no Brasil o Estado se forma através de um processo de acordo entre os grandes proprietários e o poder central. Conseqüentemente, enquanto na Europa os Estados conseguiram se impor sobre os proprietários, no Brasil ele teve sua atuação limitada pelos proprietários (IZECKSOHN, 1997, p. 65).

Aqui, a formação do Estado se fez mantendo e reiterando a escravidão, forma específica de privatismo, na qual a conservação de uma esfera privada de exercício da violência é pressuposto e condição de sua existência e manutenção. Mantinha-se concomitantemente a grande propriedade territorial e mais do que isso, graças ao controle que o senhorio escravista conseguiu estabelecer ao longo do processo, manteve-se a possibilidade de contínuo apossamento. Isto é, impediu-se reiteradamente a demarcação das terras públicas, base para a instituição do imposto territorial ou, como nos Estados Unidos, fonte fundamental das rendas públicas através da venda a particulares (COSTA, WILMA PERES, 2002, p. 153).

Além da coerção privada, mesmo a administração pública era dependente dos proprietários, uma vez que, entre as características herdadas da administração colonial está a delegação de poderes a indivíduos para que representassem o Estado onde ele não conseguia chegar. Isso é claramente demonstrado na tarefa de recrutar novos soldados para o Exército, uma responsabilidade das autoridades civis locais (grupo composto por grandes proprietários). *“Esta situação, se de um lado fortalecia o Estado, também fortalecia as autoridades locais, que como seus representantes legítimos, tinham liberdade para recrutar ou isentar segundo orientações não formais e variáveis”* (RIBEIRO, 2013, p. 29). Isso é particularmente importante destacar em um contexto em que os brasileiros mais influentes viam o Exército

como um lugar de pobres, da escória da sociedade³¹, e o tratamento e status que os soldados tinham eram muito próximos ao de um escravo (MCBETH, 1977, p. 71). Ser recrutado para o Exército, portanto, era um castigo e o melhor meio de evitá-lo era fazendo parte de uma rede de clientelismo com as autoridades regionais.

Aqui cabe destacarmos como era a estrutura militar do período, que foi criada em Portugal e implementada no Brasil colônia até o fim do primeiro reinado. Dividida em três tipos específicos de força, a primeira eram os Corpos Regulares, o exército “profissional” e única força remunerada, mantida sempre em armas; a segunda eram as Milícias, de serviço não remunerado e obrigatório para os civis, constituindo-se em uma força auxiliar aos Corpos Regulares, eram treinados e sempre mobilizados em caso de conflito, mas não ficavam permanentemente ligados à função militar e; por fim, os Corpos de Ordenanças, que deveriam abranger toda a população masculina entre 18 e 60 anos que ainda não fizessem parte das duas outras forças, possuíam um forte caráter local, não recebiam soldo e permaneciam em suas atividades particulares, abandonando-as somente em caso de grave perturbação da ordem pública (Costa, 2006, p. 111-112). Com essas três divisões, e considerando que o Exército regular era o menos numeroso (na maior parte do período imperial continha entre 15 e 20 mil soldados), o Exército se tornou um método de controle social e as milícias um meio de fugir do recrutamento regular (uma vez que entre as regras do recrutamento, quem fazia parte da milícia ficava isento), além de uma oportunidade de se tornar líder militar e receber prestígio por isso. Consequentemente, o recrutamento para o Exército era difícil, muitas vezes marcado pela violência, e uma guerra, como a da Cisplatina, que exigia mais soldados, encarava mais esse obstáculo e se tornava impopular.

Do ponto de vista doméstico, como demonstra Kraay (1998), a manutenção desse sistema era vantajosa tanto para o Estado, quanto para os proprietários e para a população pobre. Para o Estado, significava a extração barata de um adequado número de soldados sem ferir a força produtiva da sociedade, além disso, ao dispensar excedentes, o Estado transmitia uma aparência de equidade e respeito às normas. Para os grandes proprietários, com a responsabilidade de agentes do Estado, ficava a sua autoridade e a ferramenta de controle social;

³¹ A explicação para isso é que a elite brasileira tinha limitada participação no exército durante o período colonial (em função de leis portuguesas) e após a independência preferiram exercer funções mais lucrativas, como advocacia e medicina, do que entrar no Exército (HOLANDA, 2004, p. 279-280). Não obstante, a grande quantidade de oficiais e soldados portugueses que vieram junto com a família real em 1808 e assumiram suas funções no Brasil gerou uma situação de rivalidade entre portugueses e brasileiros dentro do Exército. Após a independência do Brasil, muitos portugueses resolveram permanecer do lado brasileiro e foram incorporados, de modo que quase a metade dos generais do Exército brasileiro eram portugueses, gerando uma situação onde a instituição se tornou alvo de desconfiança e ataques xenofóbicos da população (MCBETH, 1978, p. 119).

enquanto para os pobres, servia para diferenciá-los dos que não se comportavam do modo esperado e acabavam recrutados para o Exército. Porém, no que diz respeito à capacidade do Estado brasileiro em fazer guerras, o sistema demonstra falhas graves. O recrutamento forçado e o desprestígio em servir como soldado, associadas com as más condições de trabalho (com castigos físicos e salários baixos frequentemente atrasados, por meses ou até por anos, por exemplo), resultaram em dificuldades constantes de extrair soldados em tempos de guerras, bem como deserções em massa dos recrutados (MCBETH, 1977, p. 82).

Para suprir a carência de soldados durante o primeiro reinado foram contratados mercenários alemães e irlandeses. Interessante notar como o imperador acreditava que os mercenários pudessem servir de modelo aos soldados brasileiros e que, pela ausência de laços pessoais dos mercenários, eles seriam totalmente leais ao imperador. Três dos quatro batalhões de mercenários contratados ficaram estabelecidos nas proximidades do Rio de Janeiro e receberam os melhores cuidados do imperador, fato que gerou críticas pelos militares e pela população. Curiosamente, apesar da atenção dada pelo imperador aos mercenários, eles se revoltaram em junho de 1828 e aterrorizaram a capital do país por vários dias, causando mais de 100 mortes (MCBETH, 1978, p. 121).

Além disso, a diferença de origens entre oficiais e soldados reforçava a cadeia de comando. Oficiais, provenientes de ricas famílias, comandavam soldados que, na esmagadora maioria, eram analfabetos. Embora em um primeiro momento uma hierarquia bem estabelecida seja positiva e necessária para as forças armadas, o controle absoluto gerado por essa situação tornava o oficialato do exército um alvo disputado pelas diferentes correntes políticas (uma hierarquia pessoal e não burocrática/institucional). Desse modo, o risco de revoltas dentro do exército era dependente apenas da lealdade dos oficiais, elemento que faltou nos anos finais do primeiro reinado. A participação da tropa em revoltas por todo o país, incluindo o protesto contra o imperador (e que o levou a abdicar), levou ao desmonte do Exército regular e à criação da Guarda Nacional, cuja principal diferença para a milícia que substituiu foi a substituição do controle militar pelo civil – em outras palavras, a Guarda Nacional era uma milícia civil que deveria servir como contra força ao Exército para garantir a estabilidade do país.

Em organização e propósito, a Guarda Nacional era muito parecida com a Milícia que foi substituída, mas com uma diferença crucial. Enquanto a milícia era comandada pelo Ministro da Guerra, a nova Guarda Nacional era subordinada ao Ministro da Justiça. Em outras palavras, o controle sobre essa força de segurança foi removido das mãos militares e transferidas para civis “mais confiáveis”. Como escreveu o mercenário alemão Carl Seidler, a Guarda Nacional era, de fato, “uma milícia projetada para vigiar o exército”. (McBeth, 1978, p. 126, tradução nossa³²).

³² No original: In organization and purpose, the National Guard was much like the militia it replaced but there was one crucial difference. Whereas the militia had been commanded by the War Minister, the new National Guard

Por outro lado, cabe destacar o papel da Marinha imperial. Desde o início da colonização portuguesa no Brasil, a defesa do litoral já era percebida como fundamental para o efetivo controle do território. Mesmo depois da independência, a principal forma de comunicação entre a Corte e as distantes províncias se dava pela via marítima ou fluvial, uma vez que a infraestrutura terrestre ainda era muito precária. Desse modo, a construção de uma Marinha capaz de enfrentar a força naval portuguesa foi de grande importância para a independência e um diferencial entre os países sul-americanos, fato que concedeu aos brasileiros uma grande vantagem em todos os conflitos sul-americanos do período imperial.

3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O processo de independência do Brasil foi um fenômeno único no mundo por todas as suas peculiaridades, como o deslocamento da família real portuguesa alguns anos antes e a continuidade da monarquia após a independência. Todas essas peculiaridades contribuíram para que o novo Estado tivesse o mínimo de capacidades para conseguir reivindicar seu governo sobre todo o extenso território colonizado pela antiga metrópole, sem fragmentações. Também contribuiu o fato de que boa parte do território brasileiro já era leal ao imperador quando foi declarada a independência, de modo que as batalhas contra Portugal aconteceram nas regiões norte e nordeste e na Cisplatina. A construção da Marinha imperial também teve um papel significativo nesse processo. Entretanto, é claro que essas conquistas só foram possíveis porque o Estado recém-nascido se propôs, desde o início, a conservar velhas práticas coloniais e a garantir o status das elites, como a escravidão e a delegação das funções do Estado para os grandes proprietários de terras. O Estado brasileiro, portanto, surgiu com alguma capacidade de administração, mas extremamente dependente dos poderes regionais e ainda muito longe de possuir uma unidade nacional.

A guerra da Cisplatina, por outro lado, expôs as fragilidades do sistema brasileiro. A falta de organização e de recursos das forças brasileiras levaram a um impasse com os argentinos apenas porque também os argentinos careciam de organização e recursos. Tal qual a teoria de Schweller (2006, p. 93, tradução nossa), *“quando um estado sofre de severa fragmentação social e desunião, as ameaças externas não reforçarão a coesão interna do grupo, mas farão com que o grupo se desintegre ainda mais, possivelmente levando à guerra*

was subordinate to the Minister of Justice. In other words, control of this security force was removed from military hands and given to “more reliable” civilians. As the German mercenary Carl Seidler wrote, the National Guard was, in effect, “a militia designed to watch over the army”.

*civil e à revolução*³³”. De fato, isso foi justamente o que aconteceu em ambos os países após o final da guerra. O Quadro 2 busca sintetizar os impactos gerados tanto pela independência quanto pela guerra Cisplatina nas capacidades do Estado brasileiro:

Quadro 3 - Síntese dos impactos gerados pelos conflitos durante o primeiro reinado

Capacidade	Acúmulo	Concentração
Extrativa	Baixo – negativo	Nulo
Coercitiva	Médio - positivo	Alta - negativo

Fonte: Elaboração Própria.

No que diz respeito ao acúmulo da capacidade extrativa, entende-se como baixo-negativo porque, a julgar pelas despesas militares, nenhum dos conflitos apresentou picos significativos de gastos. As despesas militares se mantiveram praticamente estáveis durante todo o primeiro reinado e representam, basicamente, os custos de se manter um exército. Por outro lado, a transferência da dívida portuguesa para o Estado brasileiro no acordo de paz entre os dois países, ampliou a dívida brasileira. Quanto à concentração da capacidade extrativa, entende-se que não houve impacto porque o Estado já tinha reduzidas capacidades de arrecadação e ambos os conflitos não alteraram essa situação.

Os maiores destaques, entretanto, dizem respeito às capacidades coercitivas. No acúmulo, consideramos um impacto de valor médio-positivo especialmente pela formação da Marinha imperial. Isso, por si só, seria suficiente para considerarmos um impacto alto, principalmente tendo em vista que os países vizinhos praticamente não possuíam uma marinha de guerra, mas as forças terrestres, que sofreram uma redução da credibilidade e do efetivo, reduziram o impacto no acúmulo da coerção. O maior impacto, porém, foi na concentração coercitiva, entendido como alto e negativo. Isso porque a falta de confiança no Exército (em função da sua recorrente participação em revoltas ainda no final do primeiro reinado) levou à formação da Guarda Nacional, uma força militar de controle civil que delegou aos proprietários de terras o exercício da coerção. Embora a sua formação provavelmente tenha sido fundamental para que o país não se fragmentasse, a formação da Guarda nacional gerou uma

³³ No original: when a state suffers from severe social fragmentation and disunity, external threats will not strengthen internal group cohesion but will cause the group to further disintegrate, possibly leading to civil war and Revolution.

descentralização da violência legítima. Isso, somado ao já existente exercício da coerção privada – típica do regime de trabalho escravo – contribuiu para a dependência que o Estado brasileiro tinha para com os grandes proprietários, reduzindo sua margem de autonomia política.

4 REGÊNCIA E GUERRA CONTRA ROSAS

O presente capítulo trata dos impactos nas capacidades do Estado geradas pelas revoltas ocorridas no período regencial e, em seguida, na guerra do Prata. Para tanto, analisa o período que começa com a abdicação de Pedro I (1831) e termina com a ascensão de Solano López no Paraguai (1862), fato que gerou uma inflexão na política regional. Assim sendo, a primeira seção apresenta as condições antecedentes dos conflitos em tela, o que inclui a regência brasileira (1831-1840), e a ascensão de Rosas na Confederação Argentina. Em seguida, a segunda seção aborda a guerra do Prata (1852), o momento crítico do capítulo por se tratar do conflito que definiu a política regional por uma década. Por fim, a terceira seção analisa os impactos que os conflitos geraram nas capacidades do Estado brasileiro, incluindo as revoltas do período regencial.

4.1 PERÍODO REGENCIAL

No capítulo anterior buscamos evidenciar como o Estado brasileiro ainda era bastante frágil, apesar da continuidade da monarquia e de sua estrutura burocrática. O principal fator disso proveio da herança colonial, que deixou para o Estado uma profunda dependência das elites regionais, a base da política do império. Apesar disso, quando o imperador Pedro I outorgou a Constituição de 1824, foi na contramão dessa tendência localista ao estabelecer o poder moderador (CALMON, 2002, p. 203). Com a incapacidade de lidar com a oposição gerada pela tentativa de centralizar o poder, que era essencialmente descentralizado, somando-se ainda o fato de o imperador ser português nato (em um período marcado pela grande rivalidade entre brasileiros e portugueses) e o fracasso na guerra Cisplatina, a popularidade de Pedro I ruiu. Quando a população se reuniu no Campo de Sant'Ana em 6 de abril de 1831 para protestar, as próprias forças militares de elite do imperador se juntaram ao povo (MCBETH, 1978, p.125). Sem o apoio sequer dos militares, Pedro I, geralmente descrito como de caráter impetuoso e com gosto por aventuras, rapidamente escreveu sua abdicação em favor do filho e renunciou em 7 de abril de 1831, imediatamente partindo para combater o irmão e restaurar o trono de sua filha em Portugal.

Em virtude de o filho de Pedro I ter apenas cinco anos na data da abdicação (portanto incapaz de assumir as responsabilidades de novo imperador), iniciou-se então a regência, um governo temporário até que o imperador alcançasse a maior idade. A vacância do Trono gerada pelo 7 de abril “*consagrou o espaço público como arena de luta dos mais diversos grupos*

políticos e camadas sociais” (BASILE, 2009, p. 59), deixando a regência marcada na história como um período turbulento e conflituoso, “*um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos da história do Brasil*” (MOREL, 2003, p. 9). Em virtude de tantas disputas e mudanças, que certamente apresentam conteúdo de sobra para uma pesquisa apenas sobre o período regencial (1831-1840), entende-se que, por contribuírem de forma decisiva para a construção do Estado no Brasil, devemos destacar apenas alguns dos principais acontecimentos.

Dessa forma, ainda durante o governo do primeiro imperador formaram-se dois principais grupos políticos: tratava-se dos apoiadores do imperador e da oposição, conhecidos como liberais. De modo muito breve, podemos entender o primeiro grupo como defensor da centralização do poder político no Brasil, apoiadores de uma ampliação dos poderes do imperador. O segundo, por outro lado, buscava a redução desses poderes, temendo a implantação de um regime absolutista no país. Posteriormente, entretanto, os liberais se dividiram entre os “Moderados”, defensores de uma monarquia constitucional no estilo britânico, e os “Exaltados”, que defendiam reformas mais profundas no sentido do federalismo e, em casos mais extremos, até uma república. Essa separação ocorreu juntamente com o fim do primeiro reinado, de modo que ao se iniciar a regência, eram principalmente três grupos políticos que disputavam influência. No caso, os antigos apoiadores de Pedro I formaram o terceiro grupo, que ficou conhecido como “Restauradores” ou “Caramurus”, de oposição às duas facções liberais ao demandar o fortalecimento de um Estado centralizado, além de também defender o retorno de Pedro I, embora esse projeto tenha tido vida curta em virtude do falecimento de Pedro I em 1834 (FERREIRA, 2006, p. 43; MOREL, 2003, p. 33-37). Aqui cabe ressaltar que esses grupos políticos não eram partidos políticos, as organizações que existiam antes da independência eram secretas e sob influência maçônica. Depois da abdicação formaram-se sociedades mais abertas, mas todas funcionaram de forma *ad hoc* em função dos problemas gerados pela abdicação. Somente a partir de 1837 surgiram os principais partidos, que dominariam a vida política no segundo reinado, sendo eles o Partido Conservador (uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores), e o Partido Liberal (os que permaneceram liberais) (CARVALHO, 2007, p. 204).

Assim, no contexto da abdicação, os liberais, responsáveis pelo levante popular e do Exército contra o imperador, eram a principal força política no começo da regência. Entre os liberais, contudo, os moderados eram mais bem articulados politicamente, de modo que na composição da Regência Trina Provisória, e posteriormente também na formação da Regência Trina Permanente, todos os escolhidos eram de direção moderada, deixando clara a exclusão

dos exaltados. Não obstante, ao analisar a composição da Câmara na segunda legislatura (1830-1833), Basile (2009, p. 63-64) identifica um predomínio dos moderados na Câmara com 52,81%, seguido pelos caramurus (39,33%) e apenas 7,86% de exaltados. Como o Senado, na época vitalício, tinha predomínio caramuru, o autor conclui que os caramurus possuíam elevada presença na Câmara, com condições de incomodar os moderados, enquanto os exaltados possuíam fraquíssima representatividade nas instituições políticas formais, de modo que o grupo ficava restrito às arenas informais do espaço político. No caso da terceira legislatura (1834-1837), o autor aponta que, salvo poucas exceções, não havia identidade política bem definida, pois foi o período de transição entre esses grupos e a formação do Regresso e Progresso.

Em um primeiro momento, portanto, devido a esse predomínio dos liberais moderados, especialmente durante o período da Regência Trina Provisória e da Trina Permanente (1831-1834), reformas liberais importantes foram aprovadas pela Câmara dos Deputados a partir do começo da regência. Dentre as reformas promovidas pelos liberais, certamente a mais importante foi o Ato Adicional de 1834³⁴ que, ao criar as Assembleias Legislativas Provinciais (Art. 1º), consagrou as províncias como unidades políticas (e não mais apenas como unidades administrativas), e com significativa margem de autonomia em função de suas amplas atribuições (art. 10 e 11), incluindo a possibilidade de criar impostos. Apesar disso, o Art. 26 estabelecia uma Regência única, eleita e de mandato de quatro anos e extinguiu o Conselho de Estado (Art. 32), o que torna o Ato, de certa maneira, uma mistura peculiar entre os três principais grupos políticos do período, como destaca Ferreira:

A Reforma Constitucional de 1834 representou, como observa Paula Beiguelman, uma concessão dos Moderados tanto aos Restauradores (por manter o Senado vitalício e o Poder Moderador) como aos Exaltados (ao criar as Assembleias Provinciais, com amplos poderes). Criou-se um sistema potencialmente conflituoso, com Assembleias Provinciais poderosas e presidentes de província ainda nomeados pelo governo Central (FERREIRA, 1999, p.30)

Contudo, o que nos importa mais é a análise que podemos fazer acerca do Ato Adicional em termos de construção do Estado: o ato deu maiores condições para uma disputa entre o projeto de uma elite centralizadora, que buscava a centralização do poder, contra elites regionais, que disputavam o poder local entre si e buscavam garantir sua autonomia frente ao poder central (ou mesmo a sua independência). Sem o elemento que servisse como ligação entre as pessoas e que as fizessem se identificar com o Estado (*nation building*), o risco de

³⁴ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>.

fragmentação nessa disputa se tornou uma ameaça real. Além disso, se até 1831 os instrumentos de garantia da lei e da ordem estavam nas mãos do governo central, a partir do Ato Adicional esses instrumentos passaram para o controle de elites locais (e a maioria dos novos cargos de poder regional eram dependentes dos mandatários locais ou membros de famílias dominantes) (CARVALHO; BETHELL, 2002, p. 700). Tal medida encorajou e facilitou disputas pelo poder entre facções oligárquicas regionais que causaram revoltas por todo o país e ameaçaram consideravelmente a integridade territorial do país.

Interessante notar ainda como, de forma semelhante, essa disputa entre centro e regiões também ocorreu em todos os extensos territórios criados pela colonização em todo o continente americano: forças regionais prevaleceram nas antigas colônias espanholas e levaram a uma grande fragmentação quase imediata, além de décadas de guerras civis dentro das unidades já fragmentadas. Nos Estados Unidos, por sua vez, essa disputa foi, de certo modo, postergada pelo sistema federativo e pela reduzida atuação do presidente até a sua resolução na Guerra Civil (1861-1865). Como não poderia deixar de ser, todas essas disputas foram resolvidas por meio de guerras, muito embora, no Brasil a vitória bélica do Estado sobre as revoltas não levou ao processo de desmilitarização dos proprietários ocorrida na Europa, mas à continuidade da acomodação de interesses entre o Estado e as elites locais, o que confere ao Brasil um processo único de construção do Estado, conforme apontado por Izecksohn (1997, p. 64). De fato, o conturbado período de revoltas só acabou quando os grandes proprietários foram convencidos de que a monarquia lhes convinha devido a dois fatores: a Coroa demonstrou ser capaz de *“manter a ordem no campo e nas cidades e de que poderia ser árbitro confiável para as divergências entre os grupos dominantes”* (CARVALHO, 2007, p. 255).

Antes do consenso a respeito da monarquia, porém, a dificuldade de se estabelecer um poder central no país, que conquistasse um consenso entre as diferentes camadas da sociedade e somada à baixa capacidade administrativa do Estado brasileiro, gerou uma situação de grande descontentamento em toda a população. Revoltas ocorreram em praticamente todo o país desde o final do primeiro império. Tais revoltas, contudo, são divididas em dois grandes grupos por Carvalho (2007, p. 250), com o Ato Adicional de 1834 servindo como divisor. O primeiro grupo, composto por revoltas ocorridas imediatamente após a abdicação de Pedro I e que duraram até 1835, são caracterizadas como uma inquietação da população urbana e promovidas principalmente pelo povo e pela tropa (de linha, um dos motivos pela drástica redução da força permanente e criação da guarda nacional). Foram protestos contra o alto custo de vida em virtude da desvalorização da moeda (aumento do custo de importações) e contra a invasão de moedas falsas. Outra característica importante dessas revoltas é a perseguição contra

portugueses, que na época eram os principais comerciantes das grandes cidades. Salienta-se, entretanto, que havia grande cuidado em não envolver os escravos (cerca de um terço da população total) nessas revoltas (CARVALHO, 2007, p. 251), muito embora eventualmente participassem como aliados. A única revolta sob liderança de escravos e que obteve maior importância durante esse período foi a revolta dos malês.

A abdicação de Dom Pedro enviou ondas de choque por todo o império. Quando as notícias dos eventos na capital chegavam nas províncias – e no caso de províncias mais distantes, como Goiás, podiam levar mais do que três meses para que as notícias do Rio chegassem à capital da província e ainda mais tempo para chegar no interior – uma série de distúrbios populares e revoltas militares eclodiram (CARVALHO; BETHELL, 2002, p. 692, tradução nossa³⁵)

O segundo grupo de revoltas começou após o Ato Adicional de 1834, que descentralizou o poder e acabou descentralizando também as revoltas, que se deslocaram das cidades para o campo (locam onde morava a maioria da população na, visto que o Brasil era essencialmente agrário). Diferentemente do primeiro grupo de revoltas, essas do segundo grupo foram revoltas promovidas pelos proprietários de terras, estabeleceram grandes dificuldades para o poder central e ameaçaram a integridade territorial. As Tabelas 1 e 2 elencam as revoltas dentro dos dois grupos:

Tabela 1 - Rebeliões do grupo 1

(continua)

Rebelião	Ano	Localização	Participantes principais
Seis rebeliões	1831-32	Corte	Tropa e povo
Setembrizada	1831	Recife	Tropa
Novembrada	1831	Recife	Tropa
Abrilada	1832	Pernambuco	Tropa

Fonte: (Carvalho 2007, p. 250).

³⁵ No original: The abdication of Dom Pedro sent shock waves throughout the empire. As news of events in the capital arrived in the provinces - and in the case of the more distant provinces such as Goiás it could take up to three months for news from Rio to reach the provincial capital and even longer to reach the interior - a series of popular disturbances and military uprisings erupted.

(continuação)

Rebelião	Ano	Localização	Participantes principais
Pinto Madeira	1831-32	Ceará	Tropa
Cabanos	1832-35	Pernambuco/Alagoas	Pequenos proprietários, camponeses, índios e escravos
Crise Federalista	1832-33	Salvador	Tropa
Sedição de Ouro Preto	1833	Ouro Preto	Tropa
Carneirada	1834-35	Recife	Tropa
Revolta dos Malês	1835	Salvador	Escravos

Fonte: (Carvalho 2007, p. 250).

Tabela 2 - Rebeliões do grupo 2

Rebelião	Ano	Localização	Participantes principais
Cabanagem	1835-40	Pará	Camponeses, índios e escravos
Farroupilha	1835-45	Rio Grande do Sul	Estancieiros e Charqueadores
Sabinada	1837-38	Salvador	Tropa e povo
Balaiada	1838-41	Maranhão	Proprietários, camponeses e escravos
Revolução Liberal	1842	São Paulo/Rio de Janeiro	Proprietários
Revolução Liberal	1842	Minas Gerais	Proprietários
Praieira	1848-49	Pernambuco	Proprietários

Fonte: (Carvalho 2007, p. 250).

Conforme estabelecido pelo Ato Adicional, a primeira eleição para o regente uniu e consagrou a vitória do moderado Diogo Feijó, muito embora seu governo tenha sido marcado por sucessivas crises políticas e pelo estilo pouco habilidoso do regente, que o fizeram perder apoio até mesmo de aliados (BASILE, 2009, p. 84, 85). A crise de sua regência ainda foi

agravada pela incapacidade de pôr fim às grandes revoltas, que abalaram o império a partir de 1835, e com a desilusão das reformas liberais. Com o regente em posição bastante vulnerável, uma oposição começou a se articular sob a liderança de Vasconcelos. É nesse período de crise que os liberais moderados se dividiram, com uma parte se juntando aos antigos caramurus e formando os Regressistas, enquanto os remanescentes formaram os Progressistas. Esses movimentos formaram o Partido Conservador e o Partido Liberal, respectivamente. Como esses dois partidos foram o elemento característico da política brasileira durante todo o Segundo Império (1840-1889), torna-se interessante destacar o perfil dos integrantes desses partidos: a pesquisa de Carvalho (2007, p.211-214) aponta uma nítida predominância dos funcionários públicos no Partido Conservador, enquanto que profissionais liberais se concentraram no Partido Liberal. Os donos de terra, contudo, estavam divididos de forma equivalente entre os dois partidos; mas um detalhe chama a atenção: donos de terras que produziam visando o mercado externo (principalmente dos estados de Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia) eram em sua maioria conservadores, enquanto que os produtores para o mercado doméstico (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) eram majoritariamente liberais³⁶.

Ao perder a base de apoio e sem ter como dar continuidade ao seu governo, Feijó resignou em 1837. Nas novas eleições para o cargo de regente, venceu com ampla vantagem o centralizador Araújo Lima, dando início ao que ficou conhecido como Regresso. Entretanto, de início os conservadores não tinham nenhum consenso sobre o que deveria ser feito, havia grande divergência de interesses e opiniões, e a reação conservadora se deu com base, principalmente, em um grupo de magistrados, burocratas e plantadores de café do Rio de Janeiro. Cultivo esse que, entre 1837 e 1838, superou o açúcar na pauta de exportação do país (FERREIRA, 2006, p. 45) e dava início ao que seria chamado como ciclo do café. “A coincidência de um novo boom econômico baseado no café com a área geográfica em que o centro político e administrativo do país estavam foi um fator básico no eventual sucesso no processo de recentralização política” (CARVALHO; BETHELL, 2002, p. 713, tradução nossa³⁷). Assim sendo, apesar da falta inicial de consenso entre os conservadores, o “Regresso” conservador se consolidou principalmente por meio de três medidas: A Lei de Interpretação do Ato Adicional em 1840; o reestabelecimento do Conselho de Estado em 1841, e a Reforma do

³⁶ Embora donos de terras e profissionais liberais fossem do mesmo Partido Liberal, há uma distinção entre o que cada setor desejava. Os setores urbanos desejavam mais liberdades individuais e participação política, enquanto que os proprietários rurais queriam autonomias provinciais e locais (CARVALHO, 2007, p. 208).

³⁷ No original: The coincidence of a new economic boom based on coffee with the geographical area in which the political and administrative centre of the country was located was, as we shall see, a basic factor in the eventual success of the process of political recentralization.

Código de Processo³⁸ também em 1841 (FERREIRA, 2006, p. 45). Todas essas ações visavam a reduzir os poderes regionais e fortalecer o poder central.

A reação progressista, nesse momento em minoria no congresso e buscando frear o avanço do Regresso, veio pelo que ficou conhecido como o “Golpe da Maioridade” (1840), ação que antecipou a maior idade do imperador e encerrou a regência de Araújo Lima. Apesar da, inicialmente, bem-sucedida ação dos liberais em acabarem com a regência e o estabelecimento de um gabinete da maioria liberal, esse gabinete foi dissolvido em 1841, sendo seguido pela formação de um novo gabinete, dessa vez conservador (CARVALHO; BETHELL, 2002, p. 714). Consequentemente, a continuidade das reformas centralizadoras gerou medo de exclusão permanente nos liberais, que agora sem ter como recorrer à maioria, recorreram às revoltas. Líderes liberais iniciaram revoltas em São Paulo e Minas Gerais, ambas em 1842, e se espalharam também na província do Rio de Janeiro. Como todas foram lideradas por indivíduos com grandes propriedades, elas também entram no segundo grupo de revoltas da Tabela 2. As tendências centralizadoras, contudo, tomaram um caminho sem volta. Aos liberais, restava somente oferecer oposição para evitar que a centralização do poder fosse longe demais. Mesmo quando os líderes das revoltas em Minas Gerais e São Paulo foram perdoados e retornaram aos postos do governo em 1844, consideraram adequado preservar as leis regressionistas de 1840 e 1841. A volta dos liberais ao poder em 1844 também eliminou seus temores de um monopólio do poder nas mãos dos conservadores, e um sistema de rodízio entre os dois partidos (e coalizões) começou a tomar forma. Em tempos tão tumultuados, com o perdão dos revoltosos e o rodízio de poder, a monarquia conseguia demonstrar que poderia ser um “*árbitro confiável para as divergências entre os grupos dominantes*” (CARVALHO, 2007, p. 254) e se tornou um consenso enquanto arranjo institucional. Há de se destacar, porém, que a centralidade do Estado é um tanto ilusória, os chefes locais não foram destruídos pelo poder central, pelo contrário, formou-se um sistema em que o centro governa por intermédio dos locais (FERREIRA, 2006, p. 46).

No final da década de 1840, aconteceu ainda uma última revolta liberal, a revolução Praieira em Pernambuco em 1848, mas ao final desta, e com a reforma da Guarda Nacional que transferiu a nomeação de oficiais da Guarda das mãos dos chefes locais para agentes do governo central, o ano de 1850 pode ser entendido como um marco na história do Estado brasileiro. Foi aproximadamente a partir desse período que ele completou o processo de “conquistar a ordem” e estabeleceu uma unidade nacional com características bem definidas: monárquico,

³⁸ Para Carvalho e Bethell (2002, p. 714), a reforma do Código foi a principal conquista do Regresso. Ela reestabeleceu total controle sobre a estrutura administrativa e jurídica do Império nas mãos do governo central.

centralizado e escravista (FERREIRA, 2006, p. 50). Com isso, adquiriu também “*recursos institucionais e materiais para adotar uma política externa ativa no Prata*” (DORATIOTO, 2014), onde o líder portenho Rosas exercia uma política expansionista e contrária aos interesses brasileiros.

4.2 A GUERRA DE FARRAPOS, GRANDE GUERRA E GUERRA DO PRATA

Se o Brasil acabou entrando no perturbado período da regência após a Guerra da Cisplatina, situação não menos violenta e tumultuada passou o que hoje é a Argentina, na época a “Confederação Argentina”. Fruto do Pacto Federal (um acordo assinado inicialmente por Buenos Aires, Entre Rios, Santa Fé e Corrientes em 1831 e aos poucos estendido às demais províncias), o ordenamento institucional estabelecido era o de uma confederação de Estados autônomos, que garantia a manutenção da independência e liberdade das províncias signatárias (FERREIRA, 2011, p. 318). Dentro desse acordo, a única diferença formal entre os governadores das diferentes províncias era a representação externa da Confederação, concedida ao governador de Buenos Aires. Apesar disso, a história da Confederação se confunde com a do caudilho Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires entre 1829 e 1832 e depois, após um breve interregno que ameaçou trazer novamente o caos entre as províncias, ininterruptamente de 1835 até sua queda definitiva em 1852. De modo informal, em função do Pacto Federal e da ausência de uma constituição escrita, Rosas conseguiu impor sua direção política sobre as demais unidades com base na força e da diplomacia, aproximando, de certa forma, a um “poder nacional” (FERREIRA, 2006, p. 34-35). O aspecto da força é um elemento de destaque da liderança de Rosas, pois seu governo foi marcado pelo uso de poderes ditatoriais, incluindo interferências arbitrárias em atribuições do poder judiciário ao julgar casos sozinho, uso do terror como instrumento de governo e culto à personalidade. A obsessão de Rosas por ordem, em dividir a sociedade entre os que mandam e os que obedecem, o afastaram das principais doutrinas políticas argentinas do período, de modo que durante seu governo a tradicional política argentina dividida entre federalistas e unitários foi substituída por rosistas e anti-rosistas (LYNCH, 2002, p. 636).

Estancieiro e comandante de milícias rurais, Rosas foi eleito governador de Buenos Aires com o apoio dos federalistas (contrários ao domínio de Buenos Aires). Contudo, seu governo se comportou como um unitário, “*impondo medidas prejudiciais às economias das províncias do litoral fluvial ao manter o monopólio de Buenos Aires sobre a Aduana*” (DORATIOTO, 2012, p. 33). Uma dessas medidas foi a proibição da navegação de navios

estrangeiros no rio Paraná, obrigando-os a utilizarem o porto de Buenos Aires. Nesse caso cabe destacar que, como a Aduana não era nacional, a arrecadação das tarifas sobre o comércio exterior argentino permanecia apenas na província de Buenos Aires, não sendo compartilhada com as demais províncias. A política expansionista de Rosas na região, vista pelos brasileiros como uma tentativa de recriar o Vice-Reino do Prata, provinha justamente dessa busca pela concentração de recursos em Buenos Aires. Isso porque, para que o monopólio da Aduana tivesse efeito prático, era necessário eliminar possíveis alternativas, como o porto de Montevideú, e integrar Uruguai e Paraguai para tornar o Prata e todos os seus rios afluentes como rios interiores. Importa dizer ainda que essa política de Rosas ameaçava não apenas a própria existência de Paraguai e Uruguai, mas também a integridade territorial do Brasil, já que o principal acesso do Rio de Janeiro com a província do Mato Grosso se dava pelo rio Paraná, afluente do Prata, de modo que tornava Rosas uma ameaça ao governo imperial.

O sistema americano, a que Rosas aspirava e no qual o governo do Império pressentia o propósito de reconstruir o Vice-reino da Prata, espelhava, essa necessidade de submeter o Paraguai e o Uruguai a uma estrutura federal que teria Buenos Aires como epicentro (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 110)

Entretanto, não apenas por causa do governo de Rosas, toda a região dos pampas foi bastante turbulenta durante a década de 1840. No Uruguai, Estado recém-formado após o fim da guerra Cisplatina em 1828 e com cerca de 75 mil habitantes (mas com enorme população de gado selvagem), disputas políticas entre os primeiros presidentes do país (Fructuoso Riveira, líder do partido Colorado e Manuel Oribe, líder do partido Blanco) levaram o país a uma guerra civil conhecida como Grande Guerra (1839-1851). Essa guerra civil uruguaia tem uma relação muito forte com a política argentina, já que Riveira, apoiado por unitários argentinos, começou um levante contra Oribe, que fugiu para Buenos Aires e recebeu o apoio de Rosas (DORATIOTO, 2014). Riveira então declarou guerra contra Rosas. Aqui cabe destacar como os alinhamentos políticos ultrapassavam as fronteiras (ainda indefinidas) da região, deixando os partidos internacionalizados (FERREIRA, 2011, p. 332). Esse elemento característico da política platina oitocentista também teve papel importante na guerra do Paraguai (1864-1870). Além disso, a região ainda era palco de forte influência de atores extrarregionais, principalmente França e Inglaterra. No caso, incomodada com a atuação de Rosas e buscando ampliar seu comércio no rio da Prata, a França se aliou aos inimigos de Rosas no Uruguai e estabeleceu um bloqueio no porto de Buenos Aires, que causou vários danos à economia local. Entretanto, o bloqueio não era o suficiente para derrubar Rosas, de modo que a França apoiou dissidentes com forças navais e armas, mas a campanha terminou em fracasso e fortaleceu

Rosas. De volta à situação uruguaia, Oribe cercou as forças de Riveira em Montevideu, mas esse sítio durou nove anos, situação possibilitada principalmente pela intervenção britânica, que garantiu suprimentos à cidade pelo mar.

A penetração extrarregional teve seu auge quando, em 1845, ingleses e franceses buscaram furar o bloqueio do rio Paraná, estabelecido por Rosas. Essa intervenção, entretanto, não encontrou nem aliados e nem bons mercados consumidores, enquanto o bloqueio ao porto de Buenos Aires também não teve maior sucesso, já que a primitiva economia argentina a tornava parcialmente invulnerável a pressões externas. Em função disso, o bloqueio afetou mais o próprio comércio europeu do que Rosas, cuja determinação e sucessos sobre os estrangeiros deram a ele uma reputação de defensor da pátria, o que fortaleceu seu regime (LYNCH, 2002, p. 647). Inglaterra e França então puseram fim às hostilidades e aceitaram Rosas como mantenedor da ordem e estabilidade na Argentina, atributos importantes para o desenvolvimento do comércio (DORATIOTO, 2014).

Além de Argentina e Uruguai, na porção brasileira dos pampas, os farroupilhas haviam iniciado a sua revolta e declararam independência em 1838. Aqui importa destacar que, pelas questões históricas, culturais e de produção de gado, a província do Rio Grande do Sul se aproximava muito dos países platinos, de modo que os atores da revolta farroupilha tinham conexões diretas com as elites políticas argentinas e uruguaias.

A província do Rio Grande vivia, portanto, uma situação particular: de um lado integrava o Império do Brasil, respeitava sua Constituição e subordinava-se às ordens do Poder Central. De outro lado, sua posição geográfica, sua tradição militar desenvolvida nas recorrentes lutas na fronteira aberta, seu perfil social e econômico, vínculos pessoais, econômicos e políticos aproximavam-na de seus vizinhos do Prata. A província meridional do Brasil acabava por funcionar, assim, como correia de transmissão dos conflitos platinos para dentro do Império (FERREIRA, 2006, p. 75)

As relações entre todos esses atores são complexas e deixaram o governo imperial em posição delicada: os farrapos contavam com apoio de Riveira no Uruguai (e conseguiam usar esse porto para exportar sua produção), mas do contrário seria Oribe, visto pelo império como ferramenta de Rosas, que ameaçava a integridade territorial brasileira. Os farrapos contavam também com apoio de armas e cavalos das províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, possíveis insurgentes contra Rosas, mas embora as relações entre farrapos e Rosas eram de disputa pela produção de charque e pelo gado uruguaio, os farrapos representavam uma boa oportunidade para Rosas de enfraquecer o Brasil. Ao Brasil, portanto, não havia a opção de

alianças até que os farrapos fossem derrotados³⁹. Isso ficou mais claro quando, diante de um ultimato anglo-francês em 1843 exigindo o fim do cerco a Montevideu, Rosas propôs uma aliança ao Brasil visando pacificar o Uruguai e a província do Rio Grande do Sul. Essa proposta foi aceita pelos brasileiros, mas Rosas não ratificou a aliança, pois nesse meio tempo a ameaça de intervenção estrangeira ficou evidente de que não seria concretizada (HOLANDA, 1997, p. 150, 151). Foi a partir desse momento que ficou claro para o governo imperial que Rosas era um adversário e que não havia outra opção além de ser combatido militarmente. A atuação brasileira contra Rosas, contudo, se limitava pelo fato de que cerca de metade de todo o efetivo do exército imperial (cerca de 12 mil dos 24 mil soldados) lutava sem sucesso para sufocar a revolta farroupilha (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 114), e, além disso, as ações britânicas contra o tráfico negreiro criaram tensões entre brasileiros e ingleses, que agora já haviam aceitado o governo de Rosas. Satisfazer os britânicos na questão do tráfico negreiro parecia fundamental para garantir a neutralidade dos ingleses em um possível conflito contra Rosas (CARVALHO; BETHELL, 2002, p. 741).

Quando esses problemas foram resolvidos e com a estabilidade política alcançada no Brasil no final da década de 1840, as forças brasileiras ainda estavam despreparadas. Evitar a vitória de Oribe no Uruguai era, portanto, uma boa forma de ganhar mais tempo, e é assim que se dá início à “diplomacia dos patacões”, quando o governo brasileiro passou a alcançar seus objetivos no rio da Prata concedendo empréstimos a seus aliados (DORATIOTO, 2012, p. 33). A situação se tornou mais favorável ao Brasil pelo fato de Rosas ter mantido o monopólio da Aduana em Buenos Aires e gerado descontentamento com outras províncias. É nesse contexto que o Governador de Entre Rios, Justo José Urquiza, rompeu com Rosas e fez uma aliança com o Brasil para derrotar Oribe no Uruguai, prevendo que se Rosas reagisse, a aliança se voltaria também contra Rosas. Importa dizer que houve uma combinação de fatores aqui, insurgências domésticas contra Rosas já tinham acontecido antes, inclusive com apoio do Paraguai e dos europeus, mas o Brasil naquele momento era o ator com as condições de oferecer o apoio necessário para derrubar Rosas (LYNCH, 2002, p. 648). Importa deixar claro que o Brasil atuou apenas como uma força auxiliar; cabia a Urquiza a iniciativa e operações de guerra. Não por acaso, do exército de aproximadamente 25 mil soldados, apenas quatro mil eram brasileiros, sendo o restante de Urquiza (FERREIRA, 2006, p. 194-199).

Embora Rosas tivesse conquistado popularidade com as fracassadas intervenções europeias, o pretexto para seu regime era a garantia de paz e estabilidade. Mas foram anos e

³⁹ Como será mais bem abordado no próximo capítulo, a rivalidade em comum com Rosas aproximou o Brasil do Paraguai. Além de reconhecer o Paraguai como país independente, o Brasil também tentou uma aliança militar.

anos de conflitos perseguindo os objetivos no Paraguai e Uruguai. Além disso, os métodos terroristas corroeram sua popularidade. Suas forças militares estavam fracas e desorganizadas. Quando as forças de Urquiza, do Brasil e de Montevideu avançaram, houve deserções e a população não foi em seu apoio. Assim, Rosas foi derrotado definitivamente em 3 de fevereiro de 1852, na batalha de Monte Caseros, partindo para o exílio na Inglaterra, onde viveu até a sua morte em 1877. Por se tratar de uma guerra em que o Brasil se aproveitou de uma situação propícia, uma vez que o adversário possuía forte dissidência interna e acumulava grande desgaste político, e atuou apenas como uma força auxiliar, entende-se que a guerra contra Rosas foi uma guerra local e de oportunidade.

4.3 ANÁLISE DAS CAPACIDADES

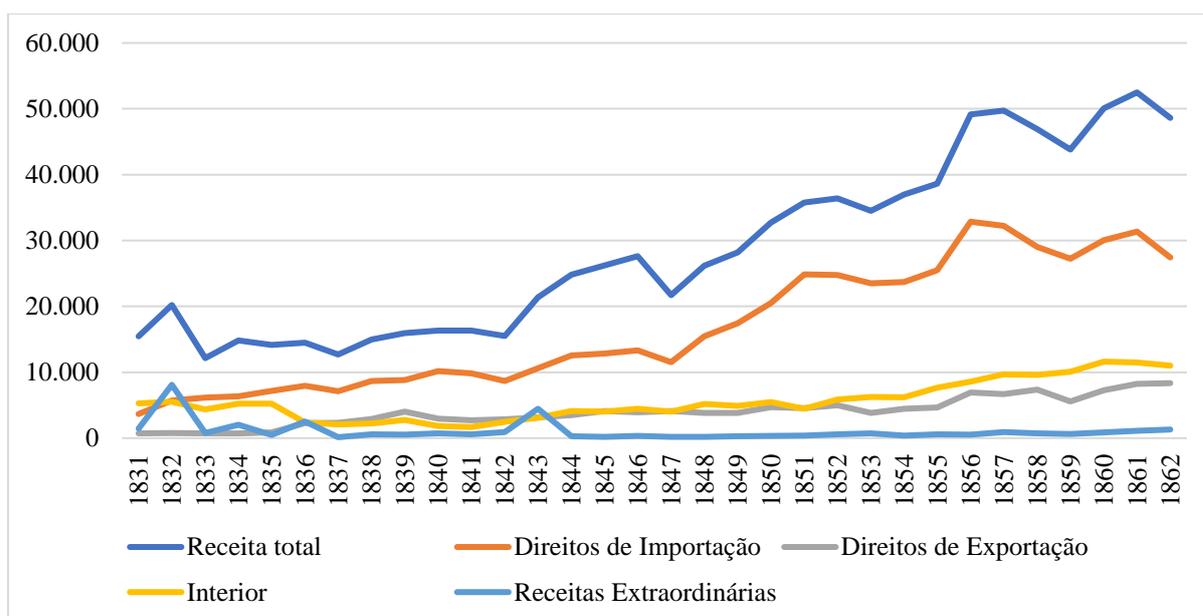
4.3.1 Capacidade Extrativa

Diferentemente do capítulo anterior, os dados desse período analisado já demonstram uma situação mais organizada nas contas do Estado. Prova disso é a diminuta participação das receitas extraordinárias e a característica dependência sobre o setor alfandegário, que marcou a arrecadação no período imperial (especialmente as tarifas de importação), conforme demonstrado no Gráfico 5. Trata-se de uma forma de arrecadação que exige pouca capacidade dos Estados, pois demanda apenas o controle sobre os portos e enfrenta pouca resistência popular. Nesse caso, cabe destacar que as tarifas de importação eram limitadas a 15% para a Inglaterra (e posteriormente estendido para o resto do mundo) pelo tratado imposto pelos britânicos a Portugal ainda em 1810 (pouco após a abertura dos portos brasileiros), acordo que não apenas estabeleceu um limite à principal arrecadação do Estado brasileiro, como também dificultou o desenvolvimento manufatureiro do país (HOLANDA, 2004, p. 43-44). Somente quando o acordo expirou (1844), o governo brasileiro adquiriu sua capacidade de modificar as tarifas conforme seus interesses, sendo modificadas no decreto de 12 de agosto de 1844. Por esse decreto, as tarifas de 15% foram substituídas por diferentes tarifas que variavam entre 2 e 60%, dependendo do tipo de produto. Contudo, a dependência do Estado sobre a arrecadação alfandegária impediu que tarifas realmente protecionistas fossem colocadas em prática, permanecendo, portanto, como tarifas essencialmente fiscais (HOLANDA, 2004, p. 47).

Além disso, as tarifas de importação também eram o principal foco de reforma dos políticos, visto que ela era a principal fonte de arrecadação e o Estado brasileiro manteve a complicada situação fiscal do capítulo anterior (ver Gráfico 6). De modo geral, nenhuma

reforma tributária relevante foi feita no período, apenas sucessivas alterações nas tarifas após 1844. É de se destacar que dificilmente esse cenário poderia ser diferente, pois em um período caracterizado pelo esforço em garantir a integridade do território e a ordem interna, com diversas revoltas de proprietários de terras, a ampliação da extração (visto pela receita do interior) geraria apenas mais motivos de revolta. Dessa forma, entende-se que não houve nenhum avanço significativo no que diz respeito ao aumento das capacidades de extrair recursos da população brasileira, embora tenha sido nesse período que o Estado começou a organizar melhor as informações sobre suas receitas e despesas. Uma maior disciplina orçamentária contribuiu no sentido de conhecer melhor o sistema tributário e seus efeitos, o que levou ao conhecimento dos governantes da época o fato de alguns produtos serem taxados múltiplas vezes (HOLANDA, 2004, p. 81). Destaca-se, entretanto, que um aumento gradual da participação da receita do interior aconteceu a partir de 1840, quando correspondia a cerca de 11% da arrecadação total, até 1862, quando já representava mais de 22%. Sem uma reforma tributária e sendo um aumento lento e constante em duas décadas, entende-se que isso se deve mesmo ao desenvolvimento do país, sem ampliar a capacidade de extração do Estado. Em 1860, por exemplo, os principais impostos do interior eram a sisa dos bens de raiz e o imposto do selo (HOLANDA, 2004, p. 90), que juntos já correspondiam a quase metade dessa arrecadação.

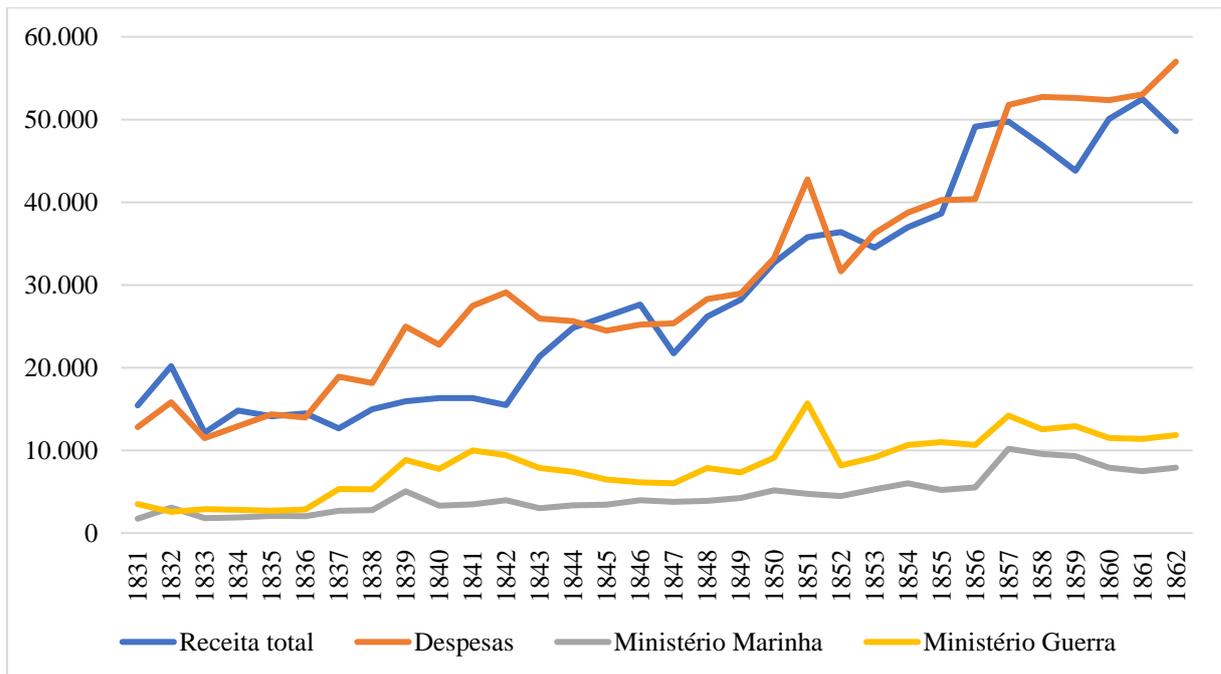
Gráfico 5 - Arrecadação do Estado brasileiro de 1831 a 1862, em mil contos de réis



Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes em Carreira (1889).

No que diz respeito às despesas, o Gráfico 6 deixa claro como a situação fiscal do Estado não ficou muito melhor do que no período analisado no capítulo anterior. Destaca-se ainda como, entre 1837 e 1842, os gastos militares provocados pelas diversas revoltas do período regencial produziram um considerável déficit. Não por acaso, durante esse período foram contraídos dois empréstimos internacionais com britânicos, nos valores de 312.500 (1839) e 622.702 (1843), ambos em libras. Novamente, na guerra contra Rosas em 1852 há um evidente pico nos gastos militares (mesmo com a auxiliar participação brasileira no conflito), como um novo empréstimo feito no valor de £ 1.040.600 em 1852. Em suma, esse período representa bem o que Centeno (1997, 2002) chama de “*blood and debt*” (sangue e dívida), ou seja, guerras que foram financiadas com empréstimos para evitar o conflito gerado pela extração dos recursos com os setores que os possuíam, no caso brasileiro principalmente os proprietários de terras.

Gráfico 6 – Arrecadação, despesas totais e despesas de guerra do Estado brasileiro de 1831 a 1862, em mil contos de réis



Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes em Carreira (1889).

4.3.2 Capacidade Coercitiva

O principal objeto de análise da capacidade coercitiva no período certamente é a Guarda Nacional. Poucos meses após a abdicação de Pedro I (7 de abril de 1831), a Guarda Nacional foi criada (18 de agosto de 1831) com a intenção de conciliar a formação de uma tropa capaz

de garantir a segurança nacional com economia de recursos, isso em um contexto de grande perturbação da ordem pública promovida pelos militares de linha juntamente com o povo (protestos do grupo 1, povo e tropa). Conforme mencionado no capítulo anterior, trata-se de uma reformulação da estrutura militar brasileira (largamente baseada em milícias) e da transferência do controle militar para o civil. Nesse caso, ao ser criada, os oficiais da Guarda deveriam ser eleitos (com o único requisito de possuírem uma renda relativamente baixa⁴⁰) e sem discriminação racial, o que, na visão de Carvalho e Bethell (2002, p. 701), tornava a Guarda um avanço democrático importante em relação às milícias e ordenanças da era colonial.

Porém, os requisitos de renda para o cargo de oficial foram dobrados logo em 1832. Além disso, com a descentralização promovida nos primeiros anos da regência e, em especial, com o Ato Adicional de 1834, a Guarda Nacional acabou ficando sob a influência das novas Assembleias Provinciais, que interpretaram o Ato do seu modo e se consideraram em condições de poder sobre as posições superiores da Guarda. *“Em São Paulo, por exemplo, as eleições desapareceram em 1836. A noção de uma milícia cidadã não poderia funcionar em uma sociedade tão desigual e estratificada, e a Guarda Nacional logo se adaptou à realidade social”* (CARVALHO; BETHELL, 2002, p. 701, tradução nossa⁴¹).

Após o término da revolta praieira em 1849, os conservadores puderam terminar o que ainda faltava nas reformas centralizadoras iniciadas em 1837: a reforma na Guarda Nacional. O princípio eletivo foi eliminado e os oficiais passaram a ser apontados pelo presidente da província ou pelo governo central. Além disso, os requisitos para oficiais foram elevados, e todos os oficiais deveriam pagar pelo selo e a quantia referente a um mês de soldo em equivalência à patente dos oficiais de primeira linha, o que gerou receita para o Estado, mas também limitou ainda mais o acesso (HOLANDA, 2004, p. 333). De acordo com Carvalho e Bethell (2002, p. 740), embora à primeira vista essas medidas pareçam ir contra os chefes locais, seria mais correto observá-las como um compromisso entre o governo central com os senhores de terras; ou seja, o governo central precisava da ajuda dos senhores de terras para garantir ordem no interior do país, enquanto que os senhores de terras necessitavam do governo central como árbitro para suas disputas. *“A reforma representa um movimento no sentido de cooptar os setores governantes para o sistema político em troca de reconhecimento e legitimação do*

⁴⁰ 200 mil reis nas maiores cidades e 100 mil reis no resto do país.

⁴¹ No original: In Sao Paulo, for example, elections had disappeared by 1836. The notion of a citizens' militia could not work in a highly unequal and stratified society, and the National Guard had soon adapted itself to the social reality.

seu poder social” (CARVALHO; BETHELL, 2002, p. 740, tradução nossa⁴²). Segundo Holanda (2004, p. 329), a reforma de 1850 afirma o caráter aristocrático dos quadros dirigentes da Guarda e a transformou gradativamente em milícia eleitoreira, imagem que a Guarda deixou na história. Em suma, entende-se que o Estado brasileiro conseguiu estabelecer sua ordem por meio de acordos que fortaleceram e legitimaram atores intermediários. Curiosamente, também foi necessário travar e vencer guerras internas para esse fim, o que não descarta o papel da guerra no processo.

Embora isso possa parecer contraditório, o resultado provavelmente é fruto de um enorme território com pouca infraestrutura e pouco urbanizado. O Brasil certamente foge do tamanho ideal de Estado implicitamente sugerido por Tilly (1996, p. 99), de modo que as vitórias bélicas sobre as revoltas locais foram necessárias para garantir a continuidade do extenso território, mas ainda insuficiente para estabelecer um governo sem intermediários em toda sua extensão. Nesse sentido, a apreciação de Maria Isaura Pereira de Queiroz (apud MAGALHÃES, 1958, p. 287-288) demonstra as consequências para a capacidade coercitiva enquanto as elites locais controlam a Guarda Nacional:

O que vinha destruir qualquer possibilidade dos delegados (de nomeação do Presidente da Província) subtraírem-se ao domínio dos senhores rurais era, além dos poucos recursos materiais de que dispunham, a existência da guarda Nacional em todos os municípios, que reforçara muito o poder dos chefes locais. Tinha ela por fim auxiliar o exército na manutenção da ordem, defender a constituição, promover o policiamento. Havia a guarda nacional permanente e a segunda linha, reserva, que devia ser composta dos funcionários públicos, advogados, médicos, cirurgiões, boticários, estudantes, pelas profissões liberais enfim, e com a qual os chefes locais acenavam como recompensa aos que não pertenciam a esta categoria e queriam escapar da permanente. Os chefes locais de prestígio automaticamente recebiam os postos mais altos da guarda nacional; o posto de coronel era concedido ao chefe político da comuna, as patentes de capitão a chefes locais influentes, e o conselho de qualificação, que declarava quem devia servir na reserva e quem ficava isento de servir na guarda, era composto em cada município de eleitores do 2º grau mais votados sob a presidência do juiz de paz. Era uma arma fortíssima nas mãos dos senhores rurais, não só porque legalmente se tornavam chefes militares, como porque em suas mãos estava mandar este ou aquele servir no Exército; com a guarda nacional eram ameaçados os revoltosos contra o mandão local, os adversários. E como o delegado, para efetuar uma prisão, geralmente necessitava do auxílio da guarda nacional, que se destinava expressamente a ajudar a manutenção da ordem e promover o policiamento, é claro que não teria força alguma contra o mandão local e seus amigos.

Quanto à guerra contra Rosas, importa destacar que a dificuldade de recrutamento mencionada no capítulo anterior permaneceu durante esse período. Apesar da má experiência com mercenários em 1828, novamente o governo brasileiro recorreu a esse recurso para sua

⁴² No original: The reform represented a further move to co-opt the ruling sectors into the political system in exchange for the recognition and legitimation of their social power.

secundária participação na guerra. Assim, em 1851, na iminência da guerra, cerca de 1800 mercenários alemães foram contratados, ficando conhecidos na história brasileira como “Brummer” (BENTO, 2013, p. 3-4).

Além do cenário doméstico, no âmbito internacional, penetrações de potências extrarregionais também demonstraram a fragilidade da capacidade coercitiva do Estado brasileiro. Tensões entre brasileiros e ingleses sobre a questão do tráfico de escravos levaram a vários incidentes e violações da soberania brasileira por parte dos ingleses, que buscavam acabar com o tráfico. Sem condições materiais de enfrentar a Inglaterra, o Brasil teve que se render às agressões inglesas e dar início a ações próprias de combate ao tráfico de escravos em 1850, considerando-o equivalente à pirataria (CARVALHO; BETHELL, 2002, p. 742). Cabe destacar que reduzir esse atrito com os britânicos era de fundamental importância antes de dar início à campanha contra Rosas, ou o Brasil poderia enfrentar uma oposição britânica. Contudo, ao mesmo tempo em que teve de ceder às pressões britânicas, o sucesso no combate ao tráfico de escravos a partir de então deixou claro como, *“pela primeira vez desde a independência, o governo no Rio de Janeiro teve a autoridade e os músculos necessários para estabelecer sua vontade por todo o país”* (CARVALHO; BETHELL, 2002, p. 743)⁴³. O Gráfico 7 demonstra como somente a partir de 1850 o tráfico de escravos é interrompido, sendo que após o quinquênio de 1850-1855 não há mais registros do desembarque de escravos no Brasil.

Gráfico 7 - Estimativa do desembarque de Africanos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes em Estatísticas Históricas do Brasil, (IBGE, 1990, p. 60).

⁴³ Na literatura inglesa é comum atribuírem que a atuação de patrulha dos navios britânicos foi causa da bem-sucedida interrupção do tráfico de escravos. Contudo, cabe destacar que essa intervenção já acontecia desde a década de 1830 e o Gráfico 7 deixa claro como somente em 1850 é que o tráfico foi realmente eliminado.

4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A incapacidade do primeiro imperador em gerir um Estado tão grande e diverso como o Brasil, passando ainda por um momento delicado, resultou em protestos e revoltas por quase todo o território, algo que levou Pedro I a abdicar. Como o herdeiro, ainda em pequena idade, estava incapacitado para assumir o cargo, iniciou-se o governo temporário da regência. Mas se a situação já estava caótica no governo do homem responsável pelo rompimento com a antiga metrópole, a vacância do trono não colaborou em nada para a estabilidade do país. Pelo contrário, quando o governo regente aprovou o Ato Adicional em 1834 e concedeu poderes às Assembleias Provinciais, as revoltas que aconteciam sobretudo no ambiente urbano do país se deslocaram para o interior, gerando as principais revoltas do período e as maiores ameaças de secessão. A dependência do governo central em relação aos poderes regionais, apontados anteriormente, foi um fator de complicação na resolução desses conflitos e muitos deles se arrastaram por vários anos, tendo a revolta farroupilha durado uma década. Não obstante, mesmo o governo central se saindo vitorioso nos conflitos internos, perdeu a sua dependência das elites regionais, que foram apenas cooptadas para o novo regime monárquico estabelecido pelo golpe da maioria.

A guerra contra Rosas aconteceu em um momento ideal para o Brasil, pois os problemas internos estavam resolvidos e o país gozava de certa estabilidade pela primeira vez na história independente. Além disso, se aproveitou de dissidentes argentinos para intervir de forma bastante limitada e ainda alcançar seus objetivos; a deposição de Rosas e a livre navegação no rio da Prata. Mesmo assim, em termos de ampliação das capacidades do Estado brasileiro, muito pouco foi feito. O Quadro 3 busca resumir os impactos gerados pelos conflitos vistos neste capítulo.

Quadro 4 – Síntese dos impactos gerados pelos conflitos durante a regência e a guerra do Prata

Capacidade	Acúmulo	Concentração
Extrativa	Médio – negativo	Nula
Coercitiva	Baixo – positivo	Baixa - Positiva

Fonte: Elaboração Própria.

Assim como no capítulo anterior, a concentração da capacidade extrativa teve impacto nulo. Isso porque o governo não criou impostos ou sequer aumentou os já existentes, mantendo-se dependente de empréstimos e tarifas alfandegárias. Entende-se também que reformas nas tarifas (após 1844) não podem ser descritas como impactos das guerras, pois as tarifas estavam artificialmente baixas em detrimento de acordos internacionais, sendo ampliadas imediatamente após o término desses acordos. Assim sendo, sem aumento de impostos domésticos, os empréstimos realizados como forma de obter dinheiro em períodos de maiores despesas militares, conforme o Gráfico 6, deixam apenas a conta negativa no acúmulo da capacidade extrativa, entendida aqui como tendo um impacto negativo de proporção média, pois as guerras foram limitadas e seus gastos não foram tão dispendiosos, como a do Paraguai no próximo capítulo.

Por outro lado, na capacidade coercitiva o impacto foi positivo e de pequenas proporções tanto no acúmulo quanto na concentração. Entende-se assim no caso do acúmulo porque, embora não tenha ampliado sua força permanente, o Estado brasileiro conseguiu estabelecer sua ordem, inclusive combatendo de forma bem-sucedida o tráfico de escravos. Mas como em grande parte a força do Estado ainda provinha da cooptação de elites regionais, não passa de um pequeno impacto. Quanto à concentração, em meio a uma força militar altamente descentralizada e composta principalmente por milícias (Guarda Nacional), o Regresso estabeleceu a nomeação de oficiais da Guarda pelo governo central ou das Províncias, o que pode ser entendido como uma pequena centralização, razão pelo qual foi apontado baixo e positivo nessa capacidade.

Em suma, trata-se da continuidade de um período turbulento na história brasileira, iniciado com a independência e agravado com a abdicação do primeiro imperador. A vacância do trono e as reformas liberalizantes promovidas pelos liberais durante a regência, abriram espaço para divergências ideológicas e projetos de poder independentes. As vitórias militares (embora também negociadas) contra as insurgências domésticas foram de fundamental importância para impedir a fragmentação do território e permitir a centralização do poder político no Rio de Janeiro. Uma vez que o Estado brasileiro conseguiu estabilizar a situação interna, estava fortalecido o bastante para agir de forma mais agressiva contra seus adversários regionais, especialmente Rosas, o governador de Buenos Aires que ameaçava a integridade territorial do Brasil. O período abordado neste capítulo, portanto, é resumido por Carvalho (2007, p. 249) como a fase de “*acumulação primitiva de poder do Estado*”.

5 A GUERRA DO PARAGUAI

O presente capítulo trata dos impactos nas capacidades estatais do Brasil geradas pela maior guerra da América do Sul, a guerra do Paraguai (1864-1870). Para isso, o capítulo começa com as condições antecedentes, apresentando o Paraguai no contexto platino e explicando como ele teve condições de enfrentar Argentina, Brasil e Uruguai por tanto tempo. Também são apresentadas as causas da guerra e a formação da Tríplice Aliança. Além disso, diferentemente das guerras anteriores, a guerra do Paraguai foi um conflito longo, com várias batalhas e desdobramentos, de modo que a guerra em si exige uma seção própria. Por fim, a última seção aborda os impactos gerados por essa guerra para as capacidades do Estado brasileiro.

5.1 O PARAGUAI

Nos capítulos anteriores foram abordados conflitos em que o Estado brasileiro buscava garantir a internacionalização do rio da Prata e seus afluentes, colidindo principalmente com os interesses da província de Buenos Aires, que buscava a monopolização do rio. Em questão estavam o acesso fluvial à província do Mato Grosso, na época muito maior que a atual unidade federativa do Mato Grosso (correspondia a basicamente toda a região central do país), e o monopólio da aduana, principal fonte de renda da Argentina e objeto de disputa entre Buenos Aires e demais províncias argentinas. O Uruguai, localizado às margens opostas de Buenos Aires no rio da Prata e entre o Brasil e a Argentina, oferecia ainda um porto alternativo aos portenhos na cidade de Montevideú, se tornando um dos principais palcos dessa disputa. O presente capítulo continuará a abordar a região platina, mas agora incluindo na disputa um ator que pouco foi mencionado nos capítulos anteriores, o Paraguai.

A partir da independência do Vice-Reino do Prata, seguiu-se uma intensa fragmentação desse território: enquanto Buenos Aires buscava estabelecer seu predomínio sobre todas as províncias do vice-reino pelo seu papel de protagonista no período colonial, surgiram também outros projetos de poder, incluindo o Uruguai de Artigas (que acabou sendo conquistado e anexado pelo Brasil enquanto ainda era parte de Portugal), a Bolívia, e o Paraguai, que derrotou as forças portenhas em 1811 e se tornou independente tanto de Madri quanto de Buenos Aires. Apesar de oficialmente ter declarado sua independência formal apenas em 1842, após vencer as forças portenhas em 1811 o Paraguai seguiu autônomo sob o governo do Ditador Perpétuo (título oficial) José Gaspar Rodríguez de Francia até 1840 (ano de sua morte), que estabeleceu

um completo isolamento do país, inexistindo contatos oficiais com os países vizinhos, em uma estratégia de melhor manter a sua independência em relação a Buenos Aires e de seu próprio governo (DORATIOTO, 2002, p. 24). Esse isolamento, contudo, não se deu de modo voluntário, uma vez que, localizado na mesopotâmia da bacia do Prata, o Paraguai enfrentou os obstáculos impostos por Buenos Aires para o comércio exterior⁴⁴, de modo que precisou recorrer ao isolamento e à autossuficiência a fim de manter-se politicamente autônomo (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 152)⁴⁵. Também em função disso, o Paraguai foi o único dos Estados resultantes do desmembramento do Vice-Reino do Prata que não passou por guerras civis, mas o país pagou um preço caro pela sua estabilidade interna e paz: a estagnação da sociedade (WHIGHAM, 2018, p. 63).

Nesse ponto cabe retomar alguns motivos que levaram à fragmentação do antigo Vice-Reinado do Prata e à formação do Paraguai: Buenos Aires foi fundada para servir como linha de comunicação entre os minérios de Potosí e a Europa, desenvolvendo um rico comércio e influência na região. Montevideú, como visto no capítulo 2, foi fundada na margem oposta do rio da Prata em relação a Buenos Aires para garantir o monopólio espanhol do estuário quando esse esteve sob ameaça com a colônia portuguesa de Sacramento, se tornando uma rival de Buenos Aires de forma quase automática. O Paraguai, por outro lado, cravado no interior do continente, desenvolveu uma identidade própria na mistura de espanhóis com o povo local, os guaranis, e sua economia colonial girava em torno de fornecer erva mate, tabaco e mulas para as minas; não se identificando, portanto, em nada com os interesses portenhos (WHIGHAM, 2018, p.27-28). O posterior isolamento feito por Francia após a independência paraguaia acabou reforçando a identidade hispano-guarani dos paraguaios e se tornando o principal elemento de certa nacionalidade paraguaia (WHIGHAM, 2018, p. 40), algo que certamente não tinha equivalente no Brasil, Argentina ou Uruguai naquele período.

Francia também estabeleceu um enorme controle interno, em que as instituições do Estado eram basicamente ferramentas para aplicar a vontade do ditador. Além disso, o isolamento também estabeleceu uma economia diferente dos países vizinhos, onde *“o Estado se tornou regulador de todas as atividades e detentor do monopólio do comércio da erva-mate, da madeira e do tabaco, os produtos mais significativos da economia nacional”*

⁴⁴ Um diminuto comércio paraguaio com os países vizinhos acontecia com a província de Corrientes e com o Império do Brasil, por via dos portos de Villa del Pilar e Villa de Itapúa, respectivamente. Em geral se trocava erva-mate por armas e munições (DORATIOTO, 2002, p. 25; MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 152).

⁴⁵ Importa destacar também que a ascensão de Rosas em Buenos Aires, durante a década de 1830, cuja ambição era monopolizar e tornar os afluentes do Prata como rios domésticos, contribuiu ainda mais para que o Paraguai continuasse isolado, tendo em vista que o rio Paraguai também é um dos afluentes do Prata.

(DORATIOTO, 2002, p. 24-25). Tal domínio estatal da economia foi alcançado através do confisco de propriedades, tanto da igreja quanto da classe dominante tradicional, controlando a quase totalidade das terras do país e explorando-a diretamente com o emprego de escravos e trabalho forçado de detentos ou pelo arrendamento para os camponeses. De todo modo, essa economia não tinha ultrapassado a fase pré-monetária e se modelava no antigo sistema colonial (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 152-153). Enquanto que em termos políticos a república o era apenas em nome, mas se legitimava pelas tradições da população local, incluindo o exercício de autoridade por meio de uma figura paterna para o país, cuja mão seria forte mas eficiente (WHIGHAM, 2018, p. 64).

Com a morte de Francia em 1840, sucedeu-se um período de certa instabilidade onde muitos paraguaios se recusavam a acreditar que Francia havia morrido (WHIGHAM, 2018, p. 65). Durante esse breve período o país foi governado por um regime de Consulado com dois membros, sendo um deles Carlos Antônio Lopez, um dos poucos proprietários de terras que restavam. Foi durante esse período que o Congresso paraguaio, que não tinha atividades regulares e se reunia apenas quando chamado pelo Executivo para sacramentar decisões, proclamou a independência do país (1842) e em 1844 declarou Lopez como novo presidente da República paraguaia (DORATIOTO, 2002, p. 26). O novo presidente começou a mudar a administração do Paraguai e de certo modo, modernizá-lo, inclusive atualizando a Constituição, o que não foi feito durante o governo Francia, embora essa constituição sequer mencionasse liberdades e direitos civis e fosse apenas um documento para garantir seu poder pessoal, a quem todos os cidadãos deveriam reconhecer e obedecer (WHIGHAM, 2018, p. 66), ou seja, deu continuidade ao autoritarismo de seu antecessor. Contudo, a economia paraguaia já apresentava sinais de estagnação desde 1830, como explica Bandeira:

A concentração da propriedade agrária determinava correlata concentração de renda e o Estado, acumulando o excedente, máxime sob a forma de erva-mate e tabaco, utilizados como meios de pagamento, não tinha nem onde nem como realizá-lo. O isolamento do país levava-o a paralisar, quase completamente, as exportações daqueles produtos. E, com uma larga faixa da população – os self-sustaining members of Community – que produzia, exclusivamente, para o próprio consumo, nada vendia ou comprava, o comércio interno, também sob o controle do Estado, decaíra ao mínimo. A organização relativamente autárquica da economia paraguaia comprometia seu próprio processo de reprodução (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 154).

Precisando romper com seu isolamento para dar continuidade ao seu desenvolvimento, o Paraguai começou a buscar mercado consumidor de seus produtos (localizado principalmente na bacia do Prata) para vender o seu excedente acumulado. É nesse momento que o Paraguai começa a participar mais dos acontecimentos da região platina, principalmente porque

encontrava em Rosas⁴⁶ um grande obstáculo aos seus interesses. A ameaça comum de Rosas para paraguaios e brasileiros foi um fator poderoso de aproximação entre os dois países, e o Império do Brasil foi o primeiro país a reconhecer o Paraguai, em 1844 (DORATIOTO, 2002, p. 27). Também nessa ocasião foi assinado um Tratado de Aliança, Comércio, Navegação e Limites; mas esse acordo, contudo, seria efêmero e sem consequência e não foi ratificado pelo império (CERVO; BUENO, 2002, p. 112). Aqui importa destacar que desde a independência (*de facto*) paraguaia, havia uma disputa territorial com o Brasil por uma faixa de terra de aproximadamente 200 mil quilômetros quadrados, em virtude de discordância entre a reivindicação paraguaia, com base no Tratado de Santo Ildefonso (1777) que dava essas terras aos espanhóis, e a doutrina brasileira do *uti possidetis*, já que o território era ocupado de fato por brasileiros. Portanto, embora o Brasil e o Paraguai tivessem na Argentina um rival em comum, essa divergência territorial foi motivo de conflito entre os dois países. Não obstante, conflitos locais nessa região eram comuns desde o governo de Francia, com incursões brasileiras a propriedades paraguaias com o objetivo de roubar gado e afastar os paraguaios dessa região litigiosa, adentrando assim no território “*insidiosamente, estabelecendo ranchos, construindo fortes e mapeando-o*” (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 157).

Superada a ameaça rosista e garantida a livre navegação nos rios do Prata, o fator de aproximação para Brasil e Paraguai se perdeu. A deterioração das relações entre os dois países foi rápida, e pouco depois da queda de Rosas, Carlos López passou a criar obstáculos para a navegação no Alto Paraguai, medida que visava atingir especialmente ao império brasileiro, pois o impedia de enviar armamentos para fortificar a Província do Mato Grosso. Como já foi dito diversas vezes, a principal via de acesso do Rio de Janeiro ao Mato Grosso era fluvial, com barcos que entravam no estuário do rio da Prata e subiam pelos rios Paraná e Paraguai, passando inclusive por Assunção, até chegar a Cuiabá, capital da Província (essa rota era a forma mais prática de acesso até a construção de uma linha ferroviária em 1910) (DORATIOTO, 2002, p. 28). Ao impedir essa rota para os navios brasileiros, especialmente os de guerra, Carlos López buscava condições propícias para um acordo de fronteiras em seus termos. Cabe ressaltar também que a província do Mato Grosso era uma das mais débeis do império, não apenas pelo difícil acesso, mas também por ser escassamente povoada, contando com menos de 30.000 habitantes em 1858 (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 159). Diante dessa obstrução, o governo brasileiro reagiu com força e enviou uma esquadra composta de 20 navios e cerca de dois mil homens para impor a livre passagem. Acontece que, diferentemente de seu futuro sucessor,

⁴⁶ Rosas se recusava a reconhecer a independência paraguaia e dificultava o comércio exterior do Paraguai ao controlar a navegação do rio Paraná (DORATIOTO, 2002).

Carlos López era pragmático, buscava ampliar o lugar do Paraguai no sistema internacional, mas conhecia os limites da sua força (DORATIOTO, 2002, p. 41). Mesmo considerando a demonstração de força brasileira como um ato injurioso e humilhante para seu país, mostrou-se aberto ao diálogo e conseguiu, pela diplomacia, acordos que não resolviam a situação das fronteiras, mas davam tempo para o Paraguai se preparar para um conflito que parecia cada vez mais inevitável (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 161-162).

Em suma, apesar de sua independência absoluta, o Paraguai continuou sendo visto por Buenos Aires como uma província rebelde, sendo esse, provavelmente, o principal motivo para o isolamento paraguaio durante Francia. Mas ao sair do isolamento, as relações entre Brasil e Paraguai foram amigáveis por pouquíssimo tempo em função da falta de acordo sobre as fronteiras, o que deixou Carlos Lopez, e também seu filho Solano, convencidos de que uma hora Brasil e Argentina, mesmo com toda a rivalidade, se uniriam para uma guerra contra o Paraguai (DORATIOTO, 2002, p. 35). Aqui importa destacar que a identidade hispano-guarani e as décadas de isolamento contribuíram para construir o mais próximo de uma nação na região platina, e diante das ameaças externas, a guerra que parecia se aproximar não seria pela preservação de privilégios ou mera definição de fronteiras, mas pela sobrevivência da nação (WHIGHAM, 2018, p. 73). Acuado, e colhendo os frutos da abertura comercial após a queda de Rosas, que ampliou consideravelmente a receita do Estado⁴⁷ e permitiu um notável surto de progresso sem a necessidade de empréstimos, o Paraguai passou do isolacionismo extremo para a expansão extrema (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 154-156).

A modernização paraguaia começou em 1854, quando Solano López partiu em uma viagem à Europa para estabelecer acordos comerciais e comprar armamentos. Na Inglaterra, conseguiu um acordo com a firma *John & Alfred Blyth Steam Engine Works Co*, na época uma das mais avançadas em tecnologia no mundo. Por meio dessa empresa, o Paraguai passou a comprar armamento, enviar jovens paraguaios para treinamento e ainda recrutar 231 técnicos, de maioria britânica, para modernizar o país: eram “*engenheiros civis, navais, mecânicos, especialistas em minas, estradas de ferros, produção de aço, torpedos e canhões, maquinistas, marinheiros e instrutores militares*” (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 155).

Aqui importa destacar o revisionismo histórico que foi criado um século depois do conflito sobre essa modernização paraguaia: durante as décadas de 1960 e 1970, surgiu um movimento revisionista que construiu uma visão um tanto quanto romântica do Paraguai, abordando o país como um modelo de desenvolvimento alternativo, com bons índices sociais,

⁴⁷ A receita do comércio exterior paraguaio saltou de 572.533 pesos em 1854 para 3.736.362 em 1860 (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 156).

independente do capital estrangeiro e como “*o mais avançado da América do Sul*” (GALEANO, 2010, p. 279). O principal autor brasileiro dessa corrente, Chiavenatto, aponta que Francia eliminou os representantes do poder econômico paraguaio (oligarcas protegidos pelos espanhóis no período colonial) para estabelecer uma ditadura que sustentasse um governo popular – “*o absolutismo como método de governo em benefício do povo*” (CHIAVENATTO, 1986, p. 15). Nesse governo de Francia, o Paraguai se tornou uma nação coesa e progressista, sem analfabetos e pronto para um desenvolvimento que só não era pleno pelas altas taxas impostas por Buenos Aires à saída de produtos paraguaios. Quando Carlos López assume, após a morte de Francia, dá-se início à ampliação e modernização do sistema econômico paraguaio, mas que começa a ser “*ostensivamente agredido internacionalmente na medida em que obtém sucesso*” (CHIAVENATTO, 1986, p. 27). Na visão do autor, isso acontecia porque o Paraguai conseguia evitar o endividamento externo e se modernizava sem precisar pagar “juros extorsivos”, que seriam os meios do imperialismo econômico da Inglaterra no período.

Era a norma para o imperialismo inglês (e outros menos poderosos, com influência circunstancial na América do Sul nessa época) exportar tecnologia, financiada pelos seus capitais resgatados a juros extorsivos e, principalmente, a serviço imediato de seus próprios interesses. Assim os ingleses financiavam e tinham o domínio acionário de negócios básicos para o seu entranhamento na dominação econômica do país visado (CHIAVENATTO, 1986, p. 28).

Como consequência por esse desenvolvimento autônomo do Paraguai, os britânicos estimularam argentinos, brasileiros e uruguaios, como “*testas de ferro*”, a destruírem o Paraguai. Como os países aliados contraíram enormes dívidas provocadas pela guerra, o autor considera que se criou ainda uma total dependência da economia desses países aos bancos ingleses, estabelecendo a Inglaterra como a única ganhadora do conflito. “*Destruiu-se o Paraguai que se opunha à sistemática da sua dominação econômica e subjuga-se inteiramente os aliados que o destruíram*” (CHIAVENATTO, 1986, p. 30).

Entretanto, o revisionismo histórico é severamente criticado por autores mais recentes. Doratioto (2002, p.30), por exemplo, considera “*fantasiosa*” a imagem de um Paraguai que se industrializou a partir de recursos próprios, sem depender dos centros capitalistas a ponto de se tornar uma ameaça aos interesses ingleses na região; Cervo e Bueno (2002, p. 121) também consideram o revisionismo como resultado de “*distorções da análise histórica*”; e Bethell (1995, p. 270) entende que, embora seja “*uma argumentação interessante e intelectualmente estimulante*”, “*há pouca senão nenhuma evidência empírica capaz de sustenta-la*”, concluindo por fim que “*a Grã-Bretanha e as suas supostas intenções imperialistas não podem mais ser utilizadas como bode expiatório para a Guerra do Paraguai*” (BETHELL, 1995, p. 283). De

fato, o Paraguai era uma nação unificada, sem dívidas e com notáveis avanços tecnológicos devido aos técnicos estrangeiros; mas tratava-se de uma modernização de caráter exclusivamente militar (DORATIOTO, 2002, p. 44). É realmente difícil para uma sociedade sair de uma economia isolada e pré-monetária para se tornar moderna e industrializada no curto espaço de uma década.

Assim sendo, importa deixar claro que o Paraguai utilizava seus recursos para se militarizar. Enquanto armas foram compradas e fortificações foram estabelecidas, o emprego de uma conscrição quase universal foi adotado (em grande contraste com Brasil e Argentina). Destaca-se que essa militarização foi tão grande a ponto de alguns autores, como Schweller (2006, p. 98), chamarem o Paraguai desse período como uma versão sul-americana da Prússia. Mas por outro lado, em contraste com a visão do Paraguai desenvolvido dos revisionistas, os camponeses continuavam usando técnicas e ferramentas há muito obsoletas. Além disso, a estrutura política também era bastante primitiva, se resumindo basicamente no poder absoluto de um homem, que administrava o país como uma propriedade privada e exercia a coerção política através de uma extensa rede de espionagem (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 228), situação facilitada pelas pequenas dimensões do país e, na época, por mais da metade de sua população e recursos estarem concentradas em torno de Assunção (COONEY, 2004, p.23). Nesses casos, quando o poder é concentrado demais nas mãos de um único indivíduo, a política fica dependente das habilidades desse indivíduo (ao invés de uma instituição burocrática e moderna, que estabelece diferentes níveis no processo de tomada de decisão). Como já foi dito, Carlos López era pragmático, buscava garantir as condições da sobrevivência de seu país nas armas, mas evitava a guerra. Em 1862, contudo, em seu leito de morte, Carlos Antônio Lopez nomeou seu filho Solano López como vice-presidente (praticamente sucessor) e o aconselhou para que buscasse resolver as questões pendentes através de negociações ao invés da espada, especialmente com o Império do Brasil (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 162; WHIGHAM, 2018, p. 91-92).

Solano López, porém, não levaria adiante a recomendação de seu pai. Uma vez estabelecido como novo presidente paraguaio em um mandato de 10 anos, Solano López deu continuidade à tradição autoritária paraguaia. Em âmbito doméstico, havia certa obsessão com traidores e o surgimento de novas lideranças (militares ou civis), de tal forma que seu governo fazia o possível para anular essas possibilidades (DORATIOTO, 2002, p. 63). Existia carência na qualidade e na quantidade de oficiais do Exército, sendo que a totalidade de oficiais era composta por Solano López como o único general (posto que não atingiu por mérito, mas por ser filho do presidente, aos 19 anos), cinco coronéis, dez majores, 51 capitães e 22 primeiro-

tenentes para uma força superior a 70.000 homens (DORATIOTO, 2002). A burocracia, atributo fundamental do exército e necessária para o estabelecimento da ordem, hierarquia e racionalidade na força (fundamentais na guerra), parecia pouco importar para o Paraguai de Solano López: seus filhos também possuíam destacada carreira militar, Juan Francisco se tornou coronel aos 15 anos, Enrique tenente aos 11 anos e Leopoldo sargento aos 7 anos (DORATIOTO, 2002, p. 40 e 92). No âmbito internacional, Solano López, mais do que seu pai, estava decidido a ampliar a presença paraguaia na região platina e adotou a teoria do “equilíbrio dos Estados”, que buscava preservar os pequenos Estados (Paraguai e Uruguai) frente às intenções dos grandes (Brasil e Argentina). Nesse equilíbrio, o Paraguai, aliado dos uruguaios e dos federalistas argentinos e diante da rivalidade entre brasileiros e argentinos, se tornaria fundamental para o equilíbrio da região, acabando com a hegemonia brasileira e afastando a histórica ameaça argentina de conquistar o Paraguai (DORATIOTO, 2002, p. 48-49). Embora improvável, eventualmente, poderia existir também o desejo paraguaio de unir os aliados e construir um terceiro Estado, de dimensões e poder equivalente ao dos dois grandes (Argentina e Brasil), reunindo Paraguai, Uruguai, as províncias de Misiones, Entre-Rios e Corrientes da Argentina (CERVO; BUENO, 2002, p. 121). Importa destacar que os habitantes dessas regiões da Argentina também eram de origem guarani (WHIGHAM, 2018, p. 97), de tal modo que a semelhança e os interesses em comum destes com os paraguaios projetava uma possível aliança antes da guerra, conforme será visto adiante.

Por fim, embora o Paraguai tenha se militarizado, o poder efetivo que resultou disso também deve ser visto com cautela. Além do limitado e fraco quadro de oficiais já mencionado, o armamento usado pelos paraguaios era defasado em relação ao dos aliados, com armas do período das guerras napoleônicas (ocorridas mais de 50 anos antes) e canhões ainda do período colonial. Com o bloqueio do rio Paraná pela marinha brasileira, o Paraguai não só não pôde importar armas mais avançadas, como também ficou impossibilitado de conseguir suprimentos para a guerra, como remédios. Também importa destacar que o enorme recrutamento para a guerra representou uma perda significativa de mão-de-obra da produção nacional, visto que todo o efetivo paraguaio no início da guerra representava mais da metade da população masculina com idade entre 16 e 45 anos (ver quadro 1), situação que só piorou com o avançar da guerra e chegou ao limite de recrutar crianças a partir de 1867 (COONEY, 2004, p. 32-34).

5.2 A SITUAÇÃO PLATINA

Na Argentina, após a queda de Rosas, o governador da província de Entre-Rios, Justo José Urquiza, buscou estabelecer sua liderança sobre todo o país no modelo federalista, com a nacionalização das receitas do porto de Buenos Aires. No Acordo de San Nicolás (1852) foi redefinido o Pacto Federal de 1831 que tinha criado a confederação e reafirmava o caráter descentralizador da União, destruído por Rosas, mas por outro lado, transferia a direção da política externa e as finanças da confederação, que antes ficavam para Buenos Aires, para um Poder Executivo e um Poder Legislativo que representavam toda a Nação. Contudo, como destaca Moniz Bandeira (2012, p. 146), as demais províncias argentinas precisavam mais de Buenos Aires do que o contrário, sendo que a arrecadação da cidade em 1866 era de quase 8 milhões de pesos fortes, enquanto que das demais províncias somadas, e treze anos depois da abertura do rio da Prata, não ultrapassava 2 milhões de pesos fortes. Essa enorme diferença entre Buenos Aires e as demais províncias permitiu que os portenhos fossem os únicos a recusar fazer parte do novo acordo da Confederação, de modo que elaboraram sua própria Constituição. Formaram-se assim duas unidades politicamente independentes e em permanente atrito: a Confederação Argentina (com a capital na cidade do Paraná) e o Estado de Buenos Aires (DORATIOTO, 2002, p. 29; WHIGHAM, 2018, p. 122). Essa situação impossibilitava a formação do Estado argentino de fato, já que um tinha o dinheiro enquanto o outro tinha a população e as terras, necessárias para a acumulação de coerção e capital portenha.

O Império do Brasil, embora aliado com Urquiza contra Rosas, encontrava poucas vantagens no fortalecimento dessa aliança contra Buenos Aires (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 202), possivelmente porque existia ainda a possibilidade de uma intervenção britânica para apoiar os portenhos, mais alinhados aos interesses capitalistas (DORATIOTO, 2002, p. 32). O apoio brasileiro aos confederados nesse caso continuou de forma muito discreta, o que não satisfez Urquiza, e ele deixou de ratificar nova aliança com o Brasil e buscou o Paraguai para uma aliança, mas foi recusado. Contudo, Carlos López, do Paraguai, se ofereceu como intermediário para as divergências da Confederação Argentina com Buenos Aires. A proposta foi aceita por Urquiza, apesar de semelhante proposta brasileira ter sido recusada (DORATIOTO, 2002, p. 35). Em 1859, as forças da Confederação bateram as tropas portenhas na batalha de Cepeda, mas Moniz Bandeira (2012, p. 203) considera que a reintegração de Buenos Aires era “*precária, mais formal do que real, uma vez que não superava a dualidade de poder e o impasse político persistia*”. Assim, em 1861 uma insurreição dos unitários portenhos, liderados pelo general Bartolomé Mitre, enfrentaram novamente Urquiza na batalha

de Pavón, mas dessa vez os portenhos se saíram vitoriosos. Urquiza se retirou durante a batalha, provavelmente convencido de que se a confederação não era capaz de derrotar Buenos Aires de forma rápida, não ganharia de modo algum, e retornou para Entre Rios com suas tropas, de modo a negociar com Mitre e preservar seus interesses pelo menos em sua província (LYNCH, 2002, p. 40). Consequentemente, em 1862, sob o governo de Mitre, o Estado argentino foi edificado sob o nome de República Argentina (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 205), e a partir desse momento o Estado começa a ser chamado propriamente como Argentina, e não mais por “*desajeitadas perífrases*” (LYNCH, 2002, p. 40, tradução nossa⁴⁸). Trata-se de uma modernização do Estado argentino, que até então tinha por característica o caudilhismo, a partir da criação de várias instituições com caráter nacional, como a Justiça Federal e o Exército nacional. Contudo, apesar da vitória dos portenhos e da modernização do Estado, não foi o fim das disputas entre federalistas e unitários, e uma forte resistência federalista continuou existindo nas demais províncias, especialmente em Entre Rios e Corrientes. Esses opositores ao novo governo unitário buscaram apoio de outras forças platinas que fossem contrárias à Buenos Aires, e encontraram nos blancos uruguaios e no Paraguai (DORATIOTO, 2002, p. 44-45).

No Uruguai, por sua vez, assim como nas guerras da Cisplatina e do Prata, seria novamente o catalisador de todas as divergências da região que resultaram na guerra do Paraguai. Após a longa guerra civil que destruiu a economia uruguaia (1839-1851), o Estado uruguaio se manteve muito frágil, sem condições de estabelecer seu monopólio da força. Na prática, “*qualquer estancieiro, se reunisse algumas centenas de homens e os armasse com sabres, lanças e cavalos, estava em condições de desafiar o governo*” (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 207). Além dessa fraqueza e da grande quantidade de gado (embora bastante prejudicada após a guerra civil), cerca de 40 mil dos 221 mil habitantes do país eram brasileiros e o porto de Montevideú era o rival natural de Buenos Aires, razões pela qual tornavam o Uruguai objeto de interesse tanto do Brasil quanto da Argentina. O cenário se tornou ainda mais conflituoso com a eleição do *blanco* Bernardo Berro em 1860. Disposto a enfraquecer a hegemonia brasileira em seu país, Berro se recusou a renovar o acordo que oferecia privilégios comerciais ao Brasil; estabeleceu imposto sobre exportação de gado em pé, medida que afetava os estancieiros gaúchos; e buscou abolir o uso de mão de obra escrava pelos fazendeiros brasileiros no Uruguai, algo que barateava os custos de produção e consequentemente prejudicava os produtores orientais (DORATIOTO, 2002, p. 45).

⁴⁸ No original: Now, the union of the provinces was achieved and for the first time Argentina was called Argentina and not by a clumsy circumlocution

Além disso, como os *blancos* eram aliados de longa data dos federalistas argentinos (assim como os *colorados* eram dos unitários), o porto de Montevideú começou a ser utilizado como alternativa ao porto de Buenos Aires pela resistência federalista argentina⁴⁹ e pelos paraguaios. Assim, “*Sem o controle do poder político no Uruguai, Mitre não poderia sufocar economicamente as províncias recalcitrantes. Nem o Paraguai.*” (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 206). Eliminar essa resistência, portanto, era de fundamental importância para a consolidação do poder dos unitários na Argentina (CERVO; BUENO, 2002, p. 120). É nesse ponto que surge então a teoria do equilíbrio de Estados que Solano López perseguiu. Como forma de contrabalancear a atuação dos dois grandes Estados da região (Argentina e Brasil), visualizava-se a formação de um novo eixo de poder baseado em Assunção-Paraná-Montevideú⁵⁰, o que daria ao Paraguai uma situação privilegiada na política regional e garantiria acesso ao mar pelo porto de Montevideú. Esse eixo, contudo, nunca se formalizou porque Solano López se recusou a se comprometer, tanto com os blancos uruguaios quanto com Urquiza. Doratioto (2002, p. 47-48) argumenta que a cautela paraguaia em ratificar essas alianças se deu pelo governo paraguaio entender que a simples possibilidade dessa aliança ampliava seu poder de barganha perante Brasil e Argentina, tornando o Paraguai indispensável na solução dos problemas platinos e possivelmente recebendo vantagens em acordos de fronteira.

De todo modo, como o Estado uruguaio era muito frágil, o meio mais fácil para a Argentina de Mitre buscar seu objetivo de sufocar a oposição federalista era incitando uma revolta colorada no Uruguai. Em 1863, portanto, o caudilho colorado Venâncio Flores (que inclusive lutou ao lado de Mitre na batalha de Pavón) invadiu o Uruguai com tropas recrutadas em Buenos Aires e com apoio extraoficial do governo argentino, era o início de mais uma guerra civil no Uruguai (DORATIOTO, 2002, p. 46). E como os brasileiros no Uruguai estavam perdendo seus privilégios com o governo de Berro, essa considerável parcela da população uruguaia se uniu às forças do opositor Venâncio Flores, proporcionando-lhe grande parte das tropas. Consequentemente, também, os brasileiros passaram a sofrer represálias pelo seu envolvimento no conflito, que começaram a pedir proteção do governo imperial (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 207). Assim, como a formação do novo eixo Assunção-Paraná-Montevideú não interessava à Argentina e tampouco ao Brasil, e os interesses brasileiros na guerra civil uruguaia coincidiram com os interesses argentinos, iniciou-se uma aproximação entre a Argentina e o Império do Brasil. O marco dessa aproximação aconteceu durante a

⁴⁹ Essa resistência, em grande parte, acontecia nas províncias de Entre-Rios e Corrientes, sendo liderada principalmente pelo caudilho Justo José Urquiza.

⁵⁰ Paraná no caso é o nome da capital da província argentina de Entre Rios.

tentativa de mediação no conflito uruguaio, com representantes das partes uruguaias, do Brasil, da Argentina e da Inglaterra. Mas apesar do fracasso dessa tentativa, o que ela gerou de fato foi confiança mútua entre argentinos e brasileiros quanto aos respectivos interesses no Uruguai, além de convencer os britânicos⁵¹ de que o Uruguai não seria anexado (tendo em vista que a Inglaterra garantia a independência uruguaia desde o fim da guerra cisplatina) (DORATIOTO, 2002, p. 56).

Acertadas as pendências entre argentinos, brasileiros e britânicos quanto à questão uruguaia, o Império do Brasil apresentou um ultimato ao governo uruguaio para que atendessem às exigências brasileiras em seis dias, ou sofreriam intervenção militar. O governo blanco uruguaio, contudo, estava confiante no apoio paraguaio, afinal, “*o Uruguai tinha os portos. O Paraguai, as armas*” (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 227). O governo uruguaio devolveu a nota brasileira com o ultimato, “*afirmando que a honra nacional não permitia mantê-la nos arquivos uruguaios*” (DORATIOTO, 2002, p. 58), ao mesmo tempo que enviou uma cópia do documento para o governo paraguaio, acreditando que esse seria o elemento que faltava para a tão desejada aliança entre Uruguai e Paraguai. Solano López então protestou contra o ultimato brasileiro, alegando que qualquer ocupação do território uruguaio seria “*atentatória do equilíbrio dos Estados do Prata*” e que não assumiria qualquer responsabilidade pelas consequências do ato brasileiro (DORATIOTO, 2002, p. 59; MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 218). Para o leitor contemporâneo, pode soar estranho que o Paraguai tivesse condições de enfrentar o Brasil em igualdade, quanto mais contra uma aliança de Brasil e Argentina. Para os atores daquela época, essa possibilidade também parecia absurda e tanto o governo argentino quanto o brasileiro não levaram a sério a ameaça implícita do protesto paraguaio. Para o Ministro das Relações Exteriores argentino, Rufino de Elizalde, “*o Paraguai não faz, não fará, nem pode fazer nada*” (DORATIOTO, 2002, p. 60). De fato, como já foi dito, o Paraguai tinha problemas severos no âmbito militar, como armamentos obsoletos e poucos oficiais, mas a questão é que o Estado paraguaio já se preparava para a guerra há algum tempo, enquanto o Brasil ignorava essa possibilidade e se preparava apenas para uma intervenção contra os blancos uruguaios, um inimigo de forças muito mais modestas. Quando o Brasil iniciou as represálias contra o Uruguai, Solano López ordenou a captura do navio Marquês de Olinda, embarcação brasileira que atravessava o rio Paraguai com destino ao Mato Grosso transportando o novo

⁵¹ Essa questão é especialmente importante por conta da tensão entre Brasil e Inglaterra no período, em função da Questão Christie. Ao deixar claro para os ingleses de que o objetivo brasileiro e argentino era restaurar a paz no Uruguai, e que os blancos eram radicais demais para isso, a intervenção não buscava a anexação do território uruguaio, que se manteria independente.

Presidente dessa Província e alguns oficiais. Em geral esse ato costuma ser considerado o início da Guerra do Paraguai, pois Solano López estava convencido de que depois dele o Brasil lhe faria a guerra e ordenou, pouco tempo depois, a invasão do Mato Grosso.

Por fim, o que essa seção buscou demonstrar é que a Guerra do Paraguai foi resultado de complexas e muito próximas relações entre os atores envolvidos, ao ponto de que Bethel (1995, p. 283) chamou o conflito como “*guerra civil regional*”. Trata-se de uma etapa importante na formação e consolidação dos Estados da região, embora a guerra não fosse a única alternativa para a solução das questões pendentes, como expõe Doratioto (2002, p. 93), mas naquele momento interessava a todos: para o Paraguai de Solano López, era o meio de transformar seu país em uma potência regional e garantir o acesso ao porto de Montevidéu, através de uma aliança também com os federalistas argentinos; para a Argentina de Mitre era o modo de consolidar o Estado, eliminando a resistência federalista e o eixo Assunção-Paraná-Montevidéu; os blancos uruguaios contavam com o apoio militar paraguaio para impedir intervenções brasileiras ou argentinas no Uruguai; enquanto que para o Império do Brasil a guerra colocaria fim na questão de limites com o Paraguai e nas ameaças à livre navegação no rio Paraguai.

Certamente ninguém pensou que esse conflito fosse durar tanto e se tornar o maior da história da América do Sul (o que é muito próprio de uma escalada vertical). Mas embora não se possa declarar Solano López como o culpado pelo conflito (visto que a guerra interessava a todos), houve um erro de cálculo tremendo para quando e como iniciar o conflito, muito facilitado pelo sistema político paraguaio que permitia Solano López de tomar decisões sozinho e com base quase que exclusivamente em suas percepções. Como afirma Moniz Bandeira (2012, p. 251), López “*teve uma concepção quantitativa de poderio militar e, conseqüentemente, da guerra*”. Com base na vantagem numérica do efetivo paraguaio (vide Quadro 4), imaginou que isso seria suficiente para o Paraguai derrotar todos os demais Estados do Prata e se estabelecer como potência regional, desconsiderando o armamento obsoleto e a falta de infraestrutura e organização. Além disso, a nítida vantagem numérica do efetivo paraguaio e a igualmente nítida desvantagem nos critérios econômicos e demográficos deixa claro que o Paraguai tinha uma vantagem apenas momentânea, sendo o tempo seu inimigo. E nesse caso, para ser bem-sucedido em uma guerra contra o tempo é necessária uma enorme capacidade tática e logística, o que não poderia existir em uma força armada com tão poucos e tão desqualificados oficiais (destaca-se inclusive que sequer existia um instituto ou academia militar no país, e a experiência prática dos paraguaios se limitava a pequenas atuações muito pontuais (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 93). Doratioto (2002, p. 229) também destaca o “*quão*

absurdo“ foi o momento em que Solano López decidiu iniciar a guerra, já que o Paraguai havia comprado armamentos mais modernos e encomendado navios encouraçados da Inglaterra antes de iniciar a guerra, mas não pode recebê-los porque, com a guerra, a marinha imperial logo estabeleceu um bloqueio no rio da Prata. Além disso, Solano López pensava contar com o apoio dos blancos uruguaios e dos federalistas argentinos, mas enquanto o governo blanco durou pouquíssimo tempo depois da intervenção brasileira (e o Uruguai de Flores se juntaria aos aliados contra o Paraguai também); Urquiza, principal ator federalista argentino, pensava em uma aliança com os paraguaios apenas contra um único inimigo (ou a Argentina de Mitre ou contra Flores no Uruguai), mas sabia que a atuação da marinha brasileira traria grandes prejuízos à sua província. Observando a aproximação entre brasileiros e argentinos, Urquiza foi o único do eixo Assunção-Paraná-Montevideú que percebeu que a ação militar do império inviabilizaria os planos iniciais desse grupo, de modo que buscou então apenas garantir a neutralidade argentina (DORATIOTO, 2002, p. 136-137).

Quadro 5 - Economia, demografia e efetivo militar em fins de 1864

País	População	Arrecadação de impostos em libras esterlinas	Efetivo do Exército
Paraguai	400.000	314.420	77.000
Argentina	1.737.076	1.710.324	6.000
Brasil	9.100.000	4.392.226	18.320
Uruguai	250.000	870.714	3.163

Fonte: (DORATIOTO, 2002, p. 91).

5.3 A GUERRA

A guerra do Paraguai foi uma guerra longa, diferentemente das demais guerras latino-americanas (incluindo as analisadas anteriormente) que geralmente eram resolvidas em poucas batalhas. Justamente por isso, o conflito pode ser dividido em quatro etapas, conforme observado na obra de Doratioto (2002), a saber: a invasão paraguaia, um período de estagnação, a queda de Humaitá e a perseguição à Solano Lopez. Também por ter sido uma guerra longa e

custosa, um maior aprofundamento sobre cada uma dessas etapas é de grande importância para destacar seus impactos nas capacidades, bem como na classificação do conflito.

Sendo assim, a invasão paraguaia, a primeira etapa, se inicia com o ataque ao Mato Grosso, na época uma província muito pouco povoada e praticamente desguarnecida. O ataque foi feito por duas expedições, uma de 4200 homens e a outra de 3500. Por erros de planejamento do governo brasileiro, grande quantidade de armamento tinha sido enviada para o Mato Grosso desde 1862, mas sem que fosse acompanhada por soldados, de modo que quando o Paraguai invadiu, o efetivo do Exército brasileiro na província era de 875 soldados, dispersos em cinco distritos (DORATIOTO, 2002, p. 98-99). Em condições numericamente tão desfavoráveis, as forças brasileiras pouco puderam resistir; mas os paraguaios se limitaram a ocupar apenas o território litigioso e se deram por satisfeitos com a grande apreensão de armamentos e munições (mais de cinquenta canhões foram tomados), e a maior parte da força paraguaia voltou para Assunção. Para Doratioto (2002, p. 106), “*a entrada do Exército paraguaio em Mato Grosso pareceu mais um treinamento militar do que uma invasão*”, houve poucos confrontos e a maior parte dos povoadores brasileiros fugiu. Essa invasão, entretanto, foi um “*teatro de operações secundário e não influenciou o resultado da guerra, embora as armas e munições apreendidas pelos invasores reforçassem o poder bélico do Exército paraguaio*” (DORATIOTO, 2002, p. 121).

Tendo ocupado o território reivindicado no Mato Grosso, Solano López seguiria para o seu objetivo principal, o de invadir o Rio Grande do Sul para enfrentar as forças brasileiras no Uruguai. Entre o Paraguai e o Rio Grande do Sul, entretanto, existe o território de Misiones⁵², que embora também fosse reivindicado pelos paraguaios, já era território argentino. Contando com a garantia de Urquiza de que a Argentina se manteria neutra no conflito, Solano López solicitou permissão ao governo de Mitre para atravessar o território com suas tropas, mas foi recusado, respaldando-se justamente na sua neutralidade. Mas em função dessa recusa, o Paraguai declarou guerra à Argentina. Não foi uma surpresa para o governo argentino, que apenas esperava por isso para efetivar a aliança com o Brasil.

A invasão da Argentina foi feita por duas forças paraguaias, sendo que a primeira, cerca de 22 mil soldados sob o comando de Robles, deveriam invadir a província de Corrientes; e a

⁵² A possibilidade de evitar o território argentino e invadir o Rio Grande do Sul pelo Paraná (nesse caso a província brasileira e não o rio) era vista como impossível pelo governo paraguaio pois aumentaria o percurso dentro de um território de florestas virgens, o que deixariam as forças paraguaias cansadas e daria tempo ao Brasil para se defender..

segunda, com 12 mil soldados sob o comando de Estigarriba⁵³, iria rumo ao rio Uruguai, descendo pelas suas margens até alcançar o Rio Grande do Sul. Posteriormente esses dois grupos se juntariam para então enfrentarem as forças brasileiras no Uruguai, mas o pré-requisito para isso seria o controle paraguaio sobre os rios Paraná e Uruguai, o que implicaria na destruição da esquadra brasileira (DORATIOTO, 2002, p. 170). Aqui cabe destacar que a invasão de Corrientes tinha a intenção de tratar bem os correntinos para que esses aderissem à causa paraguaia. “*Solano Lopez não queria Corrientes como território conquistado, mas, sim, como aliado contra Buenos Aires, tendo em vista paraguaios e correntinos compartilharem a mesma língua – o guarani – e costumes*” (DORATIOTO, 2002, p. 134). O objetivo era reforçar as forças paraguaias com as tropas de Entre Rios e Corrientes, mas a tentativa, não foi bem-sucedida. Nenhum caudilho, incluindo Urquiza, se sublevou contra o poder central argentino e a maioria da população permaneceu indiferente ou aderiu ao governo central, deixando os dissidentes em minoria. Esse foi o primeiro fator que inviabilizou os planos de Solano López para a campanha no Prata. O segundo fator foi a derrota do ataque à esquadra imperial para liberar o rio Paraná, que resultou na batalha naval do Riachuelo. A vitória brasileira nessa batalha inviabilizou definitivamente o ataque paraguaio, pois impossibilitava o envio de suprimentos e reforços para as forças invasoras. Apesar disso, de forma quase simultânea, a outra força alcançou o Rio Grande do Sul, invadiu e saqueou as cidades de São Borja, Itaqui e Uruguaiana. Nessa última, a força invasora paraguaia permaneceu entrincheirada “*inutilmente*” por um longo período (DORATIOTO, 2002, p. 181), já como resultado da derrota em Riachuelo, deixando as tropas em condições precárias, como alimentação inadequada e más condições de higiene até que se renderam aos aliados que cercaram a cidade. Em função da derrota em Riachuelo e Uruguaiana, Solano López ordenou a retirada da força paraguaia em Corrientes de volta para o Paraguai, era o fim da invasão paraguaia.

No lado aliado, o governo Blanco no Uruguai pouco durou após a intervenção brasileira e logo no início de 1865, com Venâncio Flores já na posição de presidente do país, o Uruguai se juntaria à aliança de Brasil e Argentina, formando a Tríplice Aliança em 1º de maio de 1865⁵⁴. Mas tanto para Brasil quanto para a Argentina, o grande problema era quanto ao efetivo

⁵³ Apenas como demonstração da falta de profissionalismo das forças paraguaias, cabe destacar alguns fatos sobre esses comandantes: Robles passava boa parte do tempo embriagado em meio a invasão, enquanto Estigarriba desobedeceu às ordens de Solano López diversas vezes.

⁵⁴ O Tratado da Tríplice Aliança, cujo texto inicialmente era secreto, mas se tornou público em 1866 quando uma cópia obtida foi apresentada no Parlamento britânico, afirmava a guerra contra Solano López e não contra o povo paraguaio. Portanto, os governos aliados se comprometeram a seguir na guerra em conjunto, sem a possibilidade de negociar a paz isoladamente, e até a queda de Solano López, visto que a paz somente poderia ser feita com um novo governo paraguaio (DORATIOTO, 2006, p. 260).

militar. Conforme visto no quadro 1, os efetivos dos exércitos eram insuficientes para a guerra contra o Paraguai e houve bastante resistência de determinados setores dessas sociedades contra a guerra – na Argentina, por exemplo, os exércitos recrutados nas províncias de Entre Rios e Corrientes desertaram em massa. No Brasil, que sofria com problemas no recrutamento desde sua independência, uma alternativa levantada foi a possibilidade de mobilizar a Guarda Nacional, mas houve uma grande resistência desses milicianos em cumprir seu dever. O problema só não foi maior porque, pelo decreto de 7 de janeiro de 1865, foi criado os corpos de Voluntários da Pátria, que de início contou com grande entusiasmo patriótico e foi capaz de recrutar cerca de 10 mil voluntários, número considerado suficiente pelo governo naquele momento (DORATIOTO, 2002, p. 112-116).

Em suma, nessa primeira etapa da guerra, os ataques paraguaios terminaram em um desastre. Grande quantidade de tropas treinadas foram perdidas ou desmoralizadas. Estima-se que ao final de 1865, completando um ano de guerra, o Paraguai já teria perdido 52 mil homens (DORATIOTO, 2002, p. 197). Além disso, o plano inicial de conquistar o apoio de rebeldes argentinos e dos Blancos uruguaios foi frustrado quase de imediato. Com a vitória dos aliados sobre as forças paraguaias em Uruguaiana e com a retirada das forças paraguaias de Corrientes, os soldados aliados se concentraram em Mercedes para dar início à invasão do Paraguai. O sentido da guerra agora se invertia, de agressor o Paraguai passava a defensor.

Por questões logísticas, foram meses até que os aliados resolvessem avançar, gerando insatisfação na tropa e conflitos entre os comandantes (as relações entre brasileiros e argentinos, conflituosas desde o período colonial e agravada por conflitos recentes, obviamente não eram das melhores). Somente em abril de 1866, cerca de 65 mil soldados aliados atravessaram o rio Paraná para desembarcar no território paraguaio e enfrentar cerca de 30 mil soldados de Solano López, que havia reorganizado suas forças (DORATIOTO, 2002, p. 204-207). Mas é nesse momento que começa a segunda fase do conflito, marcada pela guerra de posições. Embora a invasão paraguaia já tivesse sido repelida, muitos problemas ainda se colocavam na frente do avanço aliado: desde fortificações paraguaias construídas durante sua militarização (da qual se destaca Humaitá⁵⁵) ao terreno pantanoso, selvagem e desconhecido do Paraguai (as décadas de isolamento do país faziam com que seu interior fosse desconhecido para as lideranças aliadas),

⁵⁵ Humaitá era uma fortaleza (foi destruída depois de capturada) localizada às margens de uma acentuada curva do rio Paraguai, na rota para Assunção (KRAAY; WHIGHAM, 2004, p. 10). Pela sua posição estratégica, embarcações que tentassem atravessar o trecho ficavam bastante vulneráveis na única via de acesso a Assunção, em função da geografia paraguaia. A fortaleza, comparada por alguns com a de Sebastopol (guerra da Criméia), possuía mais de uma centena de canhões, com uma trincheira de 13km para protege-la e em meio a dois pântanos e profundas lagunas, que dificultavam a invasão por terra (DORATIOTO, 2006, p.264).

a falta de suprimentos adequados às tropas, constantes ataques paraguaios de pequenas proporções e o principal: doenças, em especial o cólera. Há estimativas de que até “*dois terços dos soldados morreram nos hospitais e em marcha para o teatro da guerra, sem ter disparado um tiro, sem ter visto o inimigo*” (DORATIOTO, 2002, p. 197).

Em função de tudo isso, os aliados instalaram um acampamento em Tuiuti, onde permaneceram imobilizados por dois anos. Mas foi esse o palco da maior batalha da América do Sul, a batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866, novamente com vitória dos aliados. Cerca de 56 mil soldados lutaram nessa batalha, sendo que cerca de 24 mil paraguaios buscaram se aproveitar do elemento surpresa para atacar aproximadamente 32 mil aliados. Mas, como destaca Doratioto:

Solano López fora hábil em escolher o terreno para instalar o sistema defensivo paraguaio, protegido pelas condições do terreno, pelos pântanos e pela vegetação alta, que dificultavam o ataque dos aliados. Contudo, ao trocar a posição defensiva pela ofensiva, inverteu a situação, transferindo a vantagem do terreno para os aliados que, além disso, também eram superiores em número e armamentos (DORATIOTO, 2002, p. 219).

Após a vitória aliada em Tuiuti, os aliados partiram para a conquista de fortalezas menores ao entorno de Humaitá, era o caso das fortalezas de Curuzú e Curupaiti. Foi em Curupaiti, entretanto, que as forças paraguaias conseguiram repelir o ataque aliado, fato que gerou, somado com o clima de desconfiança entre os comandantes aliados, diversas repercussões. De modo geral, em todos os lados aumentou a pressão pela paz, visto que o conflito nesse momento já superava um ano de duração e com grandes custos (materiais e humanos) para todos os envolvidos. Na Argentina, onde a guerra já era bastante impopular, o cansaço do conflito e a derrota em Curupaiti deram força para movimentos revoltosos, em especial as *montoneras*, rebeliões das províncias contra o governo central. Em função disso, as tropas argentinas precisaram ser retiradas do Paraguai para lutarem contra as revoltas e desse ponto em diante a participação argentina na guerra do Paraguai tomou um caráter mais modesto, em comparação com as forças brasileiras. No Brasil, que em nenhum momento superou as divisões de sua política doméstica por causa da guerra, precisou da nomeação do, na época, marquês de Caxias (futuro duque de Caxias) para o cargo de comandante-em-chefe das forças brasileiras “*para pôr fim às intrigas e discórdias existentes entre os generais brasileiros e unificar o comando*” (DORATIOTO, 2002, p. 252). Caxias, que era visto como o militar brasileiro mais importante no momento, havia recusado esse papel no início da guerra por sua discordância com o ministro da guerra, barão de Uruguaiana. Mas em virtude das dificuldades

na guerra, o presidente do Gabinete, Zacarias, resolveu colocar as necessidades da guerra acima de questões partidárias e afastou o barão de Uruguaiana.

Como o contingente uruguaio era quase que simbólico e a Argentina reduziu sua presença no Paraguai, pesou sobre o Brasil a reponsabilidade de levar o conflito adiante. Isso em um momento em que o desânimo com a continuidade da guerra gerava críticas e tornava difícil o recrutamento de mais voluntários (ao contrário do entusiasmo inicial). Conforme dito no capítulo 2, o recrutamento no império era considerado um castigo em função das péssimas condições de trabalho, com castigos corporais e salários frequentemente atrasados; e nesse período de grande demanda por mais soldados, mais do que nunca se tornou comum que homens aptos buscassem diferentes estratégias legais ou se refugassem no mato para escapar do recrutamento. Questões partidárias influenciavam nisso, pois adversários do governo eram recrutados enquanto no teatro da guerra eram destituídos dos postos de comando, ao passo que os partidários eram poupados ou promovidos. A dificuldade de recrutamento levou o império a recorrer ao uso de escravos como soldados, prometendo-lhes a liberdade após o término do conflito. Trata-se de um episódio importante para a história, pois o ingresso de escravos no Exército “*resultou na incorporação de alguns de seus interesses, como a alforria, ao projeto hegemônico da Coroa e da classe dominante*” (DORATIOTO, 2002, p. 274). Ainda mais importante, o uso de escravos para a defesa do país deixou evidente o contraste entre as necessidades do governo e a estrutura rigidamente hierarquizada da sociedade imperial, “*revelando os limites do regime quanto à edificação de um ideal patriótico consistente*” (IZECKSOHN, 1997, p. 23). Esse choque que a guerra do Paraguai gerou entre o moderno e o tradicional (representados aqui por um exército de cidadãos e uma sociedade de castas com trabalho escravo, respectivamente) pode ser entendido como um dos fatores que levaram, posteriormente, à formação de uma identidade própria no Exército Brasileiro, separada e contrária à monarquia. No aspecto internacional, o desenvolvido aparato diplomático brasileiro (em contraste com o paraguaio) conseguiu manter o Paraguai praticamente isolado e evitou uma escalada horizontal do conflito. Apesar disso, várias foram as tentativas de solucionar o conflito diplomaticamente, mas nenhuma avançou.

Caxias, como novo comandante-em-chefe das forças brasileiras, encontrou uma tropa bastante desmoralizada, doente e com poucos recursos. A cavalaria, por exemplo, estava a pé, pois os cavalos precisaram comer vegetação imprópria do terreno pantanoso do Paraguai e morreram. Recuperar o estado da tropa antes de retomar a ofensiva era de fundamental importância. Em meio a essas precárias condições, os aliados não tinham como empreender uma ofensiva e os paraguaios só tinham recursos para se defender, o que levou a um período,

de outubro de 1866 a julho de 1867, em que todas as atividades militares foram escaramuças de pequenas dimensões (DORATIOTO, 2002, p. 281-284). Destaca-se aqui que, em meio ao baixo moral das tropas brasileiras, a disciplina e a ordem só eram razoavelmente mantidas através de espancamentos, destruindo a retórica de cidadania e defesa da pátria que inicialmente motivava os soldados. Os paraguaios, por outro lado, apesar da falta de recursos e com poucas esperanças de vitória, continuaram determinados a resistir (KRAAY; WHIGHAM, 2004, p. 14). Esse contraste na disposição das forças brasileiras e paraguaias, promovidas por uma situação de defesa e do avançado estado de união e nacionalismo da sociedade paraguaia, foram fatores que tanto contribuíram para o prolongamento da guerra, a ponto de a resistência paraguaia ser chamada de “super-humana” (SCHWELLER, 2006, p. 86). De todo modo, somente após o trabalho de Caxias para deixar a tropa em condições razoáveis, as operações para a conquista de Humaitá foram retomadas, mas durante esse tempo os paraguaios aproveitaram para ampliar suas posições defensivas.

Em 1868 começou a terceira fase do conflito. Com o retorno das operações, as forças aliadas buscaram cercar a fortaleza de Humaitá, mas o isolamento total da fortaleza só foi conquistado em maio de 1868 (DORATIOTO, 2002, p. 325). Nesse meio tempo, Mitre precisou retornar para a Argentina (em definitivo) e o comando das forças aliadas passou para Caxias. Somente no final de julho de 1868 as tropas aliadas entraram em Humaitá, mas para o desânimo brasileiro, a queda de Humaitá não representou o fim da guerra. Antes do cerco, Solano López já havia deixado a fortaleza e levado consigo a maior parte de suas defesas, e mesmo sob cerco, boa parte dos defensores de Humaitá também conseguiram escapar. Tratava-se da estratégia de Solano López que, conhecendo a exaustão de guerra dos aliados, buscava usá-la para tentar um acordo de paz que não implicasse em sua rendição incondicional. Seu objetivo, portanto, era buscar refúgio cada vez mais no interior do Paraguai, intensificando ainda mais o esforço aliado em terminar com o seu governo⁵⁶. Essa estratégia, embora de forma limitada, deu certo, pois gerou um novo abalo no moral das forças aliadas e na política dos países envolvidos. Para Doratioto (2002, p. 339), a guerra só continuou a partir desse ponto por conta da convicção do imperador Pedro II de que era necessário eliminar definitivamente a influência “lopzista” no Paraguai, enquanto que as forças brasileiras, incluindo o próprio Caxias, e o parlamento brasileiro eram favoráveis a declarar o término da guerra. É particularmente interessante destacar isso, pois o monarca brasileiro é conhecido principalmente por ser um amante das artes

⁵⁶ Conforme dito no Capítulo “Guerras e Capacidades Estatais” nas páginas 31 e 32, a estratégia de Solano López consistia em explorar o ponto culminante do ataque, enfraquecendo as forças aliadas pelo desgaste gerado pela invasão.

e da ciência, desinteressado nos assuntos militares, mas mesmo assim, nessa guerra, ele se manteve convicto na continuidade da guerra até a queda definitiva de Solano López.

Continuando o conflito após a queda de Humaitá, as forças aliadas continuaram enfrentando defesas paraguaias até que, em janeiro de 1869, alcançaram Assunção. Poucos dias depois, após um desmaio, Caxias, um septuagenário exausto daquela guerra em que não via mais sentido, resolve se afastar do conflito e retorna ao Uruguai enquanto ainda esperava pelo seu pedido de demissão. Apesar da repercussão negativa em torno do seu ato, foi no seu retorno ao Rio de Janeiro que Caxias recebeu o título de Duque, único brasileiro a ser nomeado assim após a independência. Entretanto, Caxias não foi o único a se retirar do Paraguai: toda a cúpula militar brasileira o acompanhou (DORATIOTO, 2002, p. 393). Em suma, apesar de Solano López não ter condições de oferecer algo além de manter posições defensivas (sem perspectiva de vitória), o exército brasileiro estava desorganizado, desmoralizado e beirando a desobediência. Esse quadro ainda poderia levar o Brasil a recorrer a um acordo de paz negociado para encerrar o conflito, mesmo após quatro anos de sacrifícios e da destruição da força inimiga. Em virtude disso, entende-se aqui que após a queda de Assunção e retirada de Caxias, inicia-se a quarta e última etapa da guerra, resumida pelo esforço para manter uma verdadeira caça a Solano López pelo interior do Paraguai.

Nesta quarta etapa, portanto, as forças aliadas enfrentavam o desânimo e o desgaste ao mesmo tempo em que adentravam no desconhecido território paraguaio e se afastavam do rio Paraguai, por onde antes recebiam suprimentos. As forças paraguaias já haviam sido destruídas, e o que Solano López mantinha era um exército improvisado composto em grande parte por crianças e idosos (DORATIOTO, 2002, p. 399). Na tentativa de levantar o moral da tropa, o governo imperial acabou nomeando o Conde d'Eu, marido da Princesa Isabel e membro da Família Real, para substituir Caxias. Esse plano foi bem-sucedido no propósito de angariar apoio para a continuação da guerra e levantar o moral da tropa, embora contra a vontade do Conde d'Eu, que ofereceu resistência em assumir esse papel. De todo modo, segundo Doratioto (2002, p. 402), as últimas batalhas significativas da guerra, que necessitavam de decisões táticas, aconteceram em agosto de 1869, sendo o restante da guerra, até a morte de Solano López, uma guerra irregular com combates de pequeno porte. Somente em 1º de março de 1870 Solano López foi alcançado e morto pelas tropas brasileiras, colocando um fim definitivo no conflito.

Em suma, apesar da grande vantagem demográfica e econômica dos aliados, a guerra durou de fins de 1864 até março de 1870, muito mais tempo que as demais guerras no continente sul-americano. Muito disso se deu em função da vantagem da defesa sobre o ataque, agravada

pelo terreno paraguaio ser desconhecido e bastante hostil (com grande amplitude térmica no decorrer do ano, terreno pantanoso, vegetação alta, intocada e com a presença de animais peçonhentos, moscas e onças), suficiente para que doenças vitimassem mais soldados do que os confrontos. Mesmo em superioridade numérica (depois da malsucedida invasão paraguaia), os aliados frequentemente tiveram que gastar muito tempo para se organizar antes de partirem contra as posições defensivas paraguaias, o que acabou gerando ainda mais desgastes no moral da tropa, no entusiasmo das populações e no apoio político à guerra. Solano López buscou usar isso a seu favor ao tentar prolongar o conflito o máximo possível, mas o resultado foi apenas a completa devastação do Paraguai. Nesse aspecto, contribuiu muito o fato de que o Paraguai tinha uma sociedade unificada e coesa (em contraste com as sociedades ainda fragmentadas dos países aliados), bem como uma conscrição quase universal, algo que permitiu ao país oferecer uma notável resistência na história das guerras modernas.

Embora alguns possam considerar que a continuidade da guerra após as quedas de Humaitá e Assunção fosse resultado de uma irracionalidade, considera-se aqui que seria tão custoso ao Brasil fazer um acordo de paz que não fosse a rendição incondicional do Paraguai quanto dar continuidade ao esforço de guerra, visto que o Brasil fora alvo de um vizinho agressor com capacidades muito menores, e a paz negociada, mesmo que após a destruição do exército paraguaio, significaria uma derrota para o Brasil e um duro golpe tanto para o regime monárquico em termos domésticos quanto para a posição do Brasil no continente sul-americano. Entende-se, portanto, que o Brasil empregou tudo que pôde nesse conflito (considerando suas grandes limitações) na persistência do objetivo máximo de rendição incondicional do inimigo, ao mesmo tempo que o Paraguai também fez o possível para garantir sua independência e a continuação do regime de Solano López, o que coloca o conflito dentro de nossa definição como “Guerra Total”.

Colabora para essa definição os números da guerra. Embora os números variem bastante no entendimento de cada autor, na estimativa de Doratioto (2002, p. 483), o Brasil enviou cerca de 139 mil homens, dos quais 50 mil morreram, enquanto o Uruguai enviou 5500 (dos quais sobraram cerca de 500) e a Argentina enviou aproximadamente 30 mil e perderam por volta de 18 mil. As maiores variações, contudo, dizem respeito à população e às perdas paraguaias. O primeiro censo paraguaio, e o único antes da guerra, foi feito em 1846 e não continha dados de algumas comunidades, de modo que os pesquisadores podem apenas fazer estimativas da população paraguaia em 1864, e essas variam desde 285 mil a até 450 mil habitantes. O censo de 1870, chamado por Whigham e Potthast como “Pedra de Roseta paraguaia” (1999, p. 181), aponta uma redução entre 72 e 74% da população paraguaia, considerando não apenas os

mortos em conflito, de doenças e da fome, mas também os dispersos, escondidos e prisioneiros. Os autores, entretanto, fazem algumas correções nos dados do censo e estabelecem uma margem de 60 a 69% de redução na população paraguaia (WHIGHAM; POTTHAST, 1999, p. 185). Por outro lado, Vera Reber (1988, p. 290) estima as baixas paraguaias entre 8,7 e 18,5%, sendo as estimativas mais baixas de perda populacional do Paraguai nesse conflito, mas ainda assim números muito impressionantes. Apenas como comparação, Klingberg (1966, p. 168) aponta para uma evidência de que nações tendem a se render antes que sofram uma perda populacional de 3 ou 4%, sendo de 3,9% tanto para a Alemanha na Primeira Guerra quanto para os confederados na Guerra Civil norte-americana. A consagrada resistência da União Soviética frente à invasão nazista na Segunda Guerra Mundial vitimou cerca de 10% da população soviética, o que colabora para a afirmação de que, no caso paraguaio, “*raramente uma sociedade suportou tantas perdas antes de forçar um fim para as hostilidades*” (WHIGHAM; POTTHAST, 1999, p. 174, tradução nossa⁵⁷).

5.4 ANÁLISE DAS CAPACIDADES

5.4.1 Capacidade Extrativa

Os altos custos da guerra do Paraguai impactaram significativamente as finanças do Estado brasileiro, de modo que essas ficaram desequilibradas pelo resto do período imperial. Entretanto, deve-se chamar a atenção de que a guerra, no caso brasileiro, foi financiada principalmente com recursos próprios, tendo o Estado brasileiro contraído um único empréstimo internacional durante o período da guerra propriamente. Assim, para arcar com os custos, o governo brasileiro precisou recorrer à empréstimos internos, à emissão de apólices e de papel-moeda, o que levou à inflação e desvalorização da moeda frente à libra esterlina, e conseqüentemente a uma piora na qualidade de vida das populações mais pobres das grandes cidades (IZECKSOHN, 2009, p. 410). O governo também buscou ampliar a extração interna através do aumento de impostos, nosso maior foco aqui, mas esse esforço foi absolutamente insuficiente em relação às enormes necessidades que o Estado tinha. O rombo gerado por esse desequilíbrio entre receitas e dívidas foi de tal proporção que, nos anos posteriores à guerra, dívidas começaram a ser contraídas para pagar dívidas, entrando em um círculo vicioso que

⁵⁷ No original: Rarely has a society tolerated such losses before forcing an end to hostilities.

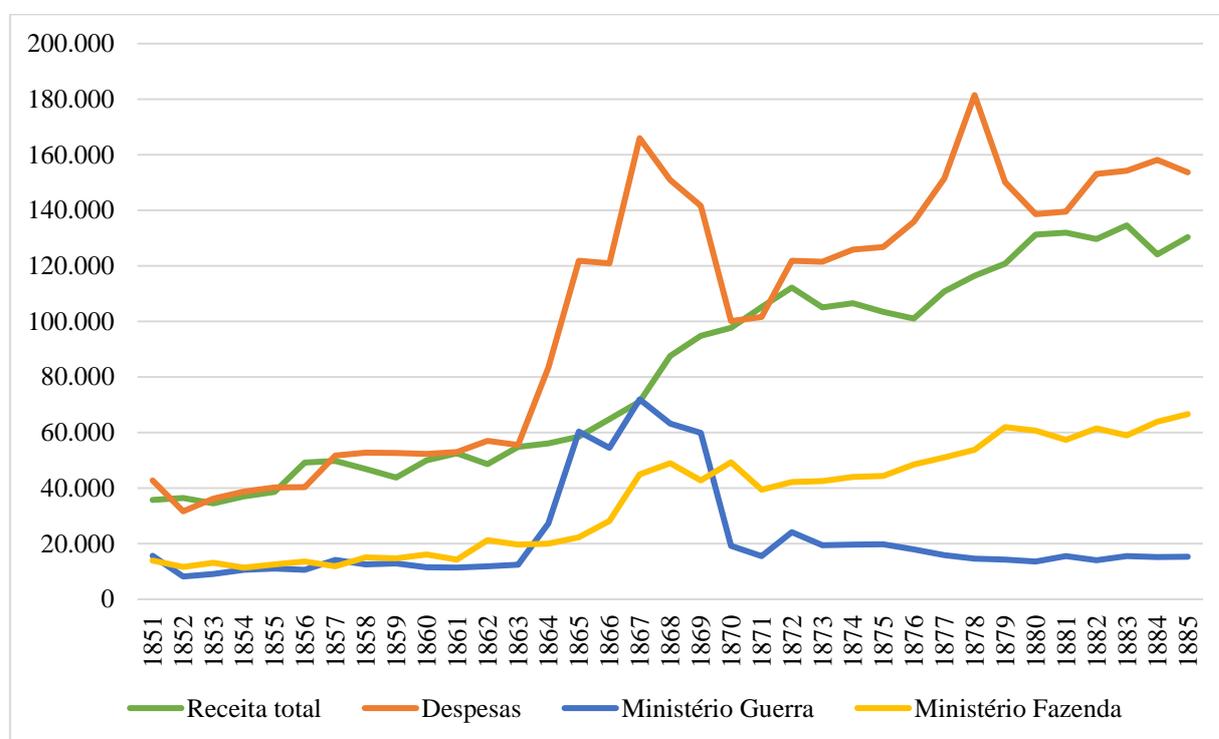
impediu o acúmulo de capital. O Gráfico 8 busca deixar claro como os déficits se tornaram a norma das finanças brasileiras no pós-guerra.

Os sucessivos e consideráveis déficits, provocados principalmente pelo pagamento da dívida em função da guerra (percebida na crescente participação do orçamento do Ministério da Fazenda nas despesas totais – saltou de 24% em 1864 para 42,53% em 1885), acabaram deixando o governo em situação bastante delicada e, somente então, após alguns anos depois do fim da guerra, ele precisou recorrer novamente a mais empréstimos internacionais. Se o único empréstimo estrangeiro durante a guerra foi de 5 milhões de libras esterlinas em 1865, outros empréstimos de 3 milhões (1871), 5 milhões (1875), 4 milhões (1883) e 6 milhões (1886) foram contraídos (todos na Inglaterra). Apesar disso, o uso de empréstimos para financiar a guerra não pode ser entendido como a causa para o problema fiscal do Estado brasileiro, visto que mesmo os reis de Inglaterra e França na era moderna eram bastante dependentes de empréstimos (LEVI, 1989, p. 114). A grande questão que deve ser levantada aqui é o contraste entre uma guerra moderna, com todos os seus altos custos, e a sociedade e economia agrárias (com técnicas ultrapassadas) do Brasil imperial, que não conseguiram arcar com os custos e demandas dessa guerra. Justamente por isso, e também pela maior facilidade de importar armas e suprimentos para a guerra do que produzir internamente, cabe destacar ainda que a guerra “*não dinamizou a capacidade industrial do país nem melhorou sua infraestrutura de transportes, adicionando muito pouco ao desenvolvimento da economia*” (IZECKSOHN, 2009, p. 410).

Outra questão relevante é a dependência do Estado brasileiro com os grandes proprietários, fato que dificultou a ampliação da capacidade extrativa sobre riqueza e propriedades. Consequentemente, a preocupação dos governantes com a reação política gerada pelo aumento de impostos manteve o Estado brasileiro dependente em larga escala das tarifas sobre comércio exterior, mesmo depois da guerra do Paraguai. Em contraste, é interessante destacar como os Estados Unidos também eram largamente dependentes do setor externo até a guerra civil, mas desse ponto em diante essa dependência foi substancialmente reduzida e as contas do governo norte-americano seguiram um constante e crescente superávit (CARVALHO, 2007, p. 266-268). De todo modo, é necessário apontar que o Estado brasileiro tentou ampliar a extração de recursos da sua população através da criação de alguns impostos sobre propriedade e riquezas, mas isso aconteceu de forma muito limitada, muito abaixo do que seria necessário para arcar com todos os custos gerados pela guerra. O Gráfico 9 busca elucidar como essa tentativa de criar impostos foram de fraca produtividade (HOLANDA, 2004, p. 93), de modo que a participação da arrecadação de impostos do interior frente à arrecadação total,

passaram de 20,20% em 1864 para 28,51% em 1884 (23,99% em 1885 devido a uma queda nesse ano), um crescimento até menor do que o verificado no capítulo 3. Não obstante, os impostos do interior de maior contribuição foram os mesmos do capítulo anterior, sem sofrerem modificações. Aqui cabe destacar que é mais interessante avaliarmos a participação do imposto na arrecadação total do que os valores propriamente, pois durante a guerra o governo acabou praticamente dobrando a emissão de moeda⁵⁸, o que explica em parte o grande aumento dos valores absolutos nesse período.

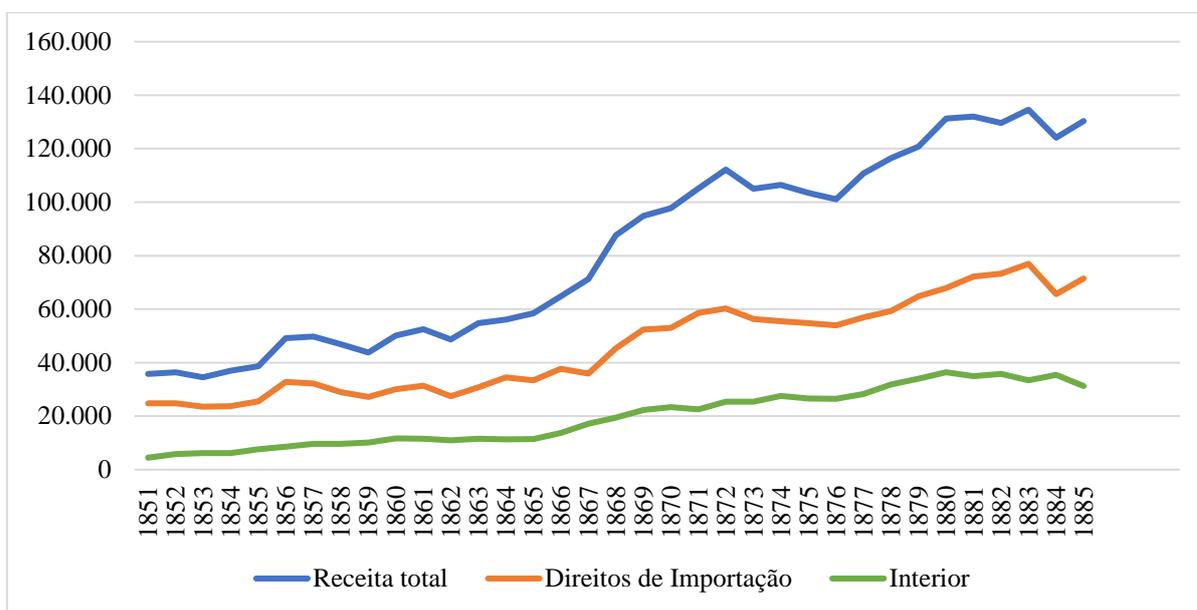
Gráfico 8 – Receitas totais, despesas totais, despesas do Ministério da Guerra e do Ministério da Fazenda do Estado brasileiro de 1851 a 1885, em mil contos de reis



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Carreira (1889).

⁵⁸ Entre 1864 e 1870, os anos respectivos à guerra, saltou de 98,7 para 193,8, em milhares de contos de reis, a quantidade total de papel-moeda emitida pelos órgãos responsáveis. Apenas para comparação, entre 1854 e 1864, a emissão variou entre 60 e 98,7, em milhares de contos de réis (IBGE, 1990, p. 544).

Gráfico 9 – Receita total, receita dos direitos de importação e do interior, em mil contos de reis



Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes em Carreira (1889).

De modo mais específico, foi criado pela Lei nº 1.507 de 26 de setembro de 1867⁵⁹ (portanto durante a guerra) um imposto de 3% sobre a propriedade urbana (art. 10); o imposto de 3% sobre todas pessoas que recebiam vencimentos dos cofres públicos, exceto quem recebia menos que um conto de réis por ano (art. 22) e; por fim, o imposto de 1,5% sobre os benefícios distribuídos anualmente pelas sociedades anônimas aos acionistas (art. 11). Como se percebe, todos esses impostos são modalidades de tributação sobre rendimentos, mas dentre eles foi o primeiro que gerou maiores controvérsias, sendo frequentemente comparado com o *income tax* inglês (HOLANDA, 2004, p. 91). De fato, o imposto sobre moradias representava um passo na direção da tributação sobre a renda, mas se baseava em um único indício incerto de riqueza. Ocorreram também debates e projetos para se estabelecer o imposto sobre a renda propriamente, bem como outro imposto sobre as propriedades não-edificadas (imposto territorial), mas sofreram forte oposição e no caso do imposto de renda os projetos morreram ainda no nascedouro, enquanto que o imposto territorial foi instituído em 1879, mas revogado no ano seguinte (HOLANDA, 2004, p. 95-99). Contra esse imposto territorial, alegava-se ainda a dificuldade de arrecadação devido à falta de cadastramento rural, bem como o baixo nível de acumulação de riqueza na maioria das propriedades rurais. Para Carvalho (2007, p. 269), a

⁵⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM1507.htm.

dificuldade de arrecadação e principalmente a reação política da população foram os fatores que explicam o fracasso nas tentativas de implantar esse imposto.

Porém, apesar de tudo isso, como o Gráfico 9 também deixa claro, as tarifas de importação continuaram sendo a principal fonte de arrecadação do Estado brasileiro, sendo também o principal foco das atenções dos governantes brasileiros e alvo frequente de alterações (foram feitas em 1869, 1874, 1879 e 1881).

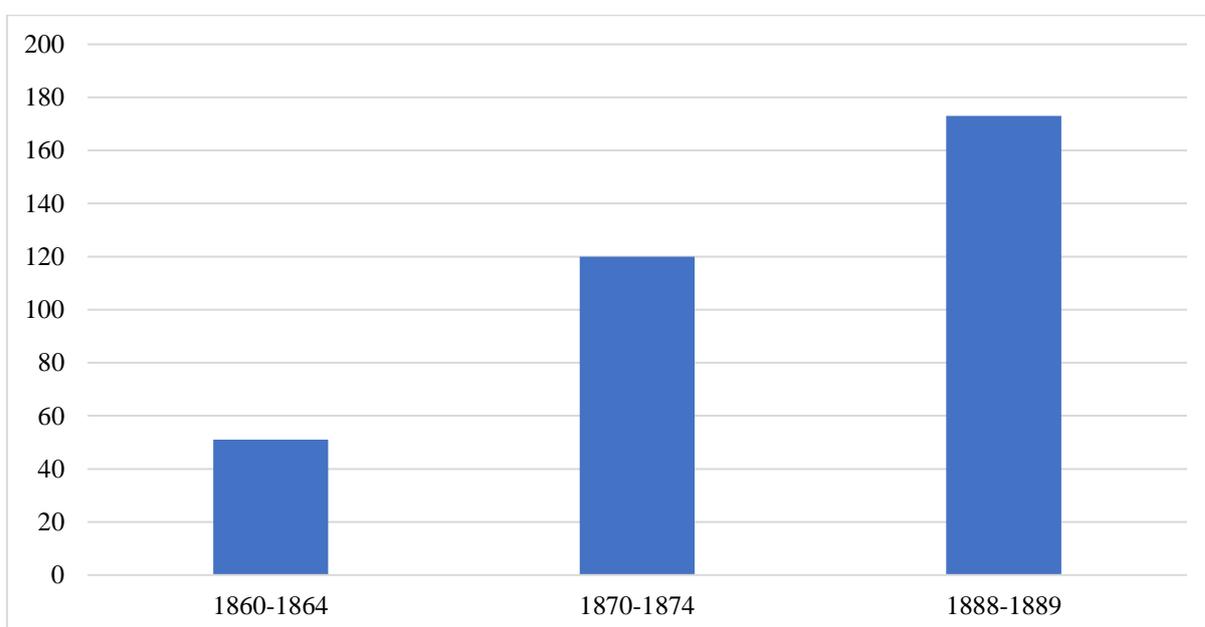
5.4.2 Capacidade coercitiva

A guerra do Paraguai gerou enormes impactos na capacidade coercitiva do Estado brasileiro, mas antes de abordarmos esses impactos, é necessário destacarmos uma transformação profunda no Exército brasileiro, que já estava em curso quando começou a guerra do Paraguai. Trata-se da nacionalização do quadro de oficiais com a progressiva diminuição da presença de portugueses natos no Exército brasileiro (por expulsão ou pelo avançar da idade, ressaltando que foram portugueses que continuaram na instituição após a independência). Por volta de 1840 a presença portuguesa já era bastante limitada, mas ao mesmo tempo em que se nacionalizava o Exército, o novo quadro de oficiais era composto por indivíduos de classes mais baixas, sendo poucos os filhos da elite que seguiram na carreira militar, de salários baixos e poucas perspectivas. Segundo Holanda (2004, p. 279-280), a explicação para isso é que a elite brasileira tinha limitada participação no exército durante o período colonial (em função de leis portuguesas) e após a independência preferiram exercer funções mais lucrativas, como advocacia e medicina, do que entrar no Exército. Contribuiu para isso também o desmantelamento do Exército brasileiro no fim do primeiro reinado e a criação da Guarda Nacional, pois o diminuto contingente de soldados deixou muitos oficiais sem homens para comandar, congelando as promoções. Essa diferença na origem dos novos oficiais é importante, pois é uma das sementes na formação de uma identidade própria no Exército brasileiro, que acabaria na proclamação da República (e conseqüentemente no fim do Império) em 1889.

Apesar do resultado, esse provavelmente não era visto como um problema na época. Até o período anterior à guerra do Paraguai, as patentes mais altas do oficialato brasileiro ainda eram preenchidas por membros da elite ou conectadas a ela, é o caso por exemplo de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (GRAHAM, 2002, p. 788; HOLANDA, 2004, p. 280). Além disso, após a turbulência do período regencial e a necessidade do governo central em satisfazer os interesses da elite para garantir a integridade territorial do Brasil, foi implementado

o modelo de coerção descentralizada da Guarda Nacional⁶⁰, que servia como uma força civil antiexército e enfraquecia o poder e a influência do Exército regular. Nesses termos, a origem dos novos oficiais do Exército parecia um problema pequeno, principalmente em um país onde ainda havia a questão do trabalho escravo, em declínio desde o fim do tráfico. De fato, como Carvalho (2007, p. 258) aponta, a Coroa buscou a aproximação com os proprietários de terras por meio da distribuição de títulos nobiliárquicos, mas ao invés de cooptação, frequentemente essa distribuição tomou formas de compensação, sendo percebido um aumento significativo na distribuição de títulos a cada lei abolicionista aprovada, conforme o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Nomeações de barões no final do segundo reinado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Carvalho (2007, p. 258). Destaca-se como as duas primeiras barras são quinquênios, enquanto a última aborda um período de apenas dois anos.

De todo modo, a guerra do Paraguai expôs a fragilidade do modelo de coerção descentralizada quando, mesmo diante da invasão de um exército numericamente bastante superior, a elite, representada pela Guarda Nacional, resistiu em ir à guerra. Isso porque a Guarda era composta apenas por membros das classes mais abastadas, algo que gerava uma situação em que pertencer a ela significava prestígio. Muitos homens, portanto, entravam para a Guarda visando propósitos locais, de vaidade, ou mesmo a fuga do Exército, conforme dito

⁶⁰Cabe ressaltar que nesse modelo a elite ainda podia exercer papel de controle como oficial da Guarda sem precisar seguir carreira militar no Exército regular, o que também contribuiu para esse afastamento da elite com o Exército.

no capítulo dois. Assim, embora a Guarda contasse com mais de 440 mil homens, não se tratava de uma fonte confiável de soldados para o front paraguaio, pois além da falta de vontade, eram soldados completamente despreparados para uma guerra, já que só exerciam atividades de controle interno. Quanto ao Exército, o sistema de recrutamento, também apontado no capítulo dois, em que o Estado extraía poucos soldados por intermédio das elites locais, acabou sendo prejudicado em função da grande quantidade de homens que a guerra do Paraguai exigiu. Assim, passado o entusiasmo inicial com o prolongar da guerra, tanto a camada mais pobre, que historicamente abominava servir, quanto a camada mais abastada, que perdeu seu poder de decidir quem seria recrutado ou não. Não obstante, a demanda por muitos soldados para a guerra significava também menos mão-de-obra essencial ao trabalho nas lavouras, o que potencialmente poderia afetar economicamente os proprietários de terras. Muitos reagiram com violência contra os recrutadores e uma espécie de aliança entre proprietários e pobres livres se formou contra os agentes do Estado (KRAAY, 1998, p. 21-22).

A grande dificuldade do Estado brasileiro em obter soldados, gerado tanto pela resistência da Guarda quanto pela resistência ao recrutamento, gerou um problema grave de contingente para as forças brasileiras, que precisaram recorrer ao emprego de escravos para amenizar a falta de soldados. Especificamente quanto à Guarda Nacional, vista antes da guerra como uma numerosa força que auxiliaria o Exército, deixou clara a sua limitação quando a resistência de muitos milicianos em servir na guerra apresentou repetidos episódios de deserções em massa e os grandes números teóricos não se demonstraram reais. Como afirma Doratioto (2002, p. 113), “*os limites e fraquezas da Guarda Nacional tornaram-se consensuais*”. Com o fortalecimento do Exército regular no decorrer da guerra do Paraguai, a Guarda Nacional, desvirtuada pela função política de curral eleitoral e como consequência também das fraquezas apresentadas na guerra do Paraguai, se tornou objeto de reforma logo em 1873. Pela lei nº 2.395 de 10 de setembro de 1873, a Guarda Nacional passou por uma reformulação tal que, na prática, a anulou. Entre as alterações, o serviço de policiamento da guarda foi extinto e os guardas eram convocados apenas uma vez por ano para revista e exercícios de instrução, de modo que a Guarda praticamente desaparecia em período de paz. Restariam ainda alguns anos para o fim definitivo da Guarda Nacional, o que ocorreu somente na República, mas a reforma de 1873 foi suficiente para que a Guarda ficasse com “*a imagem de uma força de oficiais sem soldados, de chefes políticos aparatosamente fardados, a que seus últimos representantes vivos acabaram por impor*” (HOLANDA, 2004, p. 348).

Essa mudança da Guarda Nacional representou o fim do modelo de coerção descentralizada, ou seja, a guerra do Paraguai contribuiu para a concentração da capacidade

coercitiva do Estado. Entretanto, o esforço de guerra demandou que o Exército se reformulasse para se tornar mais eficiente em combate, o que lhe rendeu certa autonomia do governo imperial⁶¹ e terminaria por abrir espaço para a formação de uma identidade própria do Exército brasileiro. A necessidade do recrutamento de tantos soldados que eram escravos antes da guerra, fez o Exército adotar a pauta da abolição como sua e deixou claro como a hierarquizada sociedade imperial oferecia obstáculos à formação de um Exército moderno e numeroso, composto por cidadãos soldados. Essa mesma rígida estrutura política e social do império também fazia com que os jovens oficiais oriundos de camadas mais baixas que se sentissem marginalizados. Por fim, por temer revoltas das tropas ou o uso político delas, os veteranos da guerra, assim que retornaram do Paraguai, não foram incorporados e foram sendo desmobilizados em pequenos grupos até que o Exército retornou ao seu tamanho anterior à guerra (com variações anuais, mas costumeiramente em torno de 20 mil) – fato que agravou as diferenças entre militares e civis, pois os militares se sentiram desprestigiados pelas autoridades civis (IZECKSOHN, 2009, p. 416-418). Todos esses fatores certamente colaboraram para a difusão do positivismo dentro do Exército, o que incluía valores republicanos. Até a década de 1880, os grandes ícones do Exército ainda eram da velha geração, monarquistas e aristocráticos, e o governo imperial estava seguro. Mas com o falecimento de Osório em 1879, e de Caxias em 1880, não havia mais nenhuma personalidade capaz de conter os anseios da nova geração (MAGALHÃES, 1958, p. 323). Os acontecimentos que vieram a seguir, como a crise militar, ampliaram a distância entre Exército e o governo imperial, até que, por fim, em 15 de novembro de 1889, o Exército derrubou o imperador e decretou a República.

5.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em meio ao turbulento contexto platino do século XIX, o isolado Paraguai viu na militarização de sua sociedade o meio de garantir a sua independência. Desse modo, apesar de o Paraguai ter poucos recursos, humanos e materiais, em relação aos seus vizinhos Brasil e Argentina, o grande contingente militar paraguaio era numericamente muito superior, fato que despertou a ambição de Solano López de tornar o Paraguai um importante ator regional. Iludido

⁶¹ Até a guerra do Paraguai, os comandantes militares eram subordinados aos presidentes civis das províncias, ou seja, a estrutura de controle estava em mãos de civis. No topo dessa estrutura, ainda, estava o imperador, como o “perpétuo defensor do Brasil”. Entretanto, em meio à guerra, com as forças em campanha e longe dos políticos, foi removida a influência de civis na estrutura militar. O retorno ao antigo sistema foi oneroso aos veteranos da guerra e o imperador, cada vez mais enfermo e distante dos assuntos de Estado, deixou de ser o elo entre militares e civis (MCCANN, 2009, p. 32-33).

pelo número de soldados de seu exército e achando que teria o apoio dos federalistas argentinos e dos blancos uruguaios, Solano López buscou resolver pela força a questão de fronteiras com o Brasil e a guerra civil uruguaia, iniciando assim a chamada guerra do Paraguai ou guerra da Tríplice Aliança. Na primeira fase do conflito, o Paraguai buscou um ataque relâmpago para aproveitar sua superioridade numérica, mas o apoio dos federalistas argentinos não se concretizou e a intervenção brasileira no Uruguai rapidamente estabeleceu o governo colorado no país. Em questão de poucos meses, todos os objetivos iniciais do Paraguai foram perdidos e o país se viu isolado em uma guerra contra Argentina, Brasil e Uruguai. A invasão paraguaia terminou com a retirada de seu exército de Corrientes (Argentina), depois de uma derrotada invasão no Rio Grande do Sul e da batalha naval do Riachuelo, que praticamente destruiu a marinha paraguaia e estabeleceu o domínio naval aliado no rio Paraná.

Com o fracasso da invasão paraguaia, os aliados começaram a se preparar para invadir o Paraguai. Mas enquanto a participação uruguaia era praticamente simbólica, brasileiros e argentinos tiveram problemas sérios com deserções. A Guarda Nacional brasileira, que supostamente seria uma enorme fonte de soldados, não rendeu o que era esperado dela e o Brasil só conseguiu recrutar uma tropa numericamente suficiente pelo grande empenho das classes mais baixas, recrutados através da formação dos Voluntários da Pátria. Mesmo assim, o terreno paraguaio, desconhecido pelos anos de isolamento do país, ainda era bastante selvagem, pantanoso e com vegetação alta, além de conter várias fortificações defensivas. Entre elas, a mais importante era a fortaleza de Humaitá, às margens do rio Paraguai, na rota dos aliados até Assunção. A vantagem natural da defesa sobre o ataque nesse caso foi potencializada por todos esses fatores, que somadas à feroz resistência paraguaia, prolongaram a guerra por vários anos e causaram enorme desgaste no moral das tropas e da sociedade. A persistência brasileira em levar adiante o conflito, com todo o custo que ele gerava, demonstra claramente como o governo imperial fez o possível até que Solano López fosse encontrado e morto, encerrando a guerra. Por envolver tanto a finalidade de derrotar o Paraguai de forma incondicional e retirar Solano López do poder, quanto o emprego de todos os meios necessários para alcançar esse objetivo, superando todos os gastos e a oposição que a guerra gerava depois de anos em conflito, entende-se que a guerra do Paraguai foi uma guerra total, tanto para o Brasil quanto para o Paraguai. No que diz respeito às capacidades geradas pela guerra, o Quadro 5 busca resumir o que foi encontrado.

Quadro 6 – Síntese dos impactos gerados pela guerra do Paraguai (1864-1870)

Capacidade	Acúmulo	Concentração
Extrativa	Alto - negativo	Baixo - positivo
Coercitiva	Alto - negativo	Alto - positivo

Fonte: Elaboração Própria.

O quadro deixa clara uma curiosa situação. Ao mesmo tempo em que a guerra do Paraguai gerou benefícios para a concentração em ambas as capacidades, ela gerou prejuízos severos no que diz respeito ao acúmulo. Isso porque, no caso da concentração da capacidade extrativa, o governo conseguiu criar impostos sobre riquezas e propriedades, ainda que de forma muito tímida e de pequena contribuição. Entende-se que o impacto da guerra nesse caso foi baixo e positivo justamente porque, em função das dificuldades de um Estado dependente de grandes proprietários, criar impostos é de alguma significância, mesmo que simbólica. Por outro lado, esses impostos foram insuficientes para os altos gastos com a guerra, tão altos que o endividamento em função da guerra (dívidas domésticas e externas) desequilibrou o orçamento do Estado por pelo menos duas décadas. O considerável crescimento dos gastos com o Ministério da Fazenda ocorreu em função principalmente da amortização da dívida pública, maior despesa do Ministério (no ano fiscal de 1876⁶², por exemplo, o pagamento da dívida externa custou 12.435 contos de réis e o da dívida interna mais 17.551 contos de réis – somados representavam quase 30 mil contos de réis, do total de 48.555 gastos pelo Ministério, ou seja, 61,75% dos gastos do Ministério ou 22% do total das despesas do Estado⁶³). A situação ficou tão prejudicada, que o governo precisou contrair quatro empréstimos em Londres para, basicamente, pagar dívidas. Foram as dívidas das dívidas. Por essas razões, entende-se que os impactos no acúmulo de capital foram altos e negativos.

No caso da capacidade coercitiva, a guerra do Paraguai acabou com a coerção descentralizada estabelecida no período regencial. As forças armadas se tornaram assim a única ferramenta de coerção, bastante profissionalizadas após o conflito. Em função disso, entende-se que houve um impacto grande e positivo na concentração da capacidade coercitiva. Por outro

⁶² Os detalhes das receitas e despesas do Império podem ser encontrados nos documentos oficiais, digitalizados e disponibilizados na internet pelo Projeto Memória Estatística do Brasil. O ano de 1876 foi usado por ser o ano mais tardio após o fim da guerra, dentre os documentos disponibilizados pelo projeto.

⁶³ Disponível em: [https://archive.org/details/memoriaestadisticadobrasil?sort=titleSorter&and\[\]=firstTitle:B](https://archive.org/details/memoriaestadisticadobrasil?sort=titleSorter&and[]=firstTitle:B).

lado, também por fatores externos à guerra, mas possibilitados apenas pelo aumento na profissionalização do Exército (especificamente) e pela concentração que a guerra gerou, o Exército desenvolveu uma identidade própria, distante do governo imperial. Como essa identidade própria, republicana e positivista, veio a derrubar o governo em 1889, tendo a guerra do Paraguai exercido um papel importante nesse contexto, não poderíamos entender de outra forma que houve um impacto grande e negativo no acúmulo da capacidade coercitiva para o Estado brasileiro. É claro que podemos entender a proclamação da República também como um ato da modernização da sociedade no país, que começava a quebrar as rígidas estruturas sociais do império, mas isso fica além da questão, no caso o que importa é que o Estado sofreu um golpe por parte dos seus próprios agentes. Uma situação ainda mais grave por se tratar de agentes do aparelho coercitivo, que dentro de um Estado moderno deveriam ser obedientes e apenas cumprirem as ordens dadas pelo sistema político.

6 CONCLUSÃO

Apesar de o Brasil ter se tornado independente com um enorme território e herdado um aparelho estatal de sua antiga metrópole, o estabelecimento do poder central e a delimitação de suas fronteiras não foi uma tarefa natural, tampouco fácil. O país era carente de infraestrutura, as regiões possuíam poucas conexões umas com as outras, mesmo economicamente, e não existia uma identidade brasileira consolidada. Destaca-se ainda que o enorme território era muito pouco povoado, com grande concentração de pessoas na faixa litorânea e pouquíssimas no interior. Como muitos autores apontaram, não seria de tudo estranho se o Brasil seguisse o caminho de seus vizinhos e se fragmentasse – e tentativas não faltaram. Nesse contexto, diante dos diversos conflitos ocorridos durante a formação e consolidação do Estado no Brasil, o presente trabalho buscou analisar os impactos das guerras ocorridas durante o período imperial (1822-1889) nas capacidades estatais brasileiras. Para tanto, o trabalho foi dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo foi apresentada a abordagem teórica. Inicialmente foi feito um debate sobre o conceito de capacidades estatais com a finalidade de esclarecer o modo como elas seriam analisadas nos capítulos empíricos. Assim, foi estabelecido que a capacidade extrativa seria entendida com base no acúmulo e concentração de capital. Relacionando com as guerras, o acúmulo é entendido como a habilidade do Estado em pagar os seus gastos durante e após seus conflitos; enquanto a concentração é analisada pela ampliação da extração de recursos sobre a sociedade, sendo esse o modo como o Estado amplia sua receita e item fundamental para aumentar o acúmulo. Quanto à capacidade coercitiva, também estudada pelo critério de acúmulo e concentração, importa observarmos se as guerras levaram à formação de uma força armada profissional, permanente e organizada, que seria o acúmulo. Para a concentração, o estudo analisa a centralização dos meios coercitivos, necessariamente monopolizadas no caso de um Estado moderno. Em um segundo momento, foi feito um debate sobre os tipos de guerras e o modo como classificá-las. Classificam-se as guerras com base na quantidade de beligerantes (diádica ou complexa), na igualdade ou diferença de forças entre os combatentes (rivalidade e oportunidade, respectivamente) e quanto os objetivos da guerra (limitada ou ilimitada). Um tópico importante que foi abordado diz respeito às guerras totais, um tipo de guerra extremamente violenta em que as partes combatentes utilizam todos os meios possíveis para a completa destruição do adversário. Assim, com base nesses critérios, os demais capítulos ficaram responsáveis pelas análises históricas. Além disso, seguindo a perspectiva da dependência de trajetória (*path dependence*), os principais conflitos do período foram

entendidos como momentos críticos (*critical juncture*), de modo que cada um deles foi analisado em um capítulo próprio, apresentando as respectivas condições antecedentes e os legados.

O segundo capítulo analisou a guerra de independência e a guerra da Cisplatina. Nas condições antecedentes, buscamos destacar como foi a colonização portuguesa, os atritos com os colonos espanhóis, a economia que se desenvolveu e a transferência da família real portuguesa para o Brasil, fato esse que provavelmente contribuiu para a integridade territorial após a independência. Entretanto, outro ponto de fundamental importância, tanto para o Estado quanto para a sociedade, foi a transplantação de mão-de-obra africana, escravizada, para o Brasil. Esse sistema de trabalho exige uma aplicação privada de coerção, o que por contraste já impossibilita o monopólio da violência legítima por parte do Estado. Não obstante, também inviabiliza a construção de uma identidade comum que associe essa população ao Estado, além de criar uma tensão constante para as elites, preocupadas com o risco de insurgências. Quando o país se tornou independente, algo que só foi possível após a aplicação de coerção e um acordo compensatório para Portugal, o Estado brasileiro estava endividado e com pouquíssimas capacidades. Não por acaso insurgentes uruguaios se sublevaram e, mesmo em pequenos números, o Estado brasileiro se demonstrou incapaz de derrotar a revolta. O apoio portenho aos insurgentes uruguaios levou o Brasil a declarar guerra a Buenos Aires, mas a deplorável falta de capacidades de ambos os Estados levaram a uma situação de impasse, resolvida com a intervenção da diplomacia britânica e a criação do Estado uruguaio, independente. De tão limitada que foi essa guerra, entende-se que não foi grande o impacto que ela gerou para as contas do Estado brasileiro, embora também não tenha gerado nenhum estímulo ao aumento da capacidade extrativa. De concreto, a derrota do Brasil foi apenas um fator a mais para a queda da popularidade do imperador Pedro I, assim como também para o Exército, visto com desconfiança por muitos pela grande quantidade de estrangeiros presentes na força. Em questão de poucos anos após o fim da guerra, o Exército permanente teria sua diminuta composição ainda mais reduzida e o imperador seria forçado a abdicar. Os principais legados desse momento crítico foram, portanto, a abdicação do imperador e a descentralização dos meios coercitivos, com a criação da Guarda Nacional.

O terceiro capítulo foi responsável pela análise do período regencial e da guerra contra Rosas. A regência, que começou após a abdicação de Pedro I porque seu herdeiro era uma criança, foi um dos períodos mais conturbados da história brasileira, com revoltas que eclodiram em quase todas as regiões do país. A delicada situação provocada por medidas descentralizadoras deixou claro aos governantes brasileiros como a centralização do poder era

necessária para evitar a fragmentação do território. Contudo, importa destacar que as revoltas foram vencidas militarmente pelo núcleo central, mas no caso de revoltas lideradas por proprietários de terras, além da vitória militar houve também acordos. A elite derrotada foi perdoada e pôde participar da composição do governo pouco tempo após as revoltas. Esse tipo de resolução pactuada dos conflitos deixa claro como o Estado brasileiro optou por uma política de acomodação com as elites regionais para como forma de estabelecer seu controle sobre o extenso território. Evidentemente, com essa política, criou-se uma situação complicada para a ampliação da extração de capital sobre as elites. Mas, por outro lado, após a vitória sobre a revolta praieira em 1848, o Estado alcançou uma estabilidade política pela primeira vez na história independente, marcando o fim do período que Carvalho (2007, p. 249) chamou como “*acumulação primitiva de poder*”. O aumento da centralização sobre os meios coercitivos e a estabilidade interna permitiram ao Estado brasileiro acabar com o tráfico de escravos (obedecendo as exigências britânicas) e agir contra o líder portenho Rosas, uma clara ameaça aos interesses brasileiros no rio da Prata. A oportunidade surgiu quando Urquiza, governador de Entre Rios, rompeu com Rosas e buscou derrubar o líder portenho. O Brasil participou como um apoiador de Urquiza, uma participação menor no conflito, mas suficiente para alcançar seus objetivos na região. O legado dessa etapa foi um Estado mais consolidado, capaz de garantir a integridade territorial, mas ainda muito dependente de elites regionais para a garantia da ordem interna.

No quarto e último capítulo, as condições antecedentes focaram no Paraguai, mostrando como o país se formou e nas relações dele com os demais países do cone sul. Trata-se de uma parte importante pois o Paraguai, apesar de suas limitadas condições frente a uma guerra contra Brasil, Argentina e Uruguai, conseguiu prolongar o conflito por um tempo considerável. Isso só foi possível porque o Paraguai conseguiu criar uma identidade própria de um Estado-nação, além de estarem preparados para um conflito, com muita militarização em um Estado autoritário e uma população muito obediente. Embora tenha sido o agressor da maior guerra sul-americana, a invasão paraguaia foi malsucedida e o país teve muito mérito em oferecer resistência na defesa de seu território. A vantagem da defesa sobre o ataque, discutida no capítulo um, ficou bastante evidente nessa guerra, pois os aliados tiveram problemas severos na invasão do pantanoso e desconhecido terreno paraguaio. Além disso, o modelo de coerção descentralizada da Guarda Nacional deixou evidente sua vulnerabilidade ao oferecer uma quantidade de soldados bem abaixo da esperada e do necessário, apresentando ainda episódios frequentes de deserções em massa e manobras para fugir do recrutamento. A carência de soldados acabou levando o Estado brasileiro a empregar escravos no campo de batalha, prometendo-lhes a liberdade após a guerra.

Somente após uma longa campanha e inúmeros sacrifícios, os aliados conseguiram encontrar e matar o líder paraguaio, colocando um fim na guerra. Seus impactos, contudo, seriam ainda maiores. A guerra do Paraguai trouxe enormes custos financeiros para o Brasil, mas como o Estado teve uma política de acomodação com as elites, evitando na medida do possível o emprego da coerção para submetê-las ao seu controle, mesmo os enormes déficits provocados pela guerra geraram apenas pequenos estímulos para o aumento e criação de impostos, de modo que foram absolutamente insuficientes. Cabe aqui ressaltar que o inevitável fim da escravidão já era uma pauta delicada demais para o Estado ampliar impostos sobre os grandes proprietários de terras. Conseqüentemente, o país precisou recorrer a diversos empréstimos internacionais, no decorrer de duas décadas após o fim da guerra do Paraguai, simplesmente para pagar dívidas. Não obstante, o Exército brasileiro se profissionalizou e percebeu como a hierárquica sociedade imperial, baseada na escravidão e na lavoura, oferecia grandes limitações na prática de uma guerra moderna, que desde a revolução francesa já se baseava em numerosos exércitos de cidadãos-soldados. Com o passar do tempo, a mudança do perfil do quadro de oficiais do Exército e a morte de suas principais e antigas lideranças (ainda monarquistas), o Exército brasileiro se tornou republicano, vindo a terminar com o regime monárquico em 1889.

Nesse sentido, o presente trabalho argumenta que as guerras foram fundamentais no processo de construção do Estado brasileiro, embora elas não tenham sido de fato eficientes no aumento da capacidade extrativa. Em contraste, a relevância dos conflitos é muito mais notável na evolução da capacidade coercitiva, expressa na formação de um núcleo central de poder. Esse núcleo era absolutamente inexistente em grande parte da América do Sul recém independente (dando espaço para uma série de guerras civis e fragmentações territoriais), e ainda muito incipiente mesmo no caso brasileiro, onde o Estado herdou diversas características da administração portuguesa (incluindo a legitimidade do príncipe-regente que se tornou o primeiro imperador). Tal qual na teoria tillyana, as guerras foram os meios empregados para determinar quais Estados se formaram e quais projetos de poder ficaram apenas na história.

Apesar disso, a análise de estudo de caso sobre o Estado brasileiro confirma o que outros estudos anteriores já apontaram: as guerras em que o Brasil participou no século XIX não contribuíram para a ampliação da capacidade extrativa do Estado. Enquanto a maior parte da receita do Estado provinha das tarifas sobre importação e exportação, se tornando o alvo principal de reformas quando o governo necessitava de capital (mas lembrando que essas receitas não são consideradas na capacidade extrativa); os dois primeiros períodos analisados (guerra da Cisplatina e guerra contra Rosas) não geraram qualquer ampliação ou criação de impostos. A guerra do Paraguai foi a única guerra que gerou algum debate a respeito da extração

sobre propriedades ou riquezas, mas os resultados efetivos dessas discussões foram impostos de receita insignificante. Embora os empréstimos internacionais não possam ser considerados como a causa de as guerras não terem ampliado a capacidade extrativa do Estado brasileiro (mesmo porque os Estados europeus também se utilizaram desse recurso), é notável como o Estado recorreu a esses empréstimos sem ampliar impostos. Isso é particularmente perceptível nos anos posteriores à guerra do Paraguai, quando as contas do Estado apresentavam enormes déficits proporcionados pelos altos custos da guerra e o Estado recorreu a sucessivos empréstimos em Londres para conseguir pagar dívidas antigas. Desse modo, entende-se que a primeira hipótese, de que as guerras não ampliaram a capacidade extrativa porque foram financiadas com empréstimos internacionais se confirma, embora seja interessante apontar que o problema não são as dívidas externas propriamente, mas sim a incapacidade do Estado em extrair recursos de suas elites. Cabe ressaltar que as guerras por si só geram apenas gastos, é o esforço posterior do Estado para pagar suas dívidas que gera a ampliação da capacidade extrativa – esse esforço não aconteceu nem durante e nem após essas guerras.

Por outro lado, a segunda hipótese, de que as guerras limitadas geram menores impactos nas capacidades estatais, não se concretiza. O Brasil passou por cada tipo de guerra durante sua formação e todas tiveram impactos muito similares na capacidade extrativa (dívidas sem ampliação da extração). Já no que diz respeito à capacidade coercitiva, o resultado dos conflitos parece ter sido um fator mais relevante do que o tipo de guerra. Nesse caso é interessante o uso dos mecanismos de autofortalecimento e autoenfraquecimento de Hui (2005): a guerra da Cisplatina, guerra limitada que foi perdida, levou a reformas autoenfraquecedoras, que descentralizaram os meios coercitivos e reduziram a capacidade do núcleo central de estabelecer sua dominação sobre o território. Já a guerra contra Rosas e a Guerra do Paraguai, de tipo limitada e total respectivamente, foram vencidas pelo Brasil e ambas levaram a reformas autofortalecedoras que ampliaram a capacidade coercitiva do núcleo central. Nesse sentido a tabela 1 busca demonstrar como as guerras deixaram um legado de dívidas para o Estado brasileiro (representadas pelo acúmulo negativo em todos os períodos), e o impacto nulo (pequeno na guerra do Paraguai) pela ausência do aumento de impostos sobre riquezas e propriedades. No caso da capacidade coercitiva, a concentração só foi negativa no primeiro momento (reformas autoenfraquecedoras após a derrota na guerra da Cisplatina), sendo positiva nos outros dois períodos posteriores. O acúmulo também foi positivo em todos as fases, com exceção da guerra do Paraguai porque os militares do Exército formaram uma identidade própria que derrubou o governo, embora a guerra também tenha contribuído para que se tornassem uma força profissional. Tais variações podem ser observadas no Quadro 6, a seguir:

Quadro 7 - Conclusão Geral

	Guerra da Cisplatina		Guerra do Prata		Guerra do Paraguai	
Capacidade	Acúmulo	Concentração	Acúmulo	Concentração	Acúmulo	Concentração
Extrativa	Baixo – negativo	Nulo	Médio – negativo	Nulo	Alto - negativo	Baixo - positivo
Coercitiva	Médio - positivo	Alta - negativo	Baixo – positivo	Baixa - Positiva	Alto - negativo	Alto - positivo

Fonte: Elaboração própria.

Evidentemente, apesar do esforço empreendido neste trabalho, o presente estudo não é completo. Cabe o destaque a alguns pontos que merecem maior atenção em pesquisas posteriores: (1) tentando comparar a América Latina do modo mais próximo possível da história europeia, é notável como as cidades que possuíam uma posição privilegiada no comércio com a Europa desde o período colonial, como Rio de Janeiro e Buenos Aires, se destacaram no processo de formação dos Estados sul-americanos. A inclusão da análise do sistema internacional é interessante nesse caso porque a disparidade entre essas cidades e as demais pode ter gerado impactos na competição de poder, inviabilizado possíveis trajetórias distintas e desconfigurado o modelo de coerção e capital, já que a grande fonte de arrecadação eram as aduanas e não as aglomerações humanas propriamente. Outro ponto importante (2) são os impactos da escravidão no processo de construção do Estado, além do óbvio impacto que esse regime de trabalho gerou na desigualdade social do país. Suspeita-se que, em comparação com o modelo europeu, a escravidão desempenhe papel de variável interveniente tanto nas capacidades extrativas, pela dificuldade no desenvolvimento do capitalismo em virtude do reduzido consumo, quanto nas capacidades coercitivas, em virtude da coerção privada. Retomando ainda a capacidade administrativa, a escravidão certamente foi uma das razões para a análise dessa capacidade ser inviável durante esse período, e certamente trouxe obstáculos para que as relações entre Estado e sociedade fossem mais bem conduzidas. Por fim, e talvez a parte mais importante, (3) um aprofundamento na relação entre o Estado brasileiro e suas elites, para explicar por que o Estado não implementou eficazmente novos impostos sobre riquezas e propriedades, mesmo diante de um grave quadro de déficit fiscal. O caminho escolhido foi o de aumentar as dívidas do Estado mediante empréstimos internacionais, mas o resultado dessa decisão era nitidamente um agravamento do problema. Supõe-se que o Estado preferia evitar um tensionamento das suas relações com as elites, debilitadas pelo gradual fim do trabalho

escravo, possivelmente com receio de perder o controle sobre partes do território, mas isso precisa ser melhor investigado. Desse modo, embora possivelmente existem outras variáveis a serem elencadas, uma análise mais profunda sobre essas questões certamente aprimorará os estudos sobre guerra e capacidades estatais aplicados no continente sul-americano.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BASILE, Marcello. O Laboratório da Nação: A Era Regencial (1831-1840). In: GRINBERG, KEILA; SALLES, RICARDO (Org.). **O Brasil Imperial volume II**. [S.l.]: Civilização Brasileira, 2009. .

BELL, David *et al.* Autour de la guerre totale. **Annales historiques de la Révolution française**, v. 366, n. 4, p. 153–170, 2011.

BENTO, Cláudio Moreira. Brummer Os Primeiros Pontoneiros do Exército Brasileiro. **O Tuiuti**, v. 85, 2013.

BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, p. 269–285, 1995.

BORGES, André. Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso. **BIB (Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais)**, v. 63, n. 1, p. 45–59, 2007.

BROADBERRY, Stephen; HOWLETT, Peter. Blood, Sweat, and Tears: British Mobilization for World War II. In: CHICKERING, ROGER; FÖRSTER, STIG; GREINER, BERND (Org.) **A World at Total War: Global Conflict and the Politics of Destruction, 1939-1945**. New York: Cambridge University Press, 2005. p. 157–176.

BRUNT, Peter A. **Italian Manpower 225 B.C. - A.D. 14**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2001.

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

CARNEIRO, David. **História da Guerra Cisplatina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História Financeira e Orçamentária do Imperio do Brazil desde a sua fundação**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem - Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo. **Pontos e Bordados**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CARVALHO, José Murilo; BETHELL, Leslie. Brazil from Independence to the middle of the nineteenth century. In: BETHELL, LESLIE (Org.). **The Cambridge History of Latin America Volume III**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

CASTELLANO, Igor *et al.* Capacidade Estatal: Democracia e Poder na Era Digital. **ISAPE Debate**, v. 3, p. 11, 2012.

CASTELLANO, Igor. **Congo: A Guerra Mundial Africana**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2012.

CENTENO, Miguel Angel. Blood and Debt : War and Taxation in Nineteenth-Century Latin America. **American Journal of Sociology**, v. 102, n. 6, p. 1565–1605, 1997.

CENTENO, Miguel Angel. **Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America**. University Park: Penn State University Press, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CHIARAMONTE, José Carlos. La Formación de los Estados Nacionales en Iberoamérica. **Boletín del Instituto de História Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, v. 3, n. 15, 1997.

CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai**. 20^a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHICKERING, Roger; FÖRSTER, Stig. **Great War, Total War: combat and mobilization on the Western Front, 1914—1918**. New York: Cambridge University Press, 2006.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

COLLIER, Ruth Berins; COLLIER, David. **Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America**. Notre Dame, US: University of Notre Dame Press, 2002.

COONEY, Jerry W. Economy and Manpower. In: KRAAY, HENDRIK; WHIGHAM, THOMAS (Org.). **I Die with My Country**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2004.

COSTA, Ana Paula Pereira. Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial. **Revista de História Regional**, v. 11, n. 2, p. 109–162, 2006.

COSTA, Wilma Peres. A Economia Mercantil Escravista Nacional e o Processo de Construção do Estado no Brasil (1808-1850). In: SZMRECSÁNYI, TAMÁS; AMARAL LAPA, JOSÉ ROBERTO (Org.). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002. .

DALL'AGNOL, Augusto César; DORNELES JR., Arthur Coelho. Classificação de guerras: a problemática das (in)definições. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 4, n. 1, p. 45–58, 2017.

DELATOLLA, Andrew. War and state formation in Lebanon: can Tilly be applied to the developing world? **Third World Quarterly**, v. 37, n. 2, 2016.

DIAMOND, Larry. Facing Up to the Democratic Recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 141–155, 2015.

DINIZ, Eugenio. Clausewitz. In: MEDEIROS, MARCELO DE ALMEIDA *et al.* (Org.). **Clássicos das Relações Internacionais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 152–184.

DORATIOTO, Francisco. A Formação dos Estados Nacionais no Cone Sul. **A América do Sul e a Integração Regional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

DORATIOTO, Francisco. Guerra do Paraguai. In: MAGNOLI, DEMÉTRIO (Org.). **História das Guerras**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. São Paulo: Editora Schwarz, 2002.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

DUARTE, Antônio Paulo. A Visão da “Guerra Total” no Pensamento Militar. **Nação e Defesa**, v. 112, n. 3ª série, p. 33–50, 2005.

DUARTE, Érico Esteves. Conduta da Guerra na Era Digital e suas implicações para o Brasil: Uma análise de conceitos, políticas e práticas de defesa. **IPEA**, p. 96, ago. 2012.

EVANS, Peter B; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOPCOL, Theda (Org.). **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando j. **Brasil e Argentina um Ensaio de História Comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2005.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Path dependency e os estudos históricos comparados. **BIB**, v. 53, n. 1, p. 79–102, 2002.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e Descentralização no Império: O debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 1999.

FERREIRA, Gabriela Nunes. Conflitos no rio da Prata. In: SALLES, RICARDO; GRINBERG, KEILA (Org.). **O Brasil Imperial volume I**. [S.l.]: Civilização Brasileira, 2011. .

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

FUKUYAMA, Francis. Dealing with Inequality. **Journal of Democracy**, v. 22, n. 3, p. 79–89, 2011.

FUKUYAMA, Francis. Por que o desempenho da democracia tem sido tão ruim? **Journal of Democracy em Português**, v. 4, n. 2, p. 47–62, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: GOPAL, BALAKRISHNAN (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 107–154.

GEORGE, Alexander L.; BENNET, Andrew. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. Cambridge, US: MIT Press, 2005.

GIDDENS, Anthony. **A Contemporary Critique of Historical Materialism**. Los Angeles: University of California Press, 1981.

GRAHAM, Richard. Brazil from the middle of the nineteenth century to the Paraguayan War. In: BETHELL, LESLIE (Org.). **The Cambridge History of Latin America Volume III**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. .

HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, v. 58, p. 193–223, 2003.

HANSON, Jonathan K.; SIGMAN, Rachel. Leviathan's Latent Dimensions: Measuring State Capacity for Comparative Political Research. **APSA 2011 Annual Meeting Paper**, p. 1–30, 2013..

HERBST, Jeffrey. **States and power in Africa: comparative lessons in authority and control**. Princeton, US: Princeton University Press, 2000.

HERBST, Jeffrey. War and the State in Africa. **International Security**, v. 14, n. 4, p. 117–139, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira - Declínio e Queda do Império**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira - O Processo de Emancipação**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira - Reações e Transações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1997.

HOLSTI, Kalevi. **The state, war, and the state of war**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004.

HOWARD, Michael. War and the Nation-State. **Daedalus**, v. 108, n. 4, p. 101–110, 1979.

HOYOS, Dexter. The Second Punic War. In: CAMPBELL, BRIAN; TRITLE, LAWRENCE (Org.). **Warfare in the Classical World**. New York: Oxford University Press, 2013. p. 688–707.

- IBGE. **Estatísticas Históricas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- IMLAY, Talbot. Total War. **The Journal of Strategic Studies**, v. 30, n. 3, p. 547 – 570, 2007.
- IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: SALLES, RICARDO; GRINBER, KEILA (Org.). **O Brasil Imperial volume II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- IZECKSOHN, Vitor. **O Cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- JOHNSON, Noel; KOYAMA, Mark. States and Economic Growth: Capacity and Constraints. **Explorations in Economic History**, v. 64, 2017.
- JUNQUEIRA, Lucas de Faria. **A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831)**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- JUNQUEIRA, Lucas de Faria. A Guerra Cisplatina no contexto da formação dos estados nacionais na região platina (1825-1828). **Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC**, 2016.
- KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of the Great Powers**. London: Unwin Hyman Limited, 1988.
- KLINGBERG, Frank L. Predicting the Termination of War: Battle Casualties and Population Losses. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 10, n. 2, p. 129–171, 1966.
- KRAAY, Hendrik. Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil. **The Americas**, v. 55, n. 1, p. 1–33, 1998.
- KRAAY, Hendrik; WHIGHAM, Thomas. Introduction: War, Politics, and Society in South America, 1820s–60s. In: KRAAY, HENDRIK; WHIGHAM, THOMAS (Org.). **I Die with My Country**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2004.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEVI, Margaret. **Of Rule and Revenue**. Berkeley, US: University of California Press, 1989.
- LEVY, Jack S; THOMPSON, William R. **Causes of War**. Chichester, UK: Wiley Blackwell, 2010.
- LÓPEZ-ALVES. The Transatlantic Bridge: Mirrors, Charles Tilly, and State Formation in the River Plate. In: CENTENO, MIGUEL ANGEL; LÓPEZ-ALVES, FERNANDO (Org.). **The Other Mirror: Grand Theory through the Lens of Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- LYNCH, John. From Independence to National Organization. In: BETHELL, LESLIE (Org.). **Argentine since Independence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a.

LYNCH, John. The River Plate Republics from independence to the Paraguayan War. In: BETHELL, LESLIE (Org.). **The Cambridge History of Latin America Volume III**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002b.

MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**. [S.l.]: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

MAIA, Prado. **A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.

MANN, Michael. **States, War and Capitalism**. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 1992.

MANN, Michael. The autonomous power of the state, its origins, mechanisms and results. **European Journal of Sociology**, v. 25, n. 2, 1984.

MANN, Michael. **The Sources of Social Power: a history of power from the beginning to A.D. 1760**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005. v. 1.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARTINS, José Miguel Quedi. Considerações Finais: Recomposição Hegemônica e Inserção Internacional do Brasil. In: MARTINS, JOSÉ MIGUEL QUEDI (Org.). **Relações internacionais contemporâneas 2012/2: estudos de caso em política externa e de segurança**. Porto Alegre: ISAPE, 2013. p. 174–198.

MARTINS, José Miguel Quedi. **Digitalização e Guerra Local: Como Fatores de Equilíbrio Internacional**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MCBETH, Michael. The Brazilian Army and Its Role in the Abdication of Pedro I. **Luso-Brazilian Review**, v. 15, n. 1, p. 117–129, 1978.

MCBETH, Michael. The Brazilian Recruit during the First Empire: Slave or Soldier? In: ALDEN, DAURIL; DEAN, WARREN (Org.). **Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India**. Gainesville: The University Press of Florida, 1977.

MCCANN, Frank. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. Tradução Laura Teixeira Motta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

MCNEIL, William H. **The Pursuit of Power**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Expansão do Brasil e a Formação dos Estados na Bacia do Prata**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MOREL, Marco. **O Período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MORGENTHAU, Hans. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**. 6. ed. Beijing: Peking University Press, 1948.

Notícias Estrangeiras. **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, 7 fev. 1825. , p. 111. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imperio-brasil-diario-fluminense/706744>>.

PIERSON, Paul. Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics. *The American Political Science Review*, v. 94, n. 2, p. 251–267, 2000.

PROENÇA, Domício Jr.; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador Ghelfi. **Guia de Estudos Estratégicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

REBER, Vera Blinn. The Demographics of Paraguay: A Reinterpretation of the Great War, 1864-70. **The Hispanic American Historical Review**, v. 68, n. 2, p. 289–319, 1988.

RIBEIRO, José Iran. **O Império e as Revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

ROBINSON, James. Economic Development and Democracy. **Annual Review of Political Science**, v. 9, p. 503–527, 2006.

RUTTAN, Vernon. *Is War Necessary for Economic Growth? Military Procurement and Technology Development*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2006.

SCHWELLER, Randall L. **Unanswered Threats Political Constraints on the Balance of Power**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SKOCPOL, Theda. **States and Social Revolutions: a comparative analysis of France, Russia, and China**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1988.

SUMMERHILL, William R. **Inglorious Revolution political institutions, sovereign debt, and financial underdevelopment in imperial Brazil**. New Haven: Yale University Press, 2015.

TAYLOR, Brian D.; BOTEVA, Roxana. Tilly tally: War-making and state-making in the contemporary third world. **International Studies Review**, v. 10, n. 1, p. 27–56, 2008.

THIES, Cameron. War, Rivalry, and State Building in Latin America. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 3, 2005.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus. 990-1992**. Tradução Geraldo Gerson De Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

TILLY, Charles. **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1975.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In: EVANS, PETER; RUESCHEMEYER, DIETRICH; SKOCPOL, THEDA (Org.). **Bringing the State Back In**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1985. p. 169–187.

TIN-BOR HUI, Victoria. **War and State Formation in Ancient China and Early Modern Europe**. New York, US: Cambridge University Press, 2005.

VAN EVERA, Stephen. **Guide to Methods for students of Political Science**. Ithaca :Cornell University Press, 1997.

VASQUEZ, John A. Capability, Types of War, Peace. **The Western Political Quarterly**, v. 39, n. 2, p. 313–327, 1986.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2013.

WHIGHAM, Thomas. **The Paraguayan War Causes and Early Conduct**. Calgary: University of Calgary Press, 2018.

WHIGHAM, Thomas; POTTHAST, Barbara. The Paraguayan Rosetta Stone: New Insights into the Demographics of the Paraguayan War, 1864-1870. **The Latin American Research Review**, v. 34, n. 1, p. 174–186, 1999.

WRIGHT, Quincy. **A Study of War**. Chicago, US: University of Chicago Press, 1942. v. 1.